



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos
Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos

MARCOS PRADO RABELO

ANÁLISE COMPARATIVA DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA DE
INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS CUSTODIADORAS DE ACERVOS
CARTOGRÁFICOS

RIO DE JANEIRO
2017

MARCOS PRADO RABELO

**ANÁLISE COMPARATIVA DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA DE
INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS CUSTODIADORAS DE ACERVOS
CARTOGRÁFICOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Gestão da Informação Arquivística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Mariana Lousada.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Velloso de Oliveira.

RIO DE JANEIRO
2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária Júliver Argentina Santos Serra – CRB6/ES 819)**

R528a Rabelo, Marcos Prado.

Análise Comparativa de Instrumentos de Pesquisa de Instituições Arquivísticas Públicas Custodiadoras de Acervos Cartográficos / Marcos Prado Rabelo. – 2017.

155 f. ; il.

Orientador(a): Mariana Lousada

Co-orientador(a): Lúcia Maria Velloso de Oliveira

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais.

1. Análise comparativa de imagem. 2. Acervos cartográficos. 3. Instituições arquivísticas públicas. I. Lousada, Mariana II. Oliveira, Lúcia Maria Velloso de Oliveira. III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. IV. Título.

CDD 020

MARCOS PRADO RABELO

Análise Comparativa de Instrumentos de Pesquisa de Instituições Arquivísticas Públicas Custodiadoras de Acervos Cartográficos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovado em ____ de _____ de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Mariana Lousada
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Orientadora

Prof.^a Dra. Lúcia Maria Velloso de Oliveira
Fundação Casa de Rui Barbosa
Co-orientadora

Prof.^o Dr. Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Membro interno

Prof.^o Dr. André Malverdes
Universidade de Federal do Espírito Santo (UFES)
Membro externo

Prof.^a Dra. Beatriz Kushnir
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Membro interno

Prof.^a Dra. Margarete Farias de Moraes
Universidade de Federal do Espírito Santo (UFES)
Membro externo

AGRADECIMENTOS

Acredito em mim, mas sobretudo numa força universal que me faz sentir a vida, por isso agradeço.

Ao Sr. Ranulfo (*in memoriam*), não tivemos uma boa relação mas consegui, em vida, lhe dar um forte abraço e lhe pedir perdão. Pai, virei um mestre!

À Dona Hida, amiga incondicional, boas conversas, muitas risadas. Mãe, minha vitória também é a sua!

Adriano e André, sigam suas vidas levemente e que eu possa apenas servir de exemplo. Amo vocês dois!

Aos professores do PPGARQ. Compartilhamos sonhos que se transformaram em documentos. Gratidão pela oportunidade! Um carinho especial ao Professor Eliezer, que aprendi a admirar. Rodrigo Pinha, você também merece minhas considerações. Obrigado pela presteza de sempre amigo!

Ao clube dos 13, de que muito me orgulhei ter participado: Alessandra, Fabiana, Fábio, Fernanda, Gleice, Isabelle, Jacilene, Jean, Jorge, José Antônio, Juliana e Marilda. Aprendi um pouco com cada um, somando tudo, aprendi muito!

Ao Professor de línguas Maurício Brito de Carvalho e à Bibliotecária Júlive Argentina. Suas várias leituras proporcionaram um trabalho mais acadêmico. Muito obrigado!

Aos servidores das instituições arquivísticas públicas e seus pares, que disponibilizaram seu precioso tempo para contribuição nesta pesquisa. Em especial, faço menção ao José Luiz Macedo de Faria Santos, do Arquivo Nacional, à Janaína Yamamoto Santos, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e à Rachel Torres, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Que esta dissertação possa trazer novas reflexões neste campo de trabalho! Obrigado, colegas!

Ao mestre Erildo Denadai, pelo apoio integral e por compreender a importância dos estudos e à mestranda Evelyn Bergamim, pela simples mensagem naquela tarde vazia perguntando se deu tudo certo. O mundo precisa de mais pessoas assim!

Ao Tortuga e à Gabiroba. O primeiro, por me arrancar sempre leves sorrisos, pelos mergulhos famintos de um quelônio e o segundo, por ter chegado a tempo, como o mais novo membro felino da família. Quem não ama os animais não ama a vida!

Tem duas pessoas que eu conheci lá atrás na arquivologia. André Malverdes, um incentivador nato, com grande capacidade crítica. Fiz questão de chamá-lo para minha banca; afinal, não é todo dia que temos um amigo que vira doutor. E ao Eduardo Luiz, um irmão negro, sim senhor, cuja trajetória humilde também me inspirou. Obrigado amigos!

Ao Professor Dr. José Maria Jardim e às Professoras Dr^a. Anna Carla Mariz e Dr^a Aline Lopez Lacerda, por fazerem parte do início dessa caminhada. À Professora Dr^a Lúcia Velloso, pelo auxílio na idealização desta dissertação. Aos membros da Banca Examinadora, Prof.^o Dr. Eliezer Pires da Silva, Prof.^o Dr. André Malverdes, Prof.^a Dr^a. Beatriz Kushnir e Prof.^a. Dr^a. Margarete Faria de Moraes. Obrigado por comporem a banca e acreditarem que também seria possível!

Deixei por último, porque ela é uma pessoa especial. Entrou na minha trajetória acadêmica quase no final e simplesmente conseguiu colocar as coisas no rumo certo, digna de uma estrategista. Foi delicada quando tinha que ser, foi dura quando a ocasião pedia, foi contestadora quando não estava certo e também foi psicóloga, quando entendeu que tem momentos em que o ser humano precisa de um tempo para se recompor. Obrigado minha professora e orientadora Mariana. Você me fez uma pessoa melhor. Vou carregar as lembranças desse aprendizado por toda a minha vida!

Agradecer, a arte de agradecer liberta o ser humano de expectativas e de ansiedade, e o reconcilia com os fatos como eles são. “Ao invés de desejar o que não tem, agradeça pelo que possui”, aconselham os sábios. Obrigado, obrigado, obrigado!

“A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre”. **(José Saramago)**.

RESUMO

Esta pesquisa investiga a origem dos documentos cartográficos em diversas áreas do conhecimento, em especial sua produção no contexto da arquivologia dentro da estrutura interna de instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro - Arquivo Nacional (AN) e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e da cidade de São Paulo – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Dessa forma, este trabalho busca o máximo de informações dos marcos teóricos estudados, fundamentando-se em conceitos da arquivologia e de documentos arquivísticos cartográficos, para possíveis soluções dos problemas levantados pelo campo empírico. Como metodologia, esta dissertação realiza uma análise comparativa de instrumentos de pesquisa de instituições arquivísticas públicas que possuem acervos cartográficos, utilizando-se de regimentos internos, normativas e decretos, além de levantamento de dados, através de questionário com os servidores responsáveis pelo processamento técnico destes documentos. A pesquisa assinala ainda, a partir dos dados coletados, que as instituições arquivísticas públicas aqui delimitadas, apesar de possuírem setores específicos para guarda e tratamento técnico de acervo cartográfico, ainda necessitam de uma melhor estruturação, no que diz respeito ao processamento da descrição arquivística, conforme as áreas e elementos das normas vigentes, para construção de instrumentos de pesquisa de maior qualidade.

Palavras-chave: Arquivologia. Arquivos. Documentos Cartográficos. Instrumentos de Pesquisa.

RESUMEN

En el marco de la estructura interna de instituciones archivísticas públicas de la ciudad de Río de Janeiro, Archivo Nacional (AN) y Archivo General de la Ciudad de Río de Janeiro, se investiga el origen de los documentos cartográficos en diversas áreas del conocimiento, en particular, su producción en el contexto de la archivología dentro de la estructura interna de Instituciones Archivísticas Públicas de la ciudad de Río de Janeiro (AGCRJ) y de la ciudad de São Paulo - Archivo Público del Estado de São Paulo. De esta forma, este trabajo busca el máximo de informaciones de los marcos teóricos estudiados, fundamentándose en conceptos de archivología y documentos archivísticos cartográficos para posibles soluciones de los problemas planteados por el campo empírico. Como metodología realiza un análisis comparativo de instrumentos de investigación de instituciones archivísticas públicas que poseen acervos cartográficos, utilizando regimientos internos, normativas y decretos, además de levantamiento de datos a través de cuestionario con los servidores responsables por el procesamiento técnico de estos documentos. La investigación señala, a partir de los datos recolectados, que las instituciones archivísticas públicas aquí delimitadas, a pesar de poseer sectores específicos para guardia y tratamiento técnico de acervo cartográfico, todavía necesitan una mejor estructuración, en lo que se refiere al procesamiento de la descripción archivística, de acuerdo con las áreas y elementos de las normas vigentes, para la construcción de instrumentos de investigación de mayor calidad.

Palabras clave: Archivología. Archivos. Documentos Cartográficos. Instrumentos de Investigación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura	Descrição:	Pág.
01	O mapa mais antigo: placa de barro de <i>Gar-Sur</i> , data de 2500 a.C.....	25
02	Peça arqueológica original encontrada em <i>Gar-Sur</i>	25
03	O mapa de <i>Çatal Höyük</i> em seu local original.....	26
04	Representação gráfica do original.....	26
05	O mapa rupestre de Bedolina no vale do Pó	27
06	Planta de São Sebastião do Rio de Janeiro (1812)	29
07	Elementos oriundos dos documentos de arquivo.....	69
08	Dados estatísticos de códigos de referência habilitados.....	79
09	Campos do nível de descrição.....	84
10	Campo do título.....	84
11	Campos das datas.....	84
12	Descrição dos campos da área 1 – Identificação.....	85
13	Descrição dos campos da área 2 – Contextualização.....	86
14	Descrição dos campos da área 4 - Condições de acesso e uso.....	86
15	Escolha do campo do gênero documental.....	87
16	Campo da espécie documental.....	88
17	Campo do título.....	101
18	Campo do código de referência.....	101
19	Campo do ano.....	102
20	Campo do autor.....	102
21	Campos diversos para resultado da pesquisa.....	102

22	Campo da escala.....	103
23	Visualização do mapa da pesquisa.....	104
24	Campos dos níveis de descrição.....	117
25	Áreas da norma de descrição no Sistema do AGCRJ.....	117
26	Campos da área de identificação.....	118
27	Campos da área de contextualização.....	118
28	Campos da área de acesso.....	119
29	Campos de gêneros documentais.....	119
30	Campos de espécies documentais.....	120
31	Visualização de imagens através da pesquisa.....	121
32	Área 1 identificação - Elemento de descrição: dimensão e suporte.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico:	Descrição:	Pág.
01	Quantitativo de profissionais das instituições com nível superior.....	130
02	Quantitativo de profissionais das instituições sem nível superior.....	131
03	Espécies documentais do gênero cartográfico distribuição por instituições.....	133

LISTA DE QUADROS

Quadro	Descrição:	Pág.
01	Personalidades da história da cartografia.....	28
02	Cronologia de ações da política cartográfica: Coordenação da Cartografia Nacional.....	35
03	Representação por traço.....	37
04	Representação por imagem.....	37
05	Sequência de ordem natural de produção dos documentos de representação gráfica de um projeto arquitetônico.....	41
06	Descrição Multinível.....	53
07	Lista das áreas da descrição arquivística.....	60
08	Elementos obrigatórios da descrição arquivística (NOBRADE).....	64
09	Estrutura de níveis da Norma Brasileira de Descrição Arquivística.....	65
10	A representação da informação arquivística permanente.....	66
11	Conjuntos documentais x Instrumentos de Pesquisa.....	69
12	Tipos e descrições de instrumentos de pesquisa.....	70
13	Instituições arquivísticas públicas pesquisadas.....	71
14	Cronologia da história do Arquivo Nacional.....	76
15	Elementos de Descrição da NOBRADE.....	83
16	Cronologia da história do Arquivo do Estado de São Paulo.....	94
17	Acervo documental no Arquivo Público do Estado de São Paulo.....	96
18	Cronologia da história do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro....	110
19	Espécies documentais do gênero cartográfico.....	131

LISTA DE SIGLAS

AACR2 – Código de Catalogação Anglo Americano
ACAN - Associação Cultural do Arquivo Nacional
ACI – Associação Cartográfica Internacional
AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
AN – Arquivo Nacional
APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo
CAC - Central de Atendimento ao Cidadão
CAIC - Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico
CADA - Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivos
CIA - Conselho Internacional de Arquivos / *International Council on Archives*
COCAR – Comissão de Cartografia
CODEARQ - Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
COMARQ - Conselho Municipal de Arquivos
CONAR – Comissão Nacional de Arquivos
CONCAR – Comissão Nacional de Cartografia
CODAC - Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos
CODEARQ - Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
COPRA - Coordenação Geral de Processamento e Preservação de Acervo
CTDAIS - Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais
CTNDA - Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
DHN - Diretoria Hidrográfica de Navegação
DIBRATE – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
DGEO - Departamento de Geociências
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DPDA - Departamento de Preservação e Difusão do Acervo
DSG – Diretoria de Serviço Geográfico
EUA – Estados Unidos da América
GPS – Sistema de Posicionamento Global

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico

IPP - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias / *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families.*

ISAD (G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística / *General International Standard Archival Description*

MAPA - Módulo de Memória da Administração Pública Brasileira

MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento

NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

ONU – Organização das Nações Unidas

PDC – Plano de Dinamização da Cartografia

PPGARQ – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos

PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

RBMC – Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

SAESP - Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo

SEAVI - Seção de Documentação Cartográfica, Iconográfica e Audiovisual

SCN – Sistema de Cartografia Nacional

SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SIGA - Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

SPdoc - Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações do Arquivo Público do Estado de São Paulo

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS NO ÂMBITO DA ARQUIVOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS ÁREAS	23
2.1 CONCEITOS E ASPECTOS DA HISTÓRIA DOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS.	23
2.2 OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA.....	32
2.3 OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS NO CONTEXTO DA ARQUITETURA E ENGENHARIA	38
2.4 OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA.....	44
3 A DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS	49
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	50
3.2 NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	57
4 ANÁLISE DA DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS CARTOGRÁFICOS	71
4.1 ARQUIVO NACIONAL – CRIAÇÃO E FINALIDADE	73
4.1.1 Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).....	77
4.1.2 Análise dos dispositivos normativos referentes ao acervo cartográfico ...	79
4.1.3 Análise dos dados coletados em instrumento de pesquisa online	82
4.1.4 Análise dos dados coletados em questionário	89
4.2 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CRIAÇÃO E FINALIDADE ..	91
4.2.1 Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações – SPdoc - APESP	96
4.2.2 Análise dos dispositivos normativos referentes ao acervo cartográfico – APESP.....	98
4.2.3 Análise dos dados coletados em instrumento de pesquisa online – APESP.....	99
4.2.4 Análise dos dados coletados em questionário – APESP.....	105
4.3 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – CRIAÇÃO E FINALIDADE	108
4.3.1 Sistema de Informações do Arquivo Virtual Módulo WEB - AGCRJ	112
4.3.2 Análise dos dispositivos normativos referentes ao acervo cartográfico – AGCRJ	113
4.3.3 Análise dos dados coletados em instrumento de pesquisa online - AGCRJ	116
4.3.4 Análise dos dados coletados em questionário – AGCRJ.....	121
4.4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS...	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
6 REFERÊNCIAS	140
APÊNDICES	145

1 INTRODUÇÃO

O estudo dos documentos cartográficos¹ nos leva, primeiramente, à necessidade de analisar as diferentes áreas do conhecimento que influenciaram a sua evolução, entre elas, a história, a geografia, a arquitetura e a engenharia, e assim determinaram seus elementos básicos de representação, para em seguida nos aprofundarmos na importância desses documentos como representação gráfica da informação nos parâmetros da descrição arquivística.

Desta forma, a pesquisa aqui proposta possui como embasamentos teóricos a busca por uma revisão de literatura na área da arquivística e nas áreas do conhecimento supracitadas, analisando seus conceitos de formação e transformação, para finalmente caracterizar o documento cartográfico de acordo com a literatura conhecida, tornando visível o objetivo da pesquisa. Assim, nessa trajetória, são demonstradas as diferentes percepções sobre o conceito de documento cartográfico e, dentro dessa mesma linha de conceituação teórica, abre-se uma breve discussão desse gênero documental, também reconhecido por algumas instituições arquivísticas públicas como “arquivo especial”. É o caso do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ.

Outro embasamento teórico versa sobre os conceitos e as normas de descrição arquivística, em especial a descrição de documentos cartográficos, realizando-se uma breve visita aos dicionários e às normas arquivísticas nacional e internacional, analisando a representação da informação arquivística permanente e a descrição de documentos de arquivo para elaboração de instrumentos de pesquisa. Observa-se assim que a descrição dos documentos cartográficos funciona como um processo no qual o arquivista considera aspectos físicos e de conteúdo dos documentos, contextualizando um conjunto documental em relação às suas funções. Igualmente funcionam os instrumentos de pesquisa desenvolvidos nas práticas arquivísticas resultantes da descrição dos documentos de arquivo, ora com a função de meio representativo do conteúdo de um acervo documental arquivístico em todo o acervo ou parte dele, ora pormenorizando determinados conjuntos documentais que o compõem, descrevendo tanto os itens quanto os conteúdos destes.

¹ De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.74), documento cartográfico significa gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos.

Nessas circunstâncias, observa-se, sob o ponto de vista histórico, que desde a época da pré-história, a “cartografia” tem sua existência no contexto que remete para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos. Segundo Francischett (2004, p.4), “geralmente esses mapas eram usados em locais sagrados, utilizados em rituais e sem pretensão de serem preservados após os eventos”.

Por outro lado, no olhar da “geografia”, a cartografia utilizou-se de normas técnicas visando operacionalizar, através de cálculos, a execução de serviços e projetos para emprego de instrumentais que orientam as coordenadas e os deslocamentos na superfície de nosso planeta. Assim, devido às suas especificidades técnicas, é na geografia que encontramos o maior número de tipologias e espécies documentais para documentos cartográficos, principalmente dentro da classificação de cartas e mapas.

No caso dos documentos cartográficos relacionados às áreas de arquitetura e engenharia, verifica-se que as plantas são os tipos documentais mais comuns de ambas as áreas e estas referem-se a obras² planejadas e executadas no âmbito de uma determinada construção; porém, é possível determinar outras tipologias dessa natureza, tais como projetos e fotografias, que também fazem parte deste acervo técnico.

Já no foco da Arquivologia, observa-se, de forma geral, que os documentos cartográficos acumulados por instituições públicas, em sua maioria através de recolhimento e doação, apresentam terminologia específica em suas nomenclaturas, além de problemas comuns de organicidade da informação, especialmente aqueles que não se utilizam de técnicas arquivísticas em sua ordenação. Já os documentos cartográficos, arquivisticamente organizados, após passarem por processo de descrição e digitalização, possibilitam acesso pleno por seus usuários, justamente por se encontrarem normalizados e salvaguardados em instrumentos de pesquisa informatizados de instituições arquivísticas públicas.

Partindo dessas pontuações, esta dissertação avalia, de forma comparativa, as áreas de identificação utilizadas na descrição de instrumentos de pesquisa em *sites* eletrônicos de três instituições arquivísticas públicas de referência no Brasil, que são:

² MANUAL DO ARQUITETO. **Edificação em processo de construção**. Disponível em: <<http://www.manualdoarquiteto.com.br/2014/02/topico-33-planta-de-cobertura.html>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

o Arquivo Nacional (AN), o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), visando recolher informações que possam auxiliar na possível identificação de necessidades de melhoria dos processos de descrição e suas respectivas atividades.

Deste modo, mediante a origem conceitual dos documentos cartográficos proceder de diferentes áreas do conhecimento e apesar de sua significação terminológica abarcar características singulares que os identifiquem, formato e dimensão, arquivisticamente observa-se, na prática, que não existe ainda um consenso entre as instituições sobre a classificação de alguns documentos do gênero cartográfico³, muitas vezes sendo classificados em outro gênero. Como exemplo, as “fotografias aéreas”, que algumas instituições consideram como documento de gênero iconográfico enquanto outras as mantêm organizadas dentro do gênero cartográfico, sendo um fator que poderá atrapalhar, no momento da análise comparativa dos instrumentos de pesquisa das instituições.

Essa questão fundamenta-se, por exemplo, no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, que, apesar de considerar a fotografia aérea como uma tipologia documental do gênero cartográfico, ao realizar pesquisa no sistema do *site* eletrônico da Instituição, a mesma remete para uma falta de resultados, retornando ao usuário como “nenhum registro encontrado”. Infelizmente, verificou-se durante visita técnica⁴ ao Arquivo Nacional, que esses documentos encontravam-se sem definição de guarda e acesso. Já o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, classifica as fotografias aéreas como documentos do gênero cartográfico, além de inseri-las dentro de sua divisão de acervos especiais.

Nessa perspectiva, observa-se uma certa indefinição na classificação a qual gênero as fotografias aéreas pertencem. Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - DIBRATE (2005, p.95), essa tipologia é conceituada como “fotografia obtida com a utilização de câmara aerotransportada, com eixo perpendicular ao solo, aplicada na elaboração de mapas”, o que teoricamente a manteria classificada no gênero cartográfico. No caso das normas espanholas de documentação cartográfica,

³ PAES (1997, p.29) classifica documentos cartográficos quanto ao gênero arquivístico, considerando-os em formatos e dimensões variáveis, contendo representações geográficas, arquitetônicas ou de engenharia.

⁴ Informações obtidas através de visita técnica à Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional – CODAC contato: Sr. José Luiz Macedo de Farias Santos, responsável pela Seção de Cartografia da Instituição. (06 jun. 2016).

que classificam as fotografias aéreas, as regras de catalogação do manual de descrição multinível daquele país foram revisadas durante as convenções para projetos de arquitetura, obras públicas e restauração e nelas verifica-se a classificação das fotografias aéreas no âmbito da descrição de documentos cartográficos, como segue:

“En este sentido hay que hacer referencia obligada a las Reglas de Catalogación, en las que se dedica un capítulo a la descripción de materiales cartográficos. Dentro de esta categoría se engloban los mapas y planos en dos y tres dimensiones, las cartas aeronáuticas, marinas y celestes, los globos, los bloques-diagramas, los cortes de terreno, las fotografías aéreas, los atlas, las vistas a vuelo de pájaro, etc” (MDM CONVENCIONES: PROYECTOS DE ARQUITECTURA, OBRAS PÚBLICAS Y RESTAURACIÓN, 2011, p. 8).

De forma oposta, em um recente artigo publicado sobre o patrimônio fotográfico capixaba, de autoria dos professores Dr. André Malverdes e Dr. André Porto Ancona Lopez, afirma-se que, entre os documentos iconográficos, a fotografia constitui o maior volume nas instituições, sendo o mais utilizado nas mais diversas atividades. E, nesse aspecto, os autores englobam a fotografia aérea na categoria dos documentos iconográficos.

Como são incontáveis os elementos da realidade, são incontáveis os objetos da fotografia. Registram-se em fotos os monumentos arquitetônicos, a criança no batizado, as paisagens, a arte, a política, a moda, o esporte, a história, o eletrodoméstico no catálogo comercial. Realiza-se assim, uma ampla variedade de categorias de fotos, podendo-se citar, entre elas, a foto artística, a foto aérea, as fotos sensacionalistas da imprensa de escândalos, os retratos pessoais, as fotografias técnico-científicas, as fotos publicitárias (LOPEZ, A. P. A; MALVERDES, A., 2016, p. 60).

Assim caracterizam-se as fotografias aéreas, definidas em gêneros diferentes e utilizadas sob diversas perspectivas de organização e acesso. Apesar das contraposições aqui apontadas, esta pesquisa não tem como pretensão criar um manual de padronização desses documentos mas sim abrir uma discussão que permita uma reflexão sobre as melhores práticas de identificação, gestão e acesso aos documentos cartográficos.

Deste modo, justifica-se esta pesquisa com discussões variadas, que estimularão a intenção de trabalhar com o tema “documento cartográfico”, além da atuação como arquivista, em um inventário específico de acervo cartográfico, no

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), que ainda não disponibiliza este gênero documental para consulta online, em seu *site* eletrônico. Igualmente, a prática profissional com documentos cartográficos trouxe uma visão da realidade arquivística em função do enfrentamento e da busca pela solução de algumas dificuldades no dia a dia, em Instituição Pública que mantém este tipo de acervo sob sua custódia.

Outro ponto fundamental para justificativa desta pesquisa se dá devido à modesta bibliografia brasileira sobre documentos cartográficos, o que de certa forma incentiva a exploração investigativa em literatura internacional para este gênero documental, visando novas diretrizes sobre o assunto, como fontes alternativas que tematizam os arquivos cartográficos. Nesse sentido, este trabalho busca o máximo de informações dos marcos teóricos estudados, fundamentando-se em análises e reflexões que possam se juntar às discussões, para possíveis soluções dos problemas levantados pelo campo empírico.

Como citado anteriormente, o campo empírico de estudo ficou delimitado nas seguintes instituições arquivísticas públicas: o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN), o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). A escolha dessas instituições como fontes de pesquisa foi amparada primeiramente no histórico de evolução arquivística que as mesmas possuem na gestão de seus acervos documentais e também em relação à capacidade técnica de manterem seções específicas para guarda, tratamento e acesso de documentos cartográficos físicos e em meios digitais, tornando-se assim referências nacionais em sua devida esfera de competência. As delimitações para o campo empírico que apontaram para apenas 3 (três) instituições arquivísticas públicas nesta dissertação, se restringe à necessidade de impor limites para viabilidade metodológica da pesquisa, em consideração às condições de atendimento ao cronograma da dissertação.

Logo, ficaram delimitados os pressupostos da pesquisa:

a) Os campos de identificação que descrevem documentos cartográficos em *sites* eletrônicos de instituições arquivísticas públicas devem atender os requisitos mínimos de normas de descrição arquivística;

b) No intuito de aprimorar a construção de campos de identificação nas instituições arquivísticas públicas aqui apontadas, é imprescindível que essas

instituições possam manter aberta a possibilidade de aperfeiçoamento e renovação da metodologia dos instrumentos de pesquisa.

Dessa forma, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, pretende-se responder a uma questão central: Os campos de identificação usados para descrição de documentos cartográficos em *sites* eletrônicos de instituições arquivísticas públicas atendem as normas de descrição arquivística?

Nesse mesmo sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar de forma comparativa os instrumentos de pesquisa disponibilizados em *sites* de instituições arquivísticas públicas, utilizando-se para isso da análise dos campos de identificação empregados para descrever documentos cartográficos. E, dentre os objetivos específicos, pretende-se:

a) Averiguar se, nos instrumentos de pesquisa constantes dos *sites*, existe a utilização de normas de descrição arquivística, ou o uso de outras metodologias;

b) Identificar as áreas utilizadas nos campos de identificação para descrever documentos cartográficos dos instrumentos de pesquisa das instituições arquivísticas públicas;

c) Realizar análise comparativa de campos de identificação para descrever os documentos cartográficos nos instrumentos de pesquisa dos *sites* eletrônicos das instituições arquivísticas públicas.

Partindo para a análise metodológica, esta pesquisa intitula-se como de natureza qualitativa e de caráter descritivo, com estudo e análise das particularidades dos documentos cartográficos, trabalhando com metodologia comparativa para identificação dos aspectos mais relevantes da descrição desses documentos nos instrumentos de pesquisa. Nela foi utilizado o questionário estruturado como instrumento para a coleta de dados, onde os sujeitos da pesquisa são os responsáveis pelos setores dos arquivos cartográficos. Também foi realizada uma análise dos dispositivos normativos referente aos acervos cartográficos das instituições arquivísticas públicas e uma análise dos dados coletados nos instrumentos de pesquisa online das instituições arquivísticas públicas. Assim, a fase de tabulação e interpretação dos dados é responsável pelas contribuições para a discussão e aprofundamento de considerações e referências dos documentos cartográficos.

Para atingir os objetivos definidos, a dissertação está estruturada da seguinte forma: Capítulo 1, "Introdução". Capítulo 2, "Os documentos cartográficos no âmbito

da arquivologia e sua relação com outras áreas”, onde são citados os principais conceitos e aspectos de evolução histórica dos documentos cartográficos nas áreas de História, Geografia, Arquitetura, Engenharia e Arquivologia. Capítulo 3 “A descrição dos documentos arquivísticos”, apresentando aspectos históricos e conceituais de descrição e da norma arquivística. Capítulo 4, “Análise da Descrição dos Documentos Arquivísticos Cartográficos”, abordando o campo empírico da pesquisa, onde é analisado em cada Instituição Pública Arquivística, seu sistema de informações *online* para acervos cartográficos, normas, instrumentos de pesquisa e questionário aplicado. Por fim, no capítulo 5, é realizada uma “Análise Comparativa das instituições arquivísticas públicas”, destacando pontos positivos e negativos, através de gráficos.

Em suma, esta pesquisa aborda os aspectos inerentes aos documentos cartográficos, especificamente em relação às técnicas de descrição arquivística neles utilizadas para organização e acesso, buscando aprofundar e entender suas características tipológicas e terminológicas. Do mesmo modo, esta pesquisa estabelece um aprofundamento sobre documentos cartográficos e sua relação arquivística com outras áreas do conhecimento, sendo colaborativa para aqueles que trabalham com documentos cartográficos em Instituições Públicas.

Igualmente, espera-se que esta dissertação deva ser contextualizada através de conhecimentos teóricos da cartografia que possam enriquecer arquivisticamente o cenário técnico-literário brasileiro, proporcionando, sempre que necessário, definições e redefinições do objeto aqui apresentado, pois, segundo Minayo (1992, p.89), o conhecimento é uma construção que se faz a partir de outros conhecimentos, sobre os quais se exercita a apreensão, a crítica e a dúvida.

2 OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS NO ÂMBITO DA ARQUIVOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS ÁREAS

Considera-se documento arquivístico aquele que um determinado órgão produz⁵ no exercício de suas funções e atividades, sendo que a informação nele registrada é dotada de organicidade, independente da forma ou do suporte, e produzida ou recebida no decorrer das atividades da instituição, devendo possuir elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades. Nesta concepção, independentemente de sua origem, gênero representativo e utilização em diferentes áreas, o documento arquivístico se caracteriza dentro de uma gênese documental que possa demonstrar suas características de vínculo orgânico com os demais documentos que fazem parte de um determinado conjunto de informações.

2.1 CONCEITOS E ASPECTOS DA HISTÓRIA DOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

De forma geral, mapas e plantas são os documentos mais comuns nos acervos cartográficos, sendo que os primeiros possuem uma relação mais familiar com as áreas de história e geografia, assim como os últimos têm maior afinidade com as áreas de arquitetura e engenharia.

Sob a ótica da historiografia, observou-se durante muito tempo que a cartografia limitou-se às atividades de criação de mapas e, assim, cada nação desenvolveu os seus documentos cartográficos. Os mapas deixados por essas nações acabaram por estabelecer uma representação de suas tradições e de manifestarem as visões que eles tinham do mundo, pois neles identificaram-se igualmente os interesses em relação ao ambiente contíguo, ou em relação ao ambiente que se almejava dominar. Portanto, podemos afirmar que a cartografia também foi tratada como um instrumento de dominação cultural e de representatividade educacional, servindo ainda como referência para a construção e a preservação da memória da sociedade, onde seus conceitos e abordagens

⁵ O termo produção, aqui colocado, pode significar tanto a elaboração do documento pelo próprio organismo como sua recepção e guarda.

metodológicas podem se transformar de acordo com a direção imposta ao meio. Segundo Paulo Araújo Duarte (2002, p.15), a cartografia denomina-se como:

Conjunto de operações científicas, artísticas e técnicas produzidas a partir de resultados de observações diretas ou de explorações de documentação, tendo em vista a elaboração de cartas, plantas e outros tipos de apresentação e também a sua utilização.

Outra definição do termo cartografia, proposta na literatura, vem do historiador Paulo Miceli (2002, p. 41), que a considera como o estudo que trata da representação da Terra, ou parte dela, por meio de mapas, cartas e outros tipos de documentações. Miceli afirma ainda que os primeiros mapas conhecidos foram traçados no século VI a.C. e o primeiro atlas da história moderna surgiu no século XVI, no ano de 1570. O historiador destaca que o mapa é uma das maneiras que o homem encontrou para se localizar no espaço e conclui: “Antes da invenção da escrita, a humanidade desenhou mapas nas paredes das cavernas, por meio de pinturas rupestres feitas com a intenção de representar o caminho dos locais onde havia caça”.

Por outro lado, Erwin Josephus Raisz (1969, p. 7), representante da historiografia tradicional, descreve acerca da existência de rudimentos ou esboços do que viria a ser a cartografia entre os povos primitivos, entre eles os habitantes da antiga Babilônia, os índios nativos das Ilhas Marshall, os esquimós, os astecas e os chineses. Segundo o autor, é dos babilônios, por exemplo, a autoria do mapa encontrado na localidade de Gar-Sur (Figuras 1 e 2), considerado por muitos como o mais antigo exemplar da “arte” de representar o espaço. Trata-se de um artefato feito de barro cozido, contendo traços que indicam a presença de um rio rodeado por montanhas. A interpretação feita por arqueólogos é que seria uma representação da antiga Mesopotâmia⁶ e que esse artefato teria entre 2.500 e 4.500 anos de existência.

⁶ Provavelmente de Sippar, atual sul do Iraque (RAISZ, 1969, p.9).

FIGURA 01 – O mapa mais antigo: placa de barro de Gar-Sur, data de 2500 a.C.



Fonte: Raisz (1969, p. 9).

FIGURA 02 – Peça arqueológica original encontrada em Gar-Sur.



Fonte: Raisz (1969, p. 9).

É importante assinalar uma questão relevante. Não podemos pensar em mapas e plantas tendo como suportes apenas o papel e sim, devemos imaginá-los de formas e materiais diversos, pois a cartografia é reconhecida por suas diversas formas de representação do espaço, mesmo não atendendo a padrões como o uso de escalas regulares ou de uma simbologia mais convencional.

Nesta visão, alguns povos antigos expuseram desde cedo o desejo de representar o espaço através de mapas e, para isso, fizeram uso dos recursos de que dispunham, como a argila, o papiro ou as inscrições rupestres. Estes são exemplos bem claros da importância da representação dos espaços de vivência para a própria sobrevivência dos grupos humanos, especialmente das populações nômades, para

as quais o desenho dos itinerários e dos pontos de interesse a eles associados era essencial.

Um outro artefato cartográfico também bastante antigo foi descoberto em 1963 por James Mellaart, em Ankara, na Turquia (Figuras 3 e 4), durante uma escavação realizada na localidade de *Çatal Höyük*. Em escala grande, os estudos do “mapa” apontam para sua origem há cerca de 6.200 a.C., contrariando a pesquisa de Erwin Josephus Raisz, sendo assim este o mapa mais antigo identificado nos tempos atuais. Segundo a descrição, o mapa é, na verdade, a planta de uma cidade e representa um total de 80 edificações.

FIGURA 03 – O mapa de *Çatal Höyük* em seu local original.



Fonte: Disponível em:
<<http://www.esteio.com.br/newsletters/paginas/002/mercator.htm>>.
Acesso em: 18 mai. 2017.

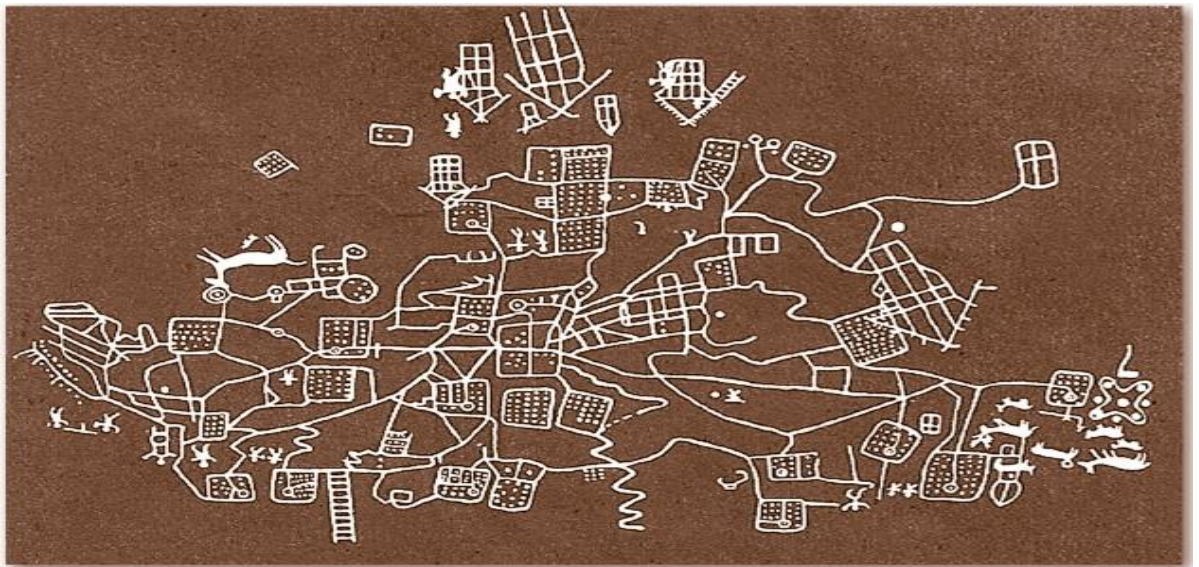
FIGURA 04 – Representação gráfica do original.



Fonte: Disponível em: <http://www.esteio.com.br/newsletters/paginas/002/mercator.htm>>.
Acesso em: 18 mai. 2017.

Mais um testemunho da cartografia antiga é o mapa da localidade de Bedolina no vale do rio Pó, território italiano (Figura 5). Atribuído aos camônios, povos que viviam no norte da Itália, o mapa, em escala grande, representa as atividades agrícolas desses povos e acredita-se que tenha cerca de 2.400 anos a.C. Ele representa em detalhes aspectos da organização social e das atividades econômicas desse povo, como podemos verificar:

FIGURA 05 – O mapa rupestre de Bedolina, no vale do Pó.



Fonte: Oliveira (1988, p. 17).

Podemos observar que a cartografia, na definição histórica, analisa o surgimento e a dinâmica da atual configuração dos territórios, por meio de suas representações espaciais ao longo do tempo. Dessa forma, compreende-se que exista uma estreita relação entre o processo histórico da cartografia e o desenvolvimento da humanidade, pois tanto a historiografia tradicional, quanto as abordagens mais atualizadas, mostram o emprego das representações, de forma especial os mapas, em diferentes épocas e lugares do mundo. Assim, afirma Oliveira (1988, p. 17), todo povo, sem exceção, nos legou mapas. Portanto, nessa concepção, os estudos de cartografia se resumem ao processo histórico de confecção de mapas descritivos do seu território.

Em sua obra denominada “O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil”, o historiador da Unicamp Paulo Miceli (2002 p. 25) enfatiza que a palavra

cartografia foi introduzida no Brasil pelo historiador português Manuel Francisco Carvalhosa, 2º Visconde de Santarém, numa carta datada de 8 de dezembro de 1839.

De forma característica e interpretativa, a historicidade dos mapas também nos permite extrair informações singulares sobre o conteúdo destes documentos. O próprio mapa de Gar-Sur⁷, remete a acidentes geográficos e pontos cardeais. Duarte, (2002, p.28-29) também cita que na China os mapas tinham diversas funções, entre elas as políticas, militares, econômicas e burocráticas. E assim conclui,

Na china antiga, muitos mapas tinham finalidades cadastrais, demarcatórias de fronteiras, como documentos burocráticos, planos para conservação das águas, meios para fixação de impostos, estratégias militares, reconstrução da geografia.

O autor também enfatiza que os mapas continham importantes componentes de religiosidade e misticismo, fatores que, por sua vez, influenciaram os rumos da cartografia, a ponto de cidades como Jerusalém, Meca e Meru ocuparem pontos de destaque nos mapas antigos.

A trajetória da cartografia não difere daquela de outras áreas e por ela passaram importantes personagens, os quais deixaram sua contribuição, científica ou não. Segue, abaixo, quadro demonstrativo de algumas dessas personalidades que contribuíram com a história da cartografia no mundo:

QUADRO 01: Personalidades da história da cartografia.

Nome:	Período:	Descrição:
Anaximandro de Mileto	(611 a 547 a.C.)	Autor do famoso mapa que representava o mundo então conhecido – regiões da Europa e Mar Mediterrâneo, e tendo sido aperfeiçoado por Hecateu, seu contemporâneo.
Erastóstenes de Cirene	(276 a 196 a.C.)	Abriu novos horizontes para a cartografia quando mediu a circunferência da Terra, obtendo como resultado próximo de 46 mil quilômetros, sendo este o que mais se aproximou das atuais medidas, que é de aproximadamente 40 mil quilômetros. Além disso, foi o autor de um mapa do mundo que mostrava as áreas habitadas, o qual foi modificado mais tarde por Hiparco de Niceia (161 a 126 a.C.) e ainda chegou a dirigir a biblioteca do museu de Alexandria.
Cláudio Ptolomeu	(90 a 168 a.C.)	É considerado um dos marcos da cartografia antiga. Influenciou o mundo ocidental por muitos séculos, através de várias obras que escreveu sobre assuntos das ciências da Terra, astronomia, cartografia e um que dizia respeito às projeções.

⁷ Figuras “1” e “2”, p.25.

Gerhard Mercator	(1512 - 1594)	Também conhecido por nós por Gerardo Mercator ou simplesmente Mercator foi um dos cartógrafos mais importantes da Europa, comparado a Ptolomeu em sua época, inaugurou uma nova época para a cartografia e teve como seu trabalho mais conhecido as projeções cartográficas. A palavra “atlas”, que hoje utilizamos para designar publicações que reúnem um conjunto de mapas, nos foi legada também por Mercator.
Nicolau Sanso	(1600 - 1667)	Francês famoso na história dos mapas. Influenciado por Mercator, publicou mapas e atlas. Os franceses, através das grandes navegações, desenvolveram bastante a cartografia.

Fonte: Duarte (2002, p.37).

Já no âmbito da história da cartografia brasileira, suas origens ocorreram na expansão das grandes navegações preconizadas por nosso país colonizador, Portugal. De acordo com Duarte (2002 p.19), a expansão ultramarina e a navegação marcaram fortemente o caráter utilitário da cartografia portuguesa da época da política colonialista, tendo sido intensa a produção de mapas marítimos que mostravam a configuração das costas e o delineamento de continentes e ilhas.

Assim, criou-se aqui em nosso país uma cartografia nacional, a partir da vinda da família real, onde fomos beneficiados principalmente pelas técnicas provenientes da Europa. A partir de 1808, sobretudo com as criações do Arquivo Militar e da Tipografia Régia, deu-se a criação da cartografia imperial, que tinha como função capacitar técnicos especialistas nas áreas geográficas e cartográficas. Isso serviu de apoio à impressão de novos mapas, entre os quais podemos citar a planta de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1812, conforme figura 06.

FIGURA 06: Planta de São Sebastião do Rio de Janeiro (1812).



Fonte: Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-rio-janeiro/684/>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Segundo Bakker (1968 p.83), entre 1857 a 1859, Manoel Antônio Vital de Oliveira⁸ realizou mapeamento desde o Rio Grande do Norte até o limite sul de Alagoas, através de atividades desenvolvidas nas Companhias Hidrográficas da Marinha do Brasil. O autor afirma que alguns hidrógrafos franceses também contribuíram para a construção de cartas náuticas em todo o litoral brasileiro, que foi muito explorado, devido à sua extensão.

A Cartografia brasileira se desenvolveu com maior ênfase na cidade de São Paulo, principalmente após a criação, em 1886, da Comissão Geográfica e Geológica naquele estado, mesmo depois da extinção da Imperial Comissão Geológica, criada sem sucesso em 1874. Assim, o estado de São Paulo teve um importante papel no desenvolvimento cartográfico do país, pois esta Comissão foi pioneira nos levantamentos oficiais regulares em grande escala, com objetivo de realizar os trabalhos de levantamento das cartas topográficas, geográficas, geológicas, agrícolas, meteorológicas e botânicas.

O início do século XX é marcado por uma nova fase do mapeamento brasileiro. Em 1914 ocorre a primeira operação estereofotogramétrica⁹ no Rio de Janeiro, cobrindo uma área de aproximadamente 1.345 km². A partir de 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro faz uma parceria com a Áustria, buscando técnicas cartográficas desenvolvidas na Europa, para implantação de um sistema de projeção cartográfico mais moderno, visando o mapeamento de todo o país.

Devido às dificuldades de penetração nas florestas brasileiras, principalmente na Amazônia, em 1928 surgiu a primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, visando a demarcação das áreas de fronteira. Como todo o trabalho era feito atravessando os rios e por trilhas dentro da mata fechada, o processo de levantamento topográfico era muito lento e problemático.

⁸ Considerado o Patrono da Hidrografia, foi oficial de brilhante inteligência no curso de Escola da Marinha Brasileira. Aproveitando os méritos de tão hábil especialista, resolveu o governo investi-lo de missão mais ampla, encarregando-o do levantamento da carta geral da costa do Império. (Fonte: Patronos na Marinha - Academia de História Militar Terrestre do Brasil).

⁹ Estereofotogrametria é uma técnica mais sofisticada da Fotogrametria, na qual são executadas medições mais precisas, utilizando-se de fotografias métricas. Envolve coordenadas estimadas de pontos de um objeto tridimensional. (Fonte: Manual Técnico de Geociências).

Durante a segunda guerra mundial, foi criado, no nordeste brasileiro, um destacamento especial do Serviço Geográfico do Exército, para mapeamento. Coelho (1969, p.15), comenta que:

[...] devido as necessidades militares do momento, julgou-se indispensável e urgente melhorar e completar a documentação cartográfica que existia sobre o satélite norte-oriental brasileiro, que compreende o litoral dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará, porque nessa região necessariamente se verificariam, acontecimentos de ordem militar, defensivos ou ofensivos.

Nesse período, para atender às necessidades de defesa nacional, a cartografia brasileira fez grandes avanços. Foi especialmente nessa região estratégica do nordeste brasileiro que se trabalhou mais. Incentivado pelo desenvolvimento da aerofotogrametria, o Brasil preparou uma série de mapas, compreendendo uma faixa litorânea de 50 km de largura; porém, esses mapas não foram colocados à disposição da sociedade.

Após a Segunda Guerra, uma das primeiras medidas adotadas foi a criação do decreto-lei nº 9.210 em 29 de abril de 1946, que estabelecia normas para uniformização da cartografia brasileira, começando a ficar evidente a preocupação com a linguagem técnica da cartografia, visando uma melhor capacitação técnica dos cartógrafos. Em 1967, através do decreto-lei 243, foram estabelecidas as normas da legislação cartográfica brasileira, regulamentando as diretrizes e bases da cartografia e da política cartográfica nacional. A partir dos anos 70, inicia-se no Brasil uma nova etapa para a cartografia, auxiliada pelo sensoriamento remoto, principalmente pelos lançamentos de satélites no mundo e pelos desenvolvimento do sistema GPS¹⁰.

Historicamente, verifica-se que a maior preocupação com o mapeamento sistemático brasileiro, por parte do governo federal deu-se sob o governo do Presidente Getúlio Vargas, com o mapeamento em escalas mais precisas e também sob o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, onde os mapeamentos foram executados para atenderem os interesses econômicos e políticos. Posteriormente, tais mapeamentos foram realizados esporadicamente e em locais estratégicos, visando o controle de territórios.

¹⁰ O GPS (Sistema de Posicionamento Global) é um sistema de navegação que permite, através de satélites artificiais, a obtenção de informações sobre a localização geográfica em qualquer lugar da superfície terrestre e em qualquer hora do dia.

Atualmente, o desenvolvimento de técnicas topográficas caminha ao lado das novas tecnologias, com imagens e instrumentos de alta precisão, produzidas principalmente a partir de aviões e satélites. Nos casos de sensoriamento remoto (detecção remota), são usados os conhecimentos da estereoscopia, de modo que seja possível perceber o relevo da região fotografada, ou representada em alguma imagem, e se possa medir as diferenças de nível, para se produzir as plantas e cartas. Outra ferramenta muito utilizada para mapeamentos mais precisos é através do laser scanner, onde o equipamento faz uma varredura dos pontos a seu redor, obtendo uma grande quantidade de pontos tridimensionais.

2.2 OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA

Em caráter geral, percebe-se que, a partir das atividades associadas aos serviços cartográficos ou de natureza cartográfica, a geografia buscou tratar a cartografia como um assunto técnico e assim estabeleceu normas a serem observadas pelas entidades produtoras e usuárias desses serviços. No entanto, a essência da cartografia está preservada, independentemente dos avanços tecnológicos, uma vez que o seu objetivo não sofreu alterações.

Segundo a geógrafa Archela (2001 p.42), os mapas são considerados a representação geográfica mais remota conhecida atualmente, pois sua confecção precede à escrita, visto que viajantes e exploradores, mesmo não sabendo ler, tinham a habilidade de traçar e interpretar suas linhas e desenhos. Assim, afirma a autora:

Variadas são as formas de ver a cartografia, seja tendo em vista a diferença entre as disciplinas (ciências humanas, ciências físicas e engenharias), seja no âmbito de um mesmo campo do conhecimento, como demonstra a trajetória do uso da cartografia pela geografia (ARCHELA, 2001, p.335).

Nesse mesmo sentido, Archela (2001 p.47) realizou estudos, através do Departamento de Geociências - DGEO da Universidade Estadual de Londrina - UEL, utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica e analítica no âmbito da cartografia. Nela, a autora informa que a cartografia brasileira originou-se a partir da cartografia portuguesa do século XVI, devido à necessidade de uma intensa elaboração de mapas das rotas de navegação e do domínio dos territórios descobertos, tornando-se atualmente um importante documento do gênero cartográfico. Foi observado também

que, no início do século XX, alguns mapas importantes na história do Brasil foram apresentados sob a forma de coletâneas.

Nessa mesma linha, Francischett (2004, p.4) afirma que a geografia e a cartografia até o século XVIII eram ciências comuns e, a partir desse momento, redefiniram-se em meio à nova ordem mundial, pois ambas têm como base de análise o espaço, embora a primeira priorize a análise da produção e organização deste espaço e a segunda, a sua representação.

Numa perspectiva de evolução conceitual, em 1949, a Organização das Nações Unidas – ONU¹¹ já perfilhava a importância da cartografia no mundo, por meio da seguinte assertiva lavrada em Atas e Anais, “Cartografia no sentido lato da palavra não é apenas uma das ferramentas básicas do desenvolvimento econômico, mas é a primeira ferramenta a ser usada antes que outras ferramentas possam ser postas em trabalho”.

A despeito de seu significado etimológico, a concepção inicial da cartografia tinha a ideia do traçado de mapas. Assim, no primeiro estágio de evolução, o vocábulo passou a significar a arte do traçado de mapas, para em seguida conter a ciência, a técnica e a arte de representar a superfície terrestre. Nesse sentido, a história da cartografia confunde-se com a origem da geografia e essa interação entre as duas ciências ocorre em função da proximidade do objeto de estudo de ambas. Enquanto a geografia tem como objeto o espaço geográfico, a cartografia visa mapear esse espaço, ou seja, transferir para um mapa as representações que se encontram no espaço.

Aprofundando-se no assunto, em 1999 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE lançou Manual Técnico de Noções Básicas de Cartografia, no qual buscava-se padronizar os termos cartográficos representativos da área de geografia, além de conter diversos conceitos importantes nesta área, principalmente sobre a classificação de cartas e mapas. Conforme documento, o conceito da cartografia descrito foi estabelecido em 1966 pela Associação Cartográfica Internacional (ACI) e, posteriormente, ratificado pela UNESCO¹² no mesmo ano, considerando-se que,

A cartografia apresenta-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de

¹¹ ONU, Department of Social Affairs. MODERN CARTOGRAPHY – BASE MAPS FOR WORDS NEEDS – Lake Success.

¹² UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

observações diretas ou da análise da documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como a sua utilização (IBGE, Manual Técnico em Geociências, nº 8, Noções Básicas de Cartografia, 1999 p.12).

O conceito de cartografia tem suas origens intimamente ligadas às inquietações que sempre se manifestaram no ser humano, no tocante a conhecer o mundo que ele habita. Assim, dentro dos diversos conceitos técnicos para o termo, o IBGE considera o processo cartográfico, partindo da coleta de dados que envolve estudos, análises, composições e representação de observações, de fatos, fenômenos e dados pertinentes a diversos campos científicos associados à superfície terrestre.

Nesse sentido, visando a implantação e efetivação das técnicas a serem utilizadas a partir da cartografia, surgiram entidades com o objetivo de garantir a produção de informação geográfica e suas diversas vertentes. Segundo Anderson (1982, p.21), na cartografia topográfica brasileira existem três entidades muito importantes: A COCAR¹³ (Comissão de Cartografia), a DSG (Diretoria de Serviço Geográfico) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Esta última Instituição, já citada anteriormente, foi criada na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, e tem como objetivo:

Assegurar a produção de informação estatística, geográficas, cartográficas, geodésicas, demográficas, socioeconômicas, de recursos naturais e de condições de meio ambiente, inclusive poluição, necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico e social e à segurança nacional (ANDERSON, 1982, p. 25).

Ainda de acordo com o autor, cabem às Superintendências de Geodésia e Cartografia executarem as atividades técnicas de pesquisas, análise e estudos geodésicos (das dimensões e forma da Terra, seu campo gravitacional, locação de pontos fixos e sistemas de coordenadas), cartográficos e os levantamentos geodésicos e topográficos, mapeamento e outras atividades cartográficas. E assim foram determinadas as políticas cartográficas, que possuem diversas ações desde os primeiros anos do descobrimento do Brasil, conforme consta no quadro abaixo:

¹³ A COCAR (Comissão de Cartografia) foi instituída pelo decreto-lei 243 de 28/02/1967 e deu origem à atual CONCAR (Comissão Nacional de Cartografia) através do Decreto s/nº de 01/08/2008, órgão colegiado do Ministério do Planejamento, que fixa as diretrizes e bases da Cartografia brasileira e dá outras providências.

QUADRO 02 – Cronologia de ações da política cartográfica: Coordenação da Cartografia Nacional.

Ano / Período:	Descrição:
1502	Primeira representação cartográfica do território brasileiro (Planisfério de Cantino).
1519	Primeira representação cartográfica do território brasileiro de forma integrada (Carta Atlântica do Atlas Miller).
1544	Primeira representação cartográfica com o rio Amazonas (Planisfério de Caboto).
1830	Primeiros trabalhos de Cartografia Náutica, realizados por iniciativa de entusiastas brasileiros.
1873/1877	Primeira tentativa de dotar o país de documentos cartográficos terrestres confiáveis, com a Comissão da Carta Geral do Império (extinta em 1874). <ul style="list-style-type: none"> • A Carta do Império resultante do trabalho da Comissão da Carta Geral do Império é apresentada na exposição internacional de Filadélfia, nos Estados Unidos. • Institucionalizada a repartição Hidrográfica do Ministério da Marinha, atual Diretoria Hidrográfica de Navegação (DHN). • Iniciados, pelo Rio Grande do Sul, os trabalhos da Carta Itinerária, com austríacos contratados pelo imperador Pedro II, tiveram pouca direção.
1890	É criado o Serviço Geográfico, anexo ao Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, para a execução de trabalhos geodésicos e geográficos, o qual teve pouca duração.
1903	A Comissão da Carta Geral do Brasil instala-se em Porto Alegre (RS), para dar início ao projeto “A Carta do Brasil”, apresentado em 1900 pela 3ª Seção do Estado Maior do Exército, como o primeiro projeto de caráter sistemático para a cartografia terrestre.
1920	A Missão Cartográfica Austríaca, contratada para organizar o Serviço Geográfico do Exército chega ao Brasil, trazendo as técnicas fotogramétricas de desenho cartográfico e de impressão <i>offset</i> .
1932/1938	<ul style="list-style-type: none"> • É feita a fusão do Serviço Geográfico Militar, sediado no Rio de Janeiro, e a Comissão da Carta Geral do Brasil, sediada em Porto Alegre, constituindo o novo Serviço Geográfico do Exército. • Instalado o Instituto Nacional de Estatística, que fora criado em 1934, dando início ao processo de fusão das atividades estatísticas e cartográficas no país, pois o sucesso dos levantamentos estatísticos dependia da existência de documentos cartográficos confiáveis. • Surge o Sindicato Condor, embrião do grupo empresarial brasileiro ligado à atividade cartográfica. • O Instituto Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia são incorporados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com os nomes de Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística.
1942/1946	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento das diretrizes e bases da Cartografia brasileira, pelo Decreto-Lei 243 de 28 de fevereiro de 1967. • Estabelecimento de Normas para Uniformização da Cartografia Brasileira (Decreto-Lei 9.210).
1962/1967	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da primeira edição completa do álbum da Carta Internacional ao Milionésimo. CIM (46 folhas na escala 1:1.000.000 que recobrem totalmente o país). • Estabelecimento das diretrizes e bases da Cartografia brasileira, pelo Decreto-Lei 243 de 28 de fevereiro de 1967. Criada a Comissão de Cartografia (COCAR).
1974/1978	<ul style="list-style-type: none"> • O Presidente da República determina estudos para conclusão do mapeamento topográfico do Brasil no mais curto prazo possível. • Criação do Plano de Dinamização da Cartografia - PDC/78, para intensificar o mapeamento sistemático brasileiro, visando à cobertura plena do território, na escala de 1:250.000 e o incremento da cobertura, na escala 1:100.000 (nas regiões Centro-Oeste e Nordeste e em parte das regiões Sudeste e Norte), na

	escala 1:50.000 (nas regiões Sul e parte do Sudeste e Nordeste) e na escala 1:25.000 (em capitais estaduais).
1984	Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional (Decreto nº 89.817).
1990/1999	<ul style="list-style-type: none"> • A reforma administrativa executada pelo governo federal desativou a CONCAR e, conseqüentemente, as interações no âmbito do Sistema Cartográfico Nacional. Início da absorção de novas tecnologias na produção cartográfica nacional por parte dos órgãos integrantes do SCN. • IBGE elabora normas para levantamento GPS e implanta a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC). • Reativação da Comissão Nacional de Cartografia, pelo Decreto s/nº, de 21 de junho de 1994, no Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), desta vez denominada CONCAR. • Com a extinção do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), ao qual a CONCAR achava-se vinculada, a comissão foi, conseqüentemente, desativada.
2000/2005	<ul style="list-style-type: none"> • Reativação da CONCAR, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Decreto sem número de 10 de maio de 2000, e pelo Decreto 4.781, de 16 de julho de 2003. • Retomada dos trabalhos da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), com a elaboração de Plano Cartográfico, integrando os planos do IBGE, da DSG, do IGA e da DHN. • Reativação dos trabalhos da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR). • Elaborado o planejamento estratégico da CONCAR.

Fonte: Disponível em: <<http://www.concar.ibge.gov.br/panoramaHist.aspx>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

Além dos procedimentos técnicos utilizados nos documentos cartográficos pelo IBGE, é importante salientar que, em 1984, instituíram-se no Brasil, através do Decreto nº 89.817, instruções reguladoras das normas técnicas da cartografia nacional, onde, em seu artigo 1º, estabelece que as normas devem ser observadas por todas as entidades públicas e privadas produtoras e usuárias de serviços cartográficos, de natureza cartográfica e atividades correlatas, e que, de acordo com o artigo 5º do referido decreto, para efeito das instruções estabelecidas, designa as seguintes definições:

1. Serviço Cartográfico ou de Natureza Cartográfica - é toda operação de representação da superfície terrestre ou parte dela, através de imagens, cartas, plantas e outras formas de expressão afins, tais como definidas no art. 6º do DL 243/67 e seus parágrafos.
2. Atividade Correlata - toda ação, operação ou trabalho destinado a apoiar ou implementar um serviço cartográfico ou de natureza cartográfica, tal como mencionada no parágrafo único do art. 2º do Decreto-Lei número 243/67.

Desta forma, a representação do espaço geográfico pode se dar através de cartas, plantas, croquis, mapas, globos, fotografias, imagens de satélites, gráficos, perfis topográficos, maquetes, textos e outros meios que utilizam a linguagem cartográfica. A função dessa linguagem é a comunicação de informações sobre o espaço, daí a necessidade de haver uma situação comunicativa (exposição e

divulgação dos trabalhos) para que a atividade seja significativa e ocorra aprendizagem e avaliação do processo, além de contribuir para que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento.

Ainda na perspectiva geográfica, segundo o Manual Técnico em Geociências do IBGE, intitulado “Noções Básicas de Cartografia”, existem vocabulários específicos para o traçado de mapas e plantas, contendo técnicas da arte de representar a superfície terrestre. Os tipos de representação por traço são o globo, o mapa, a carta e a planta, conforme quadro abaixo.

QUADRO 03 – Representação por traço.

Representação por traço:	Características / Conceitos:
GLOBO:	Representação cartográfica sobre uma superfície esférica, em escala pequena, dos aspectos naturais e artificiais de uma figura planetária, com finalidade cultural e ilustrativa.
MAPA:	Representação no plano, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de uma área tomada na superfície de uma Figura planetária, delimitada por elementos físicos, político-administrativos, destinada aos mais variados usos, temáticos, culturais e ilustrativos.
CARTA:	Representação no plano, em escala média ou grande, dos aspectos artificiais e naturais de uma área tomada de uma superfície planetária, subdividida em folhas delimitadas por linhas convencionais - paralelos e meridianos - com a finalidade de possibilitar a avaliação de pormenores, com grau de precisão compatível com a escala.
PLANTA:	Carta que representa uma área de extensão suficientemente restrita para que a sua curvatura não precise ser levada em consideração, e que, em consequência, a escala possa ser considerada constante.

Fonte: IBGE, Manual Técnico em Geociências (1999, p.21).

Os elementos da representação por imagem são o mosaico, a fotocarta, a ortofotocarta, a ortofotomapa a fotoíndice e a carta imagem, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 04 – Representação por imagem.

Representação por imagem:	Características / Conceitos:
MOSAICO	É o conjunto de fotos de uma determinada área, recortadas e montadas técnica e artisticamente, de forma a dar a impressão de que todo o conjunto é uma única fotografia. Classifica-se em: - CONTROLADO - é obtido a partir de fotografias aéreas submetidas a processos específicos de correção de tal forma

	<p>que a imagem resultante corresponda exatamente a imagem no instante da tomada da foto. Essas fotos são então montadas sobre uma prancha, onde se encontram plotados um conjunto de pontos que servirão de controle à precisão do mosaico. Os pontos lançados na prancha têm que ter o correspondente na imagem. Esse mosaico é de alta precisão.</p> <p>- NÃO-CONTROLADO - é preparado simplesmente através do ajuste de detalhes de fotografias adjacentes. Não existe controle de terreno e as fotografias não são corrigidas. Esse tipo de mosaico é de montagem rápida, mas não possui nenhuma precisão. Para alguns tipos de trabalho ele satisfaz plenamente.</p> <p>- SEMICONTROLADO - são montados combinando-se características do mosaico controlado e do não controlado. Por exemplo, usando-se controle do terreno com fotos não corrigidas; ou fotos corrigidas, mas sem pontos de controle.</p>
FOTOCARTA	É um mosaico controlado, sobre o qual é realizado um tratamento cartográfico (planimétrico).
ORTOFOTOCARTA	É uma ortofotografia - fotografia resultante da transformação de uma foto original, que é uma perspectiva central do terreno, em uma projeção ortogonal sobre um plano - complementada por símbolos, linhas e georreferenciada, com ou sem legenda, podendo conter informações planimétricas.
ORTOFOTOMAPA	É o conjunto de várias ortofotocartas adjacentes de uma determinada região.
FOTOÍNDICE	Montagem por superposição das fotografias, geralmente em escala reduzida. É a primeira imagem cartográfica da região. O fotoíndice é insumo necessário para controle de aerolevantamentos utilizados na produção de cartas através do método fotogramétrico. Normalmente a escala do fotoíndice é reduzida de 3 a 4 vezes em relação à escala de voo.
CARTA IMAGEM	Imagem referenciada a partir de pontos identificáveis e com coordenadas conhecidas, superposta por reticulado da projeção, podendo conter simbologia e toponímia.
Observação: Outro elemento comum na cartografia geográfica é a escala, que nada mais é do que a relação entre a medida de um objeto ou lugar representado no papel e sua medida real.	

Fonte: IBGE, Manual Técnico em Geociências (1999, p.22).

Assim evoluiu a cartografia na perspectiva geográfica: ora através de procedimentos técnicos específicos utilizados para os documentos cartográficos, ora através de instruções reguladoras de normas técnicas cartográficas, formando vocábulos peculiares com significado técnico da arte de representar a superfície terrestre para o traçado de mapas e plantas.

2.3 OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS NO CONTEXTO DA ARQUITETURA E ENGENHARIA

A cartografia na esfera da arquitetura e da engenharia encontra-se presente no meio social sob a forma de testemunhos gráficos, também provinda de épocas remotas:

[...] A tipologia era muito variada, estando já então definidas as principais categorias que integram os arquivos de época mais recente: cartas régias, tratados internacionais, actas, missivas, contratos, assentos contabilísticos, censos, etc. Nem mesmo estão ausentes os documentos cartográficos, como por exemplo, a placa legendada em caracteres cuneiformes, do século XIII a.C., com a representação de Ninive ou o papiro egípcio com a planta topográfica das minas de ouro Gebel (SILVA; RIBEIRO, 1999, p. 46).

Em 2003 iniciou-se um movimento mais intenso da gestão arquivística de documentos de arquitetura e engenharia no XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos, onde houve recomendações da mesa de “Preservação e Acesso a Acervos de Arquitetura e Urbanismo” para criação da Portaria nº 80, de 13 de junho de 2006, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que instituiu a Câmara Setorial sobre Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo. O principal objetivo naquele momento era de realizar estudos, propor diretrizes e normas, no que se refere à organização, à guarda, à preservação, à destinação e ao acesso de documentos integrantes de arquivos de arquitetura, engenharia e urbanismo.

Sob o ponto de vista histórico dessas áreas, podemos também dizer que a cartografia é a arte de representar, por meio de desenho, parte ou totalidade da superfície terrestre e essa representação é elaborada com um sistema de projeção reduzida a uma dada escala.

Nesse sentido, o homem esforçava-se para registrar essas informações em suportes disponíveis no momento de sua produção, como por exemplo, em placas de argila e pedras rochosas e, mais recentemente, realizar o registro das representações sobre características físicas de terrenos por ele ocupados, a fim de orientar-se, conhecer, ou até mesmo dominar determinado território, nascendo assim os primeiros croquis. De tal modo, surgem as noções das primeiras cidades.

Com o passar do tempo, através do traço linear, o homem começa a expressar aspectos que deveriam ter uma construção, uma cidade ou uma rua, de forma a guiar-se na execução desse projeto, originando as primeiras plantas de arquitetura e engenharia (CARRASCAL SIMON; GIL TORT, 2008, p.15).

Em geral, verifica-se que arquivos de arquitetura e engenharia necessitam de uma guarda específica, exceto em repartições públicas ou escritórios privados onde foram necessários preservá-los, em virtude do próprio caráter de operação dos mesmos. Porém, tratar-se-ia, nesses casos, “simplesmente de uma operação de

armazenamento, sem implicação alguma de uma tarefa adequada de acondicionamento e catalogação” (GUTIÉRREZ, 2001, p.34). O autor ainda informa que, o Brasil possui respeitáveis coleções de cartografia e planos de arquitetura localizados em diversos arquivos. Entre eles, algumas Instituições detentoras de acervos desta natureza, tais como o Arquivo Nacional, o Arquivo Histórico do Exército, a Mapoteca do Itamaraty e a Biblioteca Nacional.

Nesta linha, Manuel Blanco (2003, p.9), conceituou os documentos de arquitetura como:

[...] todo o material documental e anexo que se relaciona com a história, a teoria e a prática da arquitetura e de domínios relacionados sejam quais forem os suportes e as características físicas, criado ou recebido por organismos públicos ou privados no decorrer das suas atividades [...].

De tal modo, tanto para os arquivos de arquitetura quanto para os arquivos de engenharia, inclui-se o fato de que as características de suporte físico (diversidade, fragilidade e formato em grandes dimensões), conteúdo informacional (representações gráficas, terminologia e linguagem específica), acessibilidade, diferentes modelos de tratamento e incorporação de novos elementos ao projeto, além de inovações e tecnologias desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX, acarreta ainda uma maior dificuldade à procura de soluções na organização desses documentos.

Desta forma, os projetos de arquitetura e engenharia, formam uma variedade de registros documentais referentes à sua natureza. A produção desses projetos, acumula uma diversidade de documentos durante o processo, a partir da realização de rotinas, funções e atividades relacionadas a uma edificação, por exemplo, que são desempenhadas por diversos profissionais, entre eles arquitetos e engenheiros, onde participam da elaboração e execução desses projetos que serão considerados como pontos centrais da produção documental.

Conforme o Dicionário Ilustrado de Arquitetura (ALBERNAZ; LIMA, 2000 apud VIANA, 2011, p. 27), o projeto arquitetônico é formado por desenhos e textos que compõem a representação gráfica da obra e também de sua maquete. Para a elaboração do projeto, existem três etapas: o estudo preliminar, o anteprojeto e o projeto de execução. A partir dessas etapas, são produzidos documentos carregados

de significados, pela memória ou pela imaginação, alusivos ao processo de criação do edifício.

Conclui-se então, que os documentos produzidos na área de arquitetura não estão exclusivamente relacionados com a construção do edifício, mas também adjuntos aos demais documentos, tais como desenhos, textos, fotos etc., que estabelecem a sua base documental. Recentemente, percebeu-se que, junto com a fotografia, o desenho arquitetônico feito à mão é considerado de suma importância para composição do fundo de arquitetura. De acordo com Ching (2008, p. 163), o desenho arquitetônico é um “instrumental gráfico, incluindo os processos e técnicas do arquiteto para representar um objeto, ambiente ou ideia através de linhas sobre uma superfície”.

Do mesmo modo, apesar da abundância de documentos produzidos com várias siglas, notações e números recebidos no momento da sua elaboração, ou durante o processo de produção, segundo Montenegro (1997, p. 84), os documentos de representação gráfica seguem uma determinada ordem natural de produção. Essa sequência é demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 5 – Sequência de ordem natural de produção dos documentos de representação gráfica de um projeto arquitetônico.

Ordem:	Documentos:	Descrição:
1º	Planta de Edificação	Peça desenhada integrante do projeto de construção de um edifício, que compreende a vista superior do plano secante horizontal. A altura considerada do plano é variável, de forma a poder ser possível a representação de todos os elementos considerados relevantes.
2º	Corte	Peça desenhada que representa a secção de um plano vertical na representação de um edifício, mostrando pormenores do seu interior, nomeadamente as cotas. As plantas também são cortes efetuados por um plano horizontal.
3º	Fachadas	Desenho das faces exteriores de um edifício. Parede exterior de um edifício.
4º	Planta de Locação	Também conhecida como Planta de Implantação. Peça desenhada integrante de um projeto que inclui a representação em planta de todos os elementos arquitetônicos, bem como outros elementos existentes no lote a edificar, como muros, vedações, passeios, entre outros.
5º	Planta de Cobertura ¹⁴	Representação da projeção superior da edificação, levando em conta o telhado, os sistemas de recolhimento e escoamento das águas pluviais, beiral, cumeeira, rincão, espigão, chaminés, reservatórios e o que aparecer na cobertura. Esta representação deve estar acompanhada do desenho do terreno, geralmente da mesma forma que a planta de localização.

¹⁴ Fonte: Manual do Arquiteto. Disponível em: <<http://www.manualdoarquiteto.com.br/2014/02/topico-33-planta-de-cobertura.html>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

6º	Planta de Situação	Peça desenhada integrante de um projeto que permite a identificação em planta da localização de uma edificação, representando os edifícios e vias existentes, entre outros.
----	--------------------	---

Fonte: Dicionário de Engenharia Civil. Disponível em:

<<https://www.engenhariacivil.com/dicionario/planta-de-edificacao>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

É importante sublinhar que essas tipologias documentais, apresentadas na tabela acima, são desenhos manuais, em plena era da tecnologia.

Já existem equipamentos sofisticados que auxiliam o arquiteto a desenhar levantamentos completos, planos urbanísticos e projetos de arquitetura, apresentando os cortes, as fachadas, as perspectivas externas e de interiores na posição que for escolhida pelo cliente ou arquiteto, podendo até visualizar o objeto arquitetônico em movimento (MONTENEGRO, 1997, p.1).

Não obstante, a preservação das plantas, junto com a documentação que compõe o projeto arquitetônico, permite avaliar todo o conjunto histórico de representação gráfica no processo de construção. Uma outra questão proeminente diz respeito à documentação, que pode se tornar a única referência de obras demolidas, ou mesmo daquelas que não saíram do papel, assim como a necessidade de informações para possíveis intervenções visando a conservação, reforma ou restauração do patrimônio construído.

No entanto, não são raras as ocasiões em que o acervo encontra-se disperso ou deteriorado. A tarefa que se apresenta atualmente aos arquitetos, arquivistas, conservadores e historiadores, entre outros que trabalham na área da preservação do patrimônio cultural, é a de se apropriar, disseminar, disponibilizar, divulgar e preservar as informações que por algum motivo foram consideradas sem valor.

Fillion (1998, p. 229) fez um estudo comparativo entre mapas e plantas, demonstrando que possuem características comuns e isso é o motivo de serem tratados de modo semelhante em arquivos:

É verdade que a informação veiculada por um mapa geográfico difere da de um plano de construção, mas ambos partilham de características comuns e é por isso que os serviços de arquivo os tratam muitas vezes de maneira idêntica. Os documentos cartográficos e os documentos arquitetônicos caracterizam-se pelo formato geralmente de grande dimensão e pelo desenho com escala [...].

Assim, as definições de plantas e mapas configuram certo grau de naturalidade no trato cotidiano de profissionais arquivistas. Por isso, partimos do princípio que

demonstrar características que as unem e as diferenciam pode facilitar a compreensão de conceitos de ambos os campos na identificação e levantamento de tipos e espécies documentais específicos, seja na arquitetura, na engenharia, na cartografia ou mesmo na arquivologia.

Desta forma, a figura do arquiteto é indispensável para a implementação e futura execução do projeto arquitetônico e suas ações são de grande interesse para o arquivista, o qual deve ser o responsável pela organização dos documentos por ele produzidos no decurso de seu ofício (MONTENEGRO, 1997, p. 28).

Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p. 17) expõem a vantagem de esclarecer a terminologia empregada em centros de documentação, chamando a atenção para uma mistura de significados entre os termos planta e mapa. Segundo os autores, uma planta de urbanismo, por exemplo, segue um mesmo objetivo de descrever graficamente um território ou parte dele, característica comum também a um mapa. Por esta razão, são tratados como se fossem documentos iguais, fazendo com que às vezes o termo planta ou mapa sejam utilizados de forma indiscriminada para referir-se a um mesmo documento. Outras similaridades entre a planta e o mapa dizem respeito ao formato em tamanhos não convencionais, bem como o uso de símbolos ou sinais, os quais são regulamentados por normativas que demandam do pesquisador conhecimentos específicos dessa linguagem.

Assim se dá a importância dos arquivos de arquitetura e engenharia, com suas particularidades de informações e de suporte documental. Se, por um lado, estes arquivos precisam de condições peculiares de armazenamento e conservação, devido às grandes dimensões ou formas tridimensionais que possuem, por outro lado, fazem jus a interpretações especiais, pois elas são reveladoras de uma atividade específica e fundamental em nosso meio social, que é a ocupação de diferentes modos do espaço físico. O profissional arquivista deve estar atento a todas essas demandas, pois só poderá interpretar essas informações através de estudos aprofundados da gênese documental e das atividades e funções realizadas por essas áreas, trabalhando em parceria com arquitetos e engenheiros, para que tenha pleno conhecimento da estrutura semântica dos documentos que são parte integrante dos projetos.

2.4 OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA

O documento cartográfico produzido no exercício de suas funções e atividades, dotado de organicidade e com elementos característicos suficientes para servir de prova dessas atividades, também é considerado um documento arquivístico.

Segundo consta no Glossário norte-americano de Terminologia Arquivística (2005, p.61), documentos cartográficos são materiais que usam imagens, números ou relevo para representar características físicas ou culturais da terra ou corpo celeste (ou parte dele), tais como mapas, plantas, atlas, gráficos, globo, perfil etc. Já o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.74) conceitua documento cartográfico como um gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre, ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas. Nessa concepção, entende-se gênero documental como:

Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso (1), como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais. (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 15).

Ou seja, em alguns casos observa-se que gênero documental tem a ver com a forma de representação (cartográfico difere, por exemplo, do filmográfico, pela forma como a informação foi representada); ou o suporte (como a diferenciação entre documentos bibliográficos e textuais, uma vez que ambos são escritos, porém os primeiros têm características de coleções). Assim, é interessante notar que uma dada informação pode apresentar-se concomitantemente em dois ou mais gêneros. Um filme com extensão .avi é filmográfico, pela forma de representação da informação, e também digital, por conta do suporte e "codificação estrutural", (código binário).

Entre os principais tipos de documentos cartográficos, encontram-se os mapas e as plantas. Conforme o mesmo dicionário norte americano, os mapas incorporam um grau de análise ou abstração. Por exemplo, uma fotografia de uma massa de terra não é, em si, um mapa, mas a inclusão de informações que identificam as características da fotografia podem torná-la um mapa.

Conceituando mapas e plantas por meio do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 114), verifica-se que os mapas são considerados documentos que descrevem, de forma gráfica ou fotogramétrica, geralmente em escala e em meio plano, características físicas e abstratas selecionadas da superfície terrestre ou de um corpo celeste. Já as plantas, segundo o mesmo léxico, aparecem designadas como documentos em forma gráfica ou fotogramétrica, representando, em seção horizontal, a organização de uma estrutura ou fração do solo, também chamado plano. Assim, dentro desse contexto, observa-se que os mapas e as plantas possuem determinadas semelhanças, principalmente no formato de suas dimensões não convencionais e no uso de simbologia caracterizadas por normativas regulamentadas.

Comumente, o procedimento técnico que envolve a cartografia dos mapas tem como produtos característicos muitos documentos comuns no campo do conhecimento, ao passo que a planta é, em regra associada ao processo técnico de concepção arquitetônica e urbanística, bem como aos cálculos de engenharia. Assim, é importante perceber que ela é um produto de atividades de diversos profissionais, como algo resultante de um conhecimento específico, e visa ilustrar a concepção e a construção de uma obra, quer esta seja fixa ou móvel, e não se refere a cartas geográficas, como ocorre com um mapa (FILLION, 1998, p. 229).

Em uma análise mais pontual, apesar de a cartografia ter sua influência em outras áreas do conhecimento, é fato que, para a Arquivologia, a sua origem deverá ser apenas um detalhe histórico, ou mesmo técnico, pois o mais importante é o entendimento das atividades e funções arquivísticas, para as quais o documento foi criado/produzido. Desta forma, constata-se ainda que, além das demandas técnicas e institucionais aqui apresentadas, abre-se também um espaço para dar ênfase à sua trajetória cultural, no desenvolvimento dos acervos cartográficos, que de alguma forma teve sua parcela de acréscimo na evolução deste gênero arquivístico ao longo da história, pois, como afirma Bellotto (1991, p. 228);

A ideia de pensar o arquivo como um espaço de difusão cultural permite duas vias de ação, que seriam o lançamento de elementos de dentro do arquivo para fora”, buscando atingir um maior “campo de abrangência, e o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo.

Consultando a literatura canadense a respeito dos documentos cartográficos no âmbito da arquivologia, observa-se, no passado, que a administração dos arquivos

de cartografia se baseou fortemente na literatura do campo da biblioteconomia de mapas, caracterizando uma visão diferenciada sobre a origem e uso da cartografia. Brenda Kepley, que trabalha com arquivos no Canadá, publicou um artigo intitulado “*Cartographic Archives*”, na revista denominada *American Archivist* (Vol. 46, No. 2/Spring, 1983), onde aponta em seu país para uma crescente literatura sobre cartografia documental, mostrando que os arquivistas que trabalham com documentos cartográficos estão agora definindo sua metodologia e seus próprios termos.

Outra pesquisadora canadense, Kara Quann, ao se formar na Universidade de Manitoba em 2001 como Mestre das Artes, publicou em sua dissertação um importante estudo na área de cartografia, intitulado: “Remapeando arquivos: arquivos cartográficos em teoria e prática nos arquivos provinciais de Manitoba”. Nele, Quann oferece breves reflexões sobre a discussão de registros cartográficos na literatura arquivística canadense, onde o foco principal é estritamente sobre as implicações de seu formato físico diferente. E assim afirma a pesquisadora canadense:

A discussão de registros cartográficos em literatura de arquivos tem focado estritamente nas implicações de seu formato físico diferente. No geral, a administração de arquivos dessas participações especializadas foi feita principalmente de acordo com os preceitos gerais e metodologia para registros textuais (QUANN, 2001, p. 1, tradução nossa).

Já nos EUA, os registros cartográficos e afins oficialmente criados durante o período colonial estavam intimamente relacionados com a propriedade da terra e uso pelos colonos, por um lado, e a pátria, por outro. Em sua obra chamada “*Cartographic and related record*”, o pesquisador norte americano Herman Friis (1950, p.137, tradução nossa), enfatiza:

O volume e a natureza diversa dos registros cartográficos e documentos relacionados produzidos nos últimos vinte anos quase desafiam a imaginação. Isto é, naturalmente, não é tão verdadeiro em unidades administrativas menores nos Estados Unidos como é nos Governos Federal e Estadual.

De acordo com Friis (1950 p.136), a maioria dos mapas de terrenos e muitos outros documentos cartográficos foram feitos para o uso em cooperação com as atividades militares mas o maior problema foi a falta de planejamento para organização dessa documentação, que possui dimensões fora de padrão.

Dentro dessa mesma perspectiva, verifica-se que existem dificuldades para trabalhar com documentos de natureza cartográfica, cujas funções e nomenclaturas são determinadas pelas Instituições que a eles encontram-se custodiados, principalmente nos casos em que acervos de Museus e Bibliotecas recebem tratamento organizacional não arquivístico.

De forma geral, a definição de documento cartográfico na literatura caminha no sentido do agrupamento de documentos, formado por coleção de mapas, plantas e desenhos acompanhados de documentos textuais. No entanto, é preciso entender que, arquivisticamente, documento cartográfico também tem função orgânica e por isso deve sempre estar interligado com as espécies documentais que fazem parte do seu processo de criação. A organização dessa documentação, não respeitando essa ordem, pode trazer uma descontextualização, que culminará em perda de informação.

Portanto, o profissional arquivista deve ter habilidade para diferenciar arquivos de coleções, pois o arquivo não é criado arbitrariamente, à maneira das coleções de manuscritos. O arquivo é, ao contrário, um todo orgânico, um organismo vivo que cresce, se transforma e pode ser eliminado ou não, dependendo do seu valor como documento. Nesse sentido, de forma fundamental, somente uma organização arquivística mantém as peças documentais classificadas e avaliadas como um todo, pois os profissionais envolvidos no processo, assim como os usuários, poderão acessar informações com maior confiabilidade.

Contudo, observa-se que o que diferencia o documento arquivístico de outros documentos existentes é justamente o motivo de sua criação e a relação orgânica entre eles. Enquanto um livro, por exemplo, forma uma coleção determinada conscientemente por um indivíduo, o documento de arquivo tem um vínculo com o processo que o gerou. Deste modo, num entendimento de produto de uma atividade ou função, os arquivos cartográficos podem servir de fonte para o estudo das ações dos indivíduos e instituições em determinado momento.

Nesse contexto, a interpretação das informações contidas nos arquivos cartográficos são reveladoras de uma atividade específica e fundamental das sociedades, que é a ocupação de diferentes modos do espaço físico e que criam espaços históricos. O próprio modo de representar esses documentos já é expressivo de um pensamento, de uma consciência estética, enfim, uma linguagem própria, que cria uma realidade específica e se manifesta também de modo único.

Portanto, o profissional arquivista só poderá decifrar as informações dos documentos cartográficos com um estudo aprofundado de gênese documental e das atividades e funções realizadas pela área à qual ele pertence. Assim, a aplicação de princípios arquivísticos nesses arquivos deve ser feita com prudência. Por exemplo, as características físicas dos documentos cartográficos fazem com que ocorra o afastamento na ordem original que pode, no entanto, ser reestabelecida com o uso dos instrumentos de pesquisa.

Embora a maior parte dos arquivistas já tenha se deparado com documentos cartográficos, boa parte não tem o conhecimento da forma como se dá a produção desses documentos, nem sua classificação, principalmente dentro dos manuais técnicos da geografia e da arquitetura, assim como da engenharia. No caso dos projetos arquitetônicos, existe uma maior complexidade na análise a ser realizada, visto que seguem um roteiro em ordem pré-estabelecida, dando origem a diversos outros documentos de menor importância no contexto da planta arquitetônica, porém orgânicos no contexto arquivístico.

Observa-se, assim, que o não respeito a essa ordem, pode trazer uma descontextualização que culminará em perda de informação, pois nem sempre as plantas arquitetônicas possuem identificação que indique essas etapas, por isso a parceria do arquivista com o profissional da arquitetura é de suma importância, para aprender a ler e interpretar esses documentos. Após término de um determinado projeto, podemos afirmar que os documentos que o constitui não são apenas uma coleção propriamente dita em um sentido genérico e sim integrantes de uma unidade arquivística e orgânica.

Percebe-se, então, que a cartografia é, ao mesmo tempo, arte e ciência. Ela mostra suas bases culturais, científicas e sua importância econômica, ficando claro que a comunicação é um dos grandes objetivos da cartografia, além da análise espacial cartográfica e a sua produção científica em relação ao campo específico da área de arquivo; como pôde ser constatado através desta pesquisa, a cartografia carece de reflexões teóricas.

3 A DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

A descrição de coisas ou objetos, em sentido amplo, enumera características próprias através dos sentidos que os seres humanos possuem, assim, as formas de descrição são realizadas basicamente através de palavras ou textos, de imagens e/ou de números, onde em algumas situações, um deverá predominar mais do que o outro, enquanto os restantes irão servir de auxiliar. Já a descrição documental pode ser considerada um procedimento arquivístico, desde que realizada de tal modo a permitir a localização dos documentos existentes nos arquivos através de instrumentos de pesquisa criados por um profissional arquivista, visando facilitar a consulta dos usuários. No intuito de entender o documento cartográfico como documento arquivístico, propriamente dito, este capítulo irá discorrer sobre o processo de descrição arquivística aplicado através de normas descritivas que funcionam como instrumento auxiliar ao acesso as informações do arquivo.

Desde os tempos mais remotos, era comum descrever e registrar as atividades das pessoas em seu meio social, e a partir da escrita, o documento de papel firmou-se como um dos suportes da informação mais utilizados. É importante salientar que essa informação em um dado instante, necessitou ser organizada, e essa sistematização só ocorreu a partir do momento em que o homem sentiu necessidade de ter um acesso mais rápido e mais preciso aos documentos, estabelecendo assim as primeiras normalizações.

Nesse aspecto, a descrição dos documentos arquivísticos surge como um procedimento em que o arquivista cria representações de um determinado conjunto documental, especificando o contexto e conteúdo deste acervo. Heredia Herrera (1991, p. 300), conceitua a descrição como uma “ponte que comunica o documento com os usuários”. Para a autora, a descrição abarca não somente o diagnóstico da documentação e seus fatores característicos, mas também sua localização. Além disso, os instrumentos descritivos aumentam a durabilidade das fontes documentais, pois o contato direto com o documento torna-se desnecessário.

Deste modo, a descrição arquivística é visivelmente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico a respeito do produtor naquele determinado período, além de desenvoltura com o idioma em que estão sendo produzidas as informações descritivas.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição arquivística, segundo Luciana Duranti, 1993 (apud ANDRADE e SILVA, 2008, p. 17), apresenta os repertórios de documentos registrados em tabletes de argila como os registros mais antigos conhecidos. Conforme a autora, esses registros datam por volta de 1.500 a.C. e foram encontrados na Mesopotâmia, antiga cidade de Nuzi. Ela assinala ainda que a primeira definição de “archival description” foi publicada no ano de 1974, no glossário da *Society of American Archivists*, (tradução nossa) que assim descreveu:

1. Processo de análise, organização e registro de detalhes sobre os elementos formais de um registro ou coleção de registros, como produtor, título, datas, extensão e conteúdo, para facilitar a identificação, gerenciamento e compreensão do trabalho.
2. O produto desse processo. (DURANTI, 1993, p.35).

Por outro lado, existem pesquisadores que afirmam que a conceituação da descrição arquivística ainda é mais antiga do que aquela que aparece no glossário americano. É o caso da autora Heredia Herrera (1991, p. 299), que afirma a existência de uma publicação de Theodore Schellenberg do ano de 1961, onde ele designa tarefas que “[...] engloba as diversas e variadas atividades do arquivista, para elaborar os instrumentos que facilitam o acesso aos fundos, no geral, e aos documentos, em particular”.

Compreende-se que a descrição tinha como objetivo inicial o controle do acervo documental. Contudo, após a Revolução Francesa, as atividades de descrição de documentos tornaram-se uma solução para as metodologias temáticas, passando a ser adotada por historiadores contratados para a organização de documentos, porém ainda era necessário a utilização de técnicas mais adequadas, a fim de evitar a descaracterização da identidade destes documentos em relação a seus respectivos produtores. Segundo Leão (2006, p.19), essa situação foi solucionada com a adoção de representações da ordem original dos fundos, produzidas pelo processo de descrição arquivística, passando portanto, a partir do início do século XX a distanciar-se do objetivo de ser instrumento de controle dos acervos para ser, de acordo com a autora, instrumento facilitador da recuperação dos documentos.

Uma obra bem conhecida do meio arquivístico que retratou pela primeira vez regras de descrição mais detalhadas e considerada por muitos como um marco inicial

da arquivologia moderna, é o Manual dos Arquivistas Holandeses do ano de 1898. Apesar de sua primitiva normalização do processo descritivo da documentação de arquivos, segundo Fonseca (2005 p.39), este Manual acentua a necessidade de que a documentação seja descrita de maneira uniforme sem privilégios. É importante enfatizar que o Manual possui características técnicas inéditas no meio arquivístico, e foi traduzido no início do século XX para diversos idiomas como o alemão, o inglês, o italiano e o francês e a partir da segunda metade do século XX para o português. Conforme Tognoli, (2010, p. 25), no Manual dos Holandeses:

[...] os problemas ou regras que apresentaram e explicaram neste volume, são os primeiros esforços reais para articular sistematicamente conceitos e métodos que encontram seu valor em ideias de teoria arquivística que tem lógica e consistência internas e não provenientes do contexto histórico, legal ou cultural.

Da mesma forma, Duranti (1993, p. 52), enfatiza que a descrição de documentos passou por um processo de evolução a partir da criação dos documentos que forneciam relatos das explorações para salvaguardar a sociedade de uma memória permanente. A autora infere que esse processo de descrição proporcionou diversos elementos de prova da existência dos registros, conduzindo pesquisas acadêmicas, adequando o arranjo dos registros, revelando a ordem intelectual dos documentos fisicamente desordenados e, por fim, auxiliando o arquivista na pesquisa através de suporte para o mesmo orientar qualquer tipo de usuário em diferentes análises por meio de relações contextuais e da história dos registros.

Cabe ressaltar também, que apesar das referências de manuais e tratados na área de descrição arquivística, ainda continuam os estudos de aprimoramento de normas que padronizem de forma sistêmica o uso das descrições arquivísticas, visto que outros temas equivalentes da área como princípio da proveniência e da ordem original surgiram ao longo do tempo como princípios teóricos para facilitar o entendimento da natureza e conteúdo dos documentos.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, (2005 p. 67), a descrição arquivística caracteriza-se como sendo um conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa, enquanto que o Glossário Americano de Terminologia Arquivística (tradução nossa) assinala a descrição como um processo de criação e descoberta de ferramentas de acesso que permitem aos indivíduos procurar um

substituto da coleção para facilitar o acesso e melhorar a segurança, criando um registro da coleção e minimizando a quantidade de manipulação dos documentos originais.

Assim sendo, podemos afirmar que a descrição de documentos arquivísticos tem como finalidade identificar e esclarecer o assunto e o teor das informações contidas nos registros documentais, buscando o amplo acesso a estes documentos. E para alcançar esse objetivo, devem ser criados processos que permitam estabelecer controles indispensáveis para tornar as informações autênticas, significativas e acessíveis, além de permitir também que as descrições se mantenham ao longo do tempo.

Partindo desse entendimento, a descrição arquivística é considerada uma das principais atividades na organização dos arquivos, pois tem como principais diretrizes o princípio da proveniência e a descrição multinível. No caso do princípio da proveniência e respeito aos fundos, onde basicamente o arquivo produzido pela entidade não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras, é possível observar a existência de uma relação entre os documentos e o seu produtor, fornecendo importantes informações ao profissional arquivista acerca da ordem original do acervo documental no momento de sua descrição.

Segundo argumenta MacNeil (2005, p.264), o registro de tais circunstâncias acerca do contexto de produção, tende a incorporar elementos que evidenciam a autenticidade da documentação, trazendo maior qualidade ao trabalho de descrição. Assim, o autor enfatiza que descrever documentos deve ser uma tarefa de análise séria e intelectual, pois será um meio pelo qual o arquivista “presta contas” aos usuários, especificando como ele está resguardando a autenticidade da documentação e permitindo relacionar sua imagem à confiança que se espera do responsável pela custódia do acervo.

Outra importante diretriz da descrição arquivística, refere-se a descrição multinível que considera a estrutura de organização de um acervo, permitindo a recuperação das informações dos documentos que o integram em diferentes níveis, do mais genérico ao mais específico, visando estabelecer relações verticais e horizontais entre eles. Essas características, podem ser melhor percebidas no quadro abaixo:

QUADRO 06: Descrição multinível.

Descrição multinível	
Regras que devem ser aplicadas para estabelecer a relação hierárquica entre as descrições de documentos partindo da parte mais abrangente para a mais específica:	
Descrição do geral ao particular	Informações sobre o fundo como um todo é dada no primeiro nível, nos demais, são dadas informações sobre as partes. Desta forma, é apresentada uma relação hierárquica entre as partes e o todo seguindo do geral (todo/fundo) para o particular (partes).
Informação relevante para o nível de descrição	Informações fornecidas devem ser apropriadas para o nível que está sendo descrito, representando rigor com o contexto e o conteúdo.
Relação entre descrições	Demonstra visivelmente a posição na hierarquia do material descrito, identificando seu nível de descrição.
Não repetição de informação	Não repetir as informações em níveis diferentes de descrição, evitando a redundância de elementos (SOUSA, 2006 p.118).

Fonte: Norma Brasileira de Descrição Arquivística, 2006.

Corroborando com essas questões, Cruz Mundet (1994, p.359), afirma que a descrição compõe a parte principal do trabalho arquivístico por consolidar os objetivos da Arquivologia: organização e acesso. Para Schellenberg (1974, p. 346), as atividades de descrição refletem o arranjo documental sendo essas duas funções intrínsecas em diversos aspectos metodológicos da organização do acervo.

Assim, é importante o profissional arquivista sempre descrever o conteúdo, a estrutura e o contexto dos documentos, resguardando a imparcialidade e autenticidade da evidência, característica própria do documento arquivístico, pois no resultado deve conter elementos referentes ao conjunto de criação, além de outros retirados da própria documentação descrita como um todo, pois como afirma Haworth (2001 p.10, tradução nossa), a descrição documental é o coração do trabalho arquivístico.

De tal modo, ao efetivar uma descrição de documentos, o profissional do arquivo deve executar essas atividades utilizando-se de conhecimento técnico, pois a descrição é um processo em que o profissional analisa o conteúdo do acervo a partir de aspectos característicos dos documentos e de seus suportes.

Uma questão polêmica, que não deve ser esquecida, ainda abre um leque de discussões sobre a relação da descrição arquivística com a gestão documental. Muitos autores defendem que a descrição deve iniciar exclusivamente na fase permanente dos documentos, isto é, após chegarem a terceira idade. É o caso de Heloísa Bellotto (2006, p.173), quando cita que, a descrição de documentos é uma

atividade exclusiva da terceira idade de um arquivo e o trabalho de descrição e arranjo é contínuo, pois o recolhimento de novas parcelas documentais não pode ser interrompida enquanto o fundo não se fechar. E assim a autora afirma,

A descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação – que acabam por servir de referência para a recuperação da informação -, assim como de outras categorias de controle de vocabulário e indexação que se usem para o mesmo fim. Tampouco a descrição faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários, onde a frequência de utilização secundária é quase nula.

Já outros autores, afirmam que a descrição é uma atividade que deve ser desenvolvida desde a fase de classificação, passando pela fase de avaliação e aprimorando-se no processo de arquivamento. Nesse sentido, Schellenberg, enfatiza que todo arquivo deve possuir políticas para o seu acervo, incluindo a descrição como etapa essencial na organização. Assim o autor declara:

Mais importante ainda que, a descrição não seja pensada e realizada apenas na terceira idade documental, e sim, que deve começar na gestão documental, ou seja, desde o nascimento do documento, com claro objetivo de facilitar a elaboração dos instrumentos e de haver total controle sobre o acervo documental. (SCHELLENBERG, 2002 p.313).

Lopes (1996) apud Hagen (1998 p.212), também compartilha com o pensamento de Schellenberg, porém dentro da concepção dos documentos eletrônicos, caracterizando-os em todo o ciclo documental. O autor assegura que “a descrição ocorre em todos os momentos do tratamento dos documentos eletrônicos [...] a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos”.

Outra questão levantada por Lopez (2002 p.17), diz respeito a descrição arquivística desprovida das atividades de classificação compreensível somente para as pessoas que organizaram o acervo. Porém, é importante observar que a gestão de documentos implica não somente em atividades de classificação de documentos, mas também em atividades de descrição arquivística, visto que esta garante compreender de forma mais ampla o conteúdo de um acervo, permitindo um melhor acesso e a localização dos documentos que o integram. O autor assegura que essa configuração irá garantir que as atividades de classificação obtêm seus objetivos inteiramente

alcançados mediante a aplicação de técnicas de descrição documental, pois dessa forma o acervo não ficaria restrito exclusivamente as pessoas que o organizaram.

No próximo capítulo dessa pesquisa, onde há uma abordagem sobre a normalização da descrição arquivística, observa-se também que a difusão em diversos países da primeira norma internacional de descrição arquivística denominada ISAD (G)¹⁵, abriu de forma contundente a utilização da descrição nas diversas fases do arquivo. Basicamente, a norma ISAD (G) é usada em arquivos históricos, contudo houve uma recomendação durante o Congresso Internacional de Arquivos em Montreal, no ano de 1992, para sua aplicação em arquivos correntes, apesar dos questionamentos diversos.

Portanto, mesmo sabendo que a descrição arquivística no sentido mais aberto do termo compreende todo elemento de informação, não implicando em qual momento da gestão documental ele é identificado ou constituído, e que em qualquer período, a informação sobre os documentos deve permanecer dinâmica e assim ser submetida a alterações de seu conteúdo ou do contexto de sua criação, essa pesquisa irá abarcar somente a descrição dentro da concepção dos arquivos permanentes, considerando que as demais fases de organização dos documentos devem ficar por conta da gestão documental, principalmente nos processos de classificação e avaliação de documentos arquivísticos.

Uma outra questão importante, diz respeito a relação entre a autenticidade e a descrição dos documentos arquivísticos. Segundo MacNeil (2005, p.1, tradução nossa), um documento autêntico é aquele que consegue comprovar ser aquilo que ele garante ser, sem ter sido modificado em seus aspectos principais. A autenticidade tem seu alicerce em parâmetros de identidade, ou seja, se foi realmente escrito pelo seu autor, e de integridade, isto é, se foi modificado de alguma maneira desde sua produção e, caso tenha sido, se essa mudança alterou suas características essenciais. Baseado nessas premissas, são apresentados as finalidades e os métodos da descrição arquivística:

- a) Promover o acesso aos documentos arquivísticos por meio de uma descrição que permita a recuperação, pelo menos, por meio da proveniência;
- b) permitir o entendimento da documentação por meio do registro de seu

¹⁵ A ISAD(G) – *General International Standard Archival Description*, ou Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – é uma norma desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos / *International Council on Archives* (CIA) que estabelece diretrizes gerais para as descrições arquivísticas.

contexto, estrutura e conteúdo; **c)** estabelecer indícios que permitam a presunção da autenticidade do acervo, por meio do registro da cadeia de custódia, seu arranjo e as circunstâncias de sua produção e uso. (MACNEIL, 2005, p. 1).

Refletindo sobre a recuperação dos documentos arquivísticos por meio da proveniência, entende-se que MacNeil faz uma breve conformação ao princípio da proveniência e respeito a ordem original dos fundos, relacionando sua história de criação com as tarefas de descrição arquivística. Nesse aspecto, o autor pondera que os registros ocorridos em face da descrição arquivística, dentro deste contexto, irão se caracterizar por informações que indicam a autenticidade da documentação descrita, numa forma de comprovação de fidedignidade transmitida através do atendimento dos princípios arquivísticos enumerados anteriormente. Assim, a descrição arquivística enfatiza que conjunto da documentação analisado também pode ser registrado de forma legítima.

Em outro aspecto, ao permitir o entendimento da documentação por meio do registro de seu contexto, estrutura e conteúdo, MacNeil (2005, p.264) parte do princípio que instrumentos arquivísticos de referência não são ferramentas indiferentes ao seu conteúdo, e sim caracterizadas fortemente por elementos culturais e históricos, estabelecidos em um determinado tempo e espaço. Essa ideia que o autor nos proporciona, nos leva a uma linha de pensamento sobre a duração e a permanência de um instrumento arquivístico analisado de forma mais profunda na conjuntura da descrição arquivística.

Finalmente, MacNeil (2005, p.275) ao estabelecer indícios que permitam a presunção da autenticidade do acervo, abrange a possibilidade de aparecimento de modelos de descrição arquivística a partir de investigações realizadas por meio do registro da cadeia de custódia, seu arranjo e as circunstâncias de sua produção e uso, isto é, quando um grau mais profundo for alcançado no relacionamento entre os conceitos de representação e autenticidade, enfatizando que é possível ampliar a consciência que um usuário tem acerca de um acervo por meio das representações, porém considerando que sempre haverá margem para melhoria da representação criada. Portanto, segundo este autor, a descrição arquivística também pode resguardar a autenticidade de um documento implicando na preservação da sua identidade e integridade.

3.2 NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A normalização encontra-se presente em diferentes áreas do conhecimento, principalmente nas produções técnico-científicas como elemento de confiabilidade e segurança. Conforme Silva (1985, p.19),

A normalização é baseada nos resultados já consolidados da ciência, técnica e da experiência. Ela determina não só as bases para o presente, mas também para o futuro, e deve acompanhar o progresso da tecnologia e as mudanças de padrões e as mudanças de consumidores.

É importante, porém, diferenciar normalização de normatização. Ambos os termos existem, são corretos e estão devidamente registrados no dicionário da língua portuguesa, contudo, não são sinônimos e são utilizados em situações diferentes. De acordo com Arouk (1995, p.65), normalizar é submeter algo a normas, padronizar, enquanto normatizar é estabelecer normas para alguma coisa, ação ou processo. Assim sendo, o objeto de discussão dessa pesquisa, está de acordo com a primeira definição aqui apresentada, de normalizar.

No Brasil, o órgão que regulamenta a normalização da descrição arquivística é o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que estabelece a política nacional dos arquivos públicos e privados como órgão de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), constituído por membros do poder público, associações e instituições arquivísticas. Também é importante salientar que dentro destes órgãos, existem as Câmaras Técnicas e Setoriais, entre elas, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), criada em 2001, com a finalidade de acompanhar, debater e divulgar as normas arquivísticas brasileiras.

Assim, o CTNDA em 2006, foi responsável pela elaboração e difusão da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que estabelece instruções para a descrição de documentos de acordo com a ISAD(G) e a ISAAR (CPF)¹⁶, porém adaptada à realidade do Brasil. Essas questões relacionadas ao CONARQ e CTNDA com as normas ISAD (G) e NOBRADE serão melhor elucidadas durante este capítulo.

¹⁶ A ISAAR (CPF) - Estabelece diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos.

A partir da NOBRADE, foi iniciado no Brasil um processo de conscientização da necessidade de padronização da organização documental nas instituições, visando aumentar o grau da qualidade das atividades realizadas, com o intuito de criar uma metodologia para organização e compreensão dos acervos, promovendo o fácil acesso aos documentos de arquivo, além de auxiliar numa melhor conservação dos fundos arquivísticos.

Segundo Menne-Haritz (2001, p.57), durante as décadas de 1980 e 1990 a avaliação de documentos foi objeto de intensa discussão e, a partir dos anos 2000, a descrição arquivística passou a ser o foco das atenções dos pesquisadores, talvez pelo fato das normas de descrição arquivística, internacional e brasileira, terem sido publicadas nessa época. A autora afirma ainda, que essas normas apresentam de forma geral, boas práticas de trabalho, porém, não explicam em quais situações elas funcionam melhor, criando um risco de que os arquivistas executem representações arquivísticas impróprias, como por exemplo, instrumentos arquivísticos ineficazes. Apesar desse aspecto negativo, a pesquisadora reconhece que as normas são os melhores instrumentos para assistência dos profissionais quando há intenção de se disponibilizar as informações arquivísticas para o acesso.

De tal modo, como acontece em diversas áreas, houve uma certa resistência dos profissionais arquivistas para implantação das normalizações de descrição. Leão (2006, p.35), aponta alguns aspectos como justificativas,

a) o caráter único dos arquivos; b) a influência do usuário/pesquisador; c) a existência de diferentes realidades históricas, culturais, de formação, de organização e de funcionamento; d) o isolamento e a independência dos arquivistas; e) a carência de recursos.

Outra questão importante das normalizações está relacionada a preservação dos documentos originais através dos instrumentos de descrição. Heredia Herrera (1991, p.304), acredita que os instrumentos descritivos também aumentam a durabilidade das fontes documentais, visto que o usuário não terá uma relação direta com os documentos. A autora aponta para um aumento da demanda de pesquisas em documentação primária para o qual os instrumentos descritivos servem em relação ao atendimento de um maior número de usuários. Nesse sentido, acredita que a descrição envolve também a localização dos documentos e não somente o diagnóstico da documentação e seus fatores característicos.

Historicamente, os primeiros delineamentos da construção de uma norma de descrição arquivística no mundo aconteceram em 1988 através do Conselho Internacional de Arquivos – CIA, com o apoio da UNESCO. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e até mesmo o Canadá foram países que investiram na publicação de diversas normas descritivas, porém haviam diferentes métodos de trabalho nos diversos países, pois os instrumentos de descrição criados e a terminologia eram diferentes entre si, o que atrapalhava a normalização geral. A solução para essa questão foi a criação de uma organização internacional visando consensualizar essas práticas.

Desta forma, em 1988, os Arquivos Nacionais do Canadá instituíram uma reunião de especialistas sobre normas de descrição em Ottawa, tendo como objetivo recolher informações sobre os processos de descrição realizados nos países que tinham a prática da descrição arquivística, permitindo compreender o nível de desenvolvimento arquivístico e comparar as diferentes práticas para identificar normas que são utilizadas de uma forma comum. Essa reunião contou com a participação de 15 países dos 5 continentes, sobretudo com a presença de vários especialistas de organizações internacionais. Foram identificados de forma mais enfática as experiências em cada país, a normalização da descrição bibliográfica e, as questões gerais sobre a descrição arquivística em termos de conceitos e metodologia de trabalho. De modo geral, houve um consenso sobre essa padronização, principalmente em relação a facilidade de acesso à informação e divulgação dos fundos documentais e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

Assim, como resultados desse Congresso, a partir de 1989, foi institucionalizada a declaração de princípios básicos sobre a descrição arquivística, além da padronização de regras gerais de descrição a partir de manuais e princípios já estabelecidos, visando numa fase posterior a criação de normas precisas e detalhadas cujo objetivo era a elaboração dos elementos da descrição.

Em 1990, na Alemanha, foi realizada a reunião de *Höhr-Grenzhausen* entre especialistas da área de documentos com o nome de *Ad Hoc "Commission on Descriptive Standards"*, que deu origem à primeira Declaração de princípios relativos à descrição arquivística, demonstrando assim a existência de elementos comuns nas

tradições dos diferentes países como o Princípio do Respeito da Proveniência. Dessa declaração surgiram os seguintes tópicos:

- a) Objetivos do projeto, da declaração, da descrição arquivística e das normas de descrição e a indicação de quais os princípios teóricos que a declaração deve-se reger;
- b) Quais as unidades a que deveria ser aplicada a descrição arquivística;
- c) Apresentação da descrição arquivística com a necessidade de descrever do geral ao particular e a opção de descrever o fundo como um todo ou descrever um fundo e as partes que o compunham;
- d) Necessidade de organizar a descrição dos vários níveis em diferentes formatos;
- e) Necessidade de que a descrição arquivística contivesse elementos normalizados para servirem de pontos de acesso à descrição.

Em 1992 ocorreu uma segunda reunião sobre normas e descrição, dessa vez na Espanha, evoluindo com alterações de alguns conceitos, entre eles o de unidade de descrição, que deixa de ser o fundo, defendida pela versão anterior e passa a ser qualquer entidade arquivística organizada. Nessa mesma ocasião foi apresentada pela primeira vez uma versão da norma ISAD (G) como modelo de regras gerais de descrição, sendo que até à versão definitiva, foram feitas poucas modificações. De maneira geral, a norma continha a introdução indicando o modo como se criaram as regras, o prefácio explicando as regras, lista de termos e os elementos de descrição dispostos em seis áreas, conforme quadro abaixo:

QUADRO 07 – Lista das áreas da descrição arquivística.

Nº:	Áreas:	Descrição:
1	Identidade:	Destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição).
2	Contexto:	Destinado à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição.
3	Conteúdo:	Destinado à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição.
4	Acesso:	Destinado à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição.
5	Utilização:	Destinado à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada.
6	Materiais relacionados:	Destinado à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição.

Fonte: Norma Brasileira de Descrição Arquivística, 2006.

Uma outra questão indefinida nessa época era a respeito do fundo documental, considerado na declaração de princípios como unidade documental. Contudo, ainda naquele mesmo ano, 1992, durante o XII Congresso Internacional de Arquivos em Montreal, foram discutidos alguns pontos considerados de suma importância na identificação dos grupos documentais e que são mais adequados à descrição arquivística. Como nos arquivos australianos o alvo da descrição arquivística é a série, no Congresso de Montreal foi defendido a ideia que esse elemento seja o mais viável à descrição arquivística e não o fundo. Apesar de não haver um consenso, definiu-se a entrada de mais este componente, que foi definitivamente introduzido pela norma australiana.

Em 1993, na Suécia, surge a primeira versão definitiva da norma com algumas modificações no texto, entre elas:

- a) Alteração de glossário com desaparecimento e introdução de elementos com a eliminação de termos genéricos como peça, estrutura física e formato;
- b) Introdução no glossário da expressão secção de fundo;
- c) Alterações do conteúdo de alguns elementos das áreas de introdução, contexto e condições de acesso e utilização;
- d) Introdução de novas áreas e modificações no que toca à disposição dos elementos;
- e) Alterações no prefácio e na introdução nas áreas de conteúdo de alguns elementos das áreas de introdução, contexto, conteúdo e condições de acesso e utilização.

Na Espanha, a ISAD (G) foi apresentada em 1995 em nível nacional, contudo já tinha sido anunciada pela Associação de Arquivistas de Castela e Leão (Espanha), com publicações e ações de formação. Alguns anos depois, durante a V Conferência Europeia de Arquivos (1997), foi reforçado a ideia de trabalhar de forma prática a Norma e também a criação de instrumentos eletrônicos para uso automatizado das normas.

Porém, foi no ano anterior, em 1994, que o Comitê de Normas de Descrição da CIA anunciou em reunião em Haya, (Holanda), para mais uma revisão da ISAD(G), sugerindo como principal tarefa realizar revisões consecutivas que deveriam acontecer entre 1996-2000. Assim, uma segunda versão da Norma foi finalmente apresentada durante o XVI Congresso Internacional dos Arquivos, realizado em

setembro de 2000. Essa nova versão permitiu uma simplificação do uso de alguns elementos, permitindo o registro de informação em diferentes formas em atenção à tradição arquivística e o modo de trabalho de um arquivo. Essa flexibilização da norma permitiu um uso universal, adaptável ao modo descritivo de cada país, contudo a nova versão poderia também ocasionar um risco de simplificação, pois as principais modificações ocorreram no âmbito estrutural, em relação a terminologia e aos conceitos, com alterações de glossário, de conteúdo e de denominação dos elementos, além de modificações no âmbito como a junção de elementos diferentes, a eliminação de outros elementos e a criação de novas áreas e novos elementos.

Com a revisão concluída e apresentada na terceira reunião plenária do Comitê, em Estocolmo (Suécia), a norma ISAD (G) foi impressa no início do ano 2000, culminando com uma publicação no mesmo ano de uma segunda versão disponibilizada no XIV Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilha (Espanha).

Mesmo com todas as interlocuções sobre as normas arquivísticas entre órgãos e países, verificou-se que à ausência de recomendações mais detalhadas dentro de cada área, faz com que cada órgão ainda realize um conjunto de sugestões para um uso mais preciso.

No caso do Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), vinculado ao Arquivo Nacional, é o órgão responsável pela gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos em nível federal, além da responsabilidade de propor normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados. Segundo Sousa (2006, p.91), também é responsável pela “política nacional de arquivos públicos e privados”, atuando ainda como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), com participação de membros do poder público, das associações arquivísticas e dos profissionais arquivistas. É importante salientar que somente no final da década de 1990, o Brasil, por meio do Arquivo Nacional, iniciou seus debates para as primeiras contribuições com a norma ISAD (G), pois o país passou a fazer parte do Conselho Internacional de Arquivos, (CIA).

Pensando nessas contribuições, o CONARQ se estruturou visando desenvolver normas arquivísticas através da atuação de câmaras técnicas e setoriais. No início da década de 2000, enquanto a norma de descrição arquivística ISAD (G) se difundia pelos países do mundo, no Brasil houve uma mobilização das instituições

arquivísticas para produção de uma norma de descrição brasileira, baseada nos preceitos da ISAD (G), não se limitando exclusivamente aos fundos e com o Arquivo Nacional sob a responsabilidade de sua publicação e divulgação.

Deste modo, O CONARQ, tomou a iniciativa de criar no ano de 2001, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística – CTNDA, com a finalidade de propor normas que em conformidade com a ISAD (G), fossem, após discussão pela comunidade profissional, aprovadas pelo próprio órgão e adotadas oficialmente como normas brasileiras de descrição de documentos. Assim, uma versão preliminar da Norma Brasileira de Descrição Arquivística foi submetida à consulta pública no primeiro semestre de 2006, com muitas contribuições enviadas por profissionais de várias partes do país que foram analisadas em reunião do Conselho, elaborando-se uma versão final, ora apresentada.

A norma brasileira institui diretivas para a descrição de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais, ISAD (G) e ISAAR (CPF), tendo em vista promover o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Em tese, a implantação da Norma teve como objetivo padronizar as descrições, proporcionando melhor condição de trabalho técnico e também cooperando para a economia dos recursos aplicados, com otimização das informações recuperadas.

Concomitantemente, as normas trouxeram uma certificação para os pesquisadores quanto ao uso dos instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação através de descrições consistentes, adequadas e autoexplicativas. Uma vez que são gerados a partir da descrição arquivística, os instrumentos fazem uma interface entre os questionamentos e a solução dos problemas levantados, sendo essenciais ao acesso às informações contidas nos documentos de arquivo, tendo sua importância refletida tanto na organização dos documentos quanto em sua divulgação.

Visando fortalecer a utilização da norma brasileira em nível nacional, o CONARQ instituiu em 2009 a resolução nº 28, aprovada em sua 42ª reunião plenária realizada em 1º de agosto de 2006, a qual recomenda a adoção da NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, além de estabelecer o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos

Arquivísticos, com a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – CODEARQ.

O objetivo principal deste código é a identificação precisa de cada instituição, visando permitir o acesso às informações sobre a missão institucional dessas entidades, seu acervo e contatos. De acordo com o Art. 4º, da referida resolução, a inscrição da instituição no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos deverá ser solicitada ao CONARQ, para cada ponto de acesso, que o disponibilizará no site do Órgão. Segundo consta, o CODEARQ deve estar presente em todos os níveis de descrição, conjugado com os demais elementos que compõe o código de referência das unidades de descrição, sendo fornecido somente às entidades custodiadoras que permitam acesso de seu acervo ao público em geral, ainda que sob restrições.

Desta forma, na utilização da norma brasileira de descrição arquivística, cabe a cada instituição custodiadora de acervos arquivísticos, a inserção e a forma de apresentação dos dados a serem implantados, sempre respeitando a princípio, os elementos obrigatórios de descrição, enumerados no quadro a seguir:

QUADRO 08 – Elementos obrigatórios da descrição arquivística (NOBRADE).

Nº:	Elementos obrigatórios:	Descrição:
1	Código de referência:	Código destinado a identificar qualquer unidade de descrição.
2	Título:	Identificar nominalmente a unidade de descrição.
3	Data (s):	Informar a (s) data (s) da unidade de descrição.
4	Nível de descrição:	Identificar o nível da unidade de descrição em relação às demais.
5	Dimensão e Suporte:	Identificar as dimensões físicas ou lógicas e o suporte da unidade de descrição.
6	Nome do produtor:	Identificar o (s) produtor (es) da unidade de descrição.
7	Condições de acesso, somente para descrições em níveis 0 e 1:	Fornecer informação sobre as condições de acesso à unidade de descrição e, existindo restrições, em que estatuto legal ou outros regulamentos se baseiam.

Fonte: Norma Brasileira de Descrição Arquivística, 2006.

É importante lembrar que a norma internacional ISAD (G) considera 6 elementos obrigatórios: código de referência, título, data, nível de descrição, dimensão da unidade de descrição e nome do produtor.

Dentro dessas diretrizes, a NOBRADE é compatível com a ISAD (G) e com a ISAAR (CPF), sendo voltada para a descrição de documentos em fase permanente. E assim como a norma internacional, também pode ser utilizada com documentos nas

fases corrente e intermediária e, conforme é salientado “[...] tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito internacional” (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 10).

Assim, as normas de descrição devem respeitar os fundos documentais e a descrição multinível, do geral para o específico, representando, desta forma, o contexto e a estrutura na qual a documentação foi gerada. Com a NOBRADE não foi diferente, pois essa norma foi criada para obter representações descritivas consistentes, contribuindo com a redução de custos na recuperação das informações e promovendo as atividades de pesquisadores no uso dos instrumentos de pesquisa que passam a ser ordenados de maneira uniforme.

Além disso, a NOBRADE sugere, o uso de informações relevantes, de acordo com o nível de descrição, o que, também especifica a posição da “unidade de descrição” na hierarquia instituída para a descrição dos documentos, pois não há imposição de uso de todos os níveis, que devem estar de acordo com o arranjo de fundos, ou da coleção. Desta forma, a norma brasileira recomenda a seguinte estrutura de níveis, conforme quadro 09:

QUADRO 09 – Estrutura de níveis da Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

Nível:	Estrutura dos níveis:	Descrição:
0	Acervo da entidade custodiadora:	Registra-se como título o nome da entidade. É útil para descrições gerais da totalidade do acervo.
0,5	Subunidade:	A subunidade somente cabe quando a entidade custodiadora dispõe de subunidades administrativas que custodiam acervos e dão acesso a eles em diferentes endereços.
1	Fundo/coleção:	O fundo também corresponde ao conjunto de documentos de uma mesma proveniência e a coleção ao conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente. O título do fundo deve representar o produtor, registrar seu nome. No caso de uma coleção, o título deve representar o colecionador ou o tema da coleção.
2	Seção:	A seção, também chamada de subfundo, corresponde a uma primeira fração lógica do fundo, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade (s) administrativa (s) com competências específicas. Os títulos da seção devem refletir, preferencialmente, a estrutura administrativa ou familiar da entidade, o exercício de uma função ou atividade ou a organização geográfica.
2,5	Subseção:	A subseção é a subdivisão da seção.
3	Série:	A série corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto. Os títulos da série devem refletir, preferencialmente, um tema, tipologia documental, estrutura administrativa ou familiar da entidade ou o exercício de uma função ou atividade.

3,5	Subsérie:	Subdivisão da série.
4	Dossiê:	Conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento. O título do dossiê pode incluir tipologia, indicação de responsabilidade (como autor, destinatário, emissor, requerente, requerido, outorgante, outorgado, e/ou interveniente etc.) e assunto.
5	Item documental:	Menor unidade documental, intelectualmente indivisível, integrante de dossiês ou processos. (dossiê/processo e item documental). O título do item documental pode incluir tipologia, indicação de responsabilidade (como autor, destinatário, emissor, requerente, requerido, outorgante, outorgado, e/ou interveniente etc.) e assunto.

Fonte: Norma Brasileira de Descrição Arquivística, 2006.

Numa análise mais pontual, observa-se que o nível 5, item documental, deve ser entendido como um nível e não como um documento, e tem como requisito o nível 4, dossiê, que pode ser um único documento, fugindo ao conceito de dossiê.

Por outro lado, em contrassenso a implantação uniformizada das normas de descrição arquivística, aparece a resistência de profissionais e instituições arquivísticas à normalização descritiva, que pode ser melhor observada no quadro abaixo:

QUADRO 10 – A representação da informação arquivística permanente.

Principais fatores de resistência a implantação das normas de descrição:	Observações:
O caráter único dos arquivos:	- Causando utilização de normas específicas em cada arquivo. Essa postura, que pode ser confirmada pela diversidade de práticas descritivas verificadas em várias instituições arquivísticas nacionais e internacionais, evidencia a concepção de que cada arquivo, considera seu acervo como sendo único.
A influência negativa do usuário / pesquisador:	- O usuário, típico pesquisador erudito, não utilizando os instrumentos de pesquisa, preferindo acessar diretamente a documentação pesquisada.
A existência de diferentes realidades históricas, culturais, de formação, de organização e de funcionamentos das instituições arquivísticas:	- Essa questão descaracteriza uma das principais funções dos arquivos que é a função social. Uma normalização mínima de procedimentos provê acesso a um público diversificado, ao passo que o atendimento a demandas de acesso particulares inviabiliza, por definição, qualquer perspectiva de normalização.
O isolamento e a independência dos arquivistas:	- Esse fator vem sendo anulado nos últimos anos devido ao aumento de número de profissionais, a projeção que os arquivos vem obtendo na sociedade, a informática e, sobretudo a influência de disciplinas afins.
A carência de recursos:	- Infelizmente, com raras exceções, a área arquivística é uma área que conhecidamente dispõe de poucos recursos.

Fonte: LEÃO (2006).

As questões aqui levantadas por Leão (2006, p.38), demonstram significativamente que mesmo com a implantação das normas descritivas em nível internacional e logo em seguida em nível nacional, várias são as barreiras principalmente culturais e sociais para mudança de comportamento e absorção de novas ideias que possam padronizar determinados procedimentos.

Outra problemática de relevância significativa em relação as descrições arquivísticas é levantada por Oliveira (2010, p.101), onde afirma que:

A comunidade arquivística investiu no desenvolvimento de padrões e modelos para a descrição arquivística apresentando dentre os objetivos centrais a possibilidade de intercâmbio entre os arquivos e a ampliação do uso dos acervos. Contudo, este processo modelizador destituiu da descrição arquivística sua natureza de pesquisa, na medida em que não foi criado o devido espaço para a discussão teórico-metodológica pertinente a sua natureza.

Desta forma, mesmo trabalhando na perspectiva de arquivos pessoais, a autora enfatiza que este problema acaba atingindo os arquivos de forma geral, quando o correto seria buscar uma pesquisa mais detalhada para reconstrução dos vínculos arquivísticos.

Em relação aos instrumentos de pesquisa, conforme ilustrado anteriormente, eles constituem-se em representações dos documentos e/ou conjuntos documentais, empregando-se para isso os elementos formais e de conteúdo dos documentos. Nesse sentido, diferentes instrumentos de pesquisa são preparados de acordo com o princípio da proveniência, que se refere à estrutura e às atividades da organização produtora dos documentos arquivísticos, sendo a principal forma de controle intelectual e de recuperação de documentos nos arquivos, bem como a diretriz para o arranjo do fundo como um todo. Assim, compactua Calderon (2003, p.47),

O conjunto de elementos estruturais e substantivos permite a realização da atividade descritiva dos fundos recolhidos, que se processa por meio dos instrumentos de pesquisa que representam o acervo do nível geral até o específico.

Observa-se assim que nos instrumentos de pesquisa também são aplicadas técnicas de indexação, que por sua vez resultam em instrumentos auxiliares, tais como os tesouros, os índices e as listas de controle de autoridade. Assim, a indexação proporciona o acesso aos documentos/conjuntos documentais por meio de nomes,

temas, atividades, etc. Ainda que essa prática seja vista com prudência nos arquivos, admite-se que ela expande as probabilidades de recuperação de informação, desde que se respeite os princípios arquivísticos. De acordo com Lytle (1980, p.19), “as informações sobre a proveniência e aquelas obtidas por meio da indexação (nomes, locais, temas, atividades, etc.), devem ser usadas como complementares na prática descritiva”.

Compreende-se assim os instrumentos de pesquisa como, basicamente, a representação da realidade informacional existente nos arquivos permanentes, que têm por finalidade permitir o acesso à informação, assim Bellotto (1991, p.108) certifica,

“Os instrumentos de pesquisa são como “obras de referência que identificam, resumem e localizam em diferentes graus e amplitudes os fundos, as séries documentais e/ou unidades documentais existentes em um arquivo permanente”.

Outro fator primordial nos instrumentos de pesquisa se refere a escolha dos elementos informativos que irão compor sua estrutura, pois estes devem incidir sobre aqueles de maior expressão no universo documental. Portanto, cada unidade documentária será representada por diferentes tipos de elementos, os quais estão previstos na literatura arquivística. Assim sendo, a qualidade das descrições deverá refletir o grau de habilidade dos arquivistas para compartilhar tanto as informações sobre os documentos quanto as ações e combinações da instituição produtora.

Do mesmo modo, o grau de eficácia no processo de recuperação de informações arquivísticas dependem da associação das combinações mencionadas, no momento de constituição dos instrumentos, pois segundo Ribeiro (1998, p.8), é necessário ainda estabelecer vias para aceder a essa mesma informação, as quais se traduzem, em termos técnicos, no estabelecimento de pontos de acesso¹⁷.

Assim, reafirmamos que é por meio dos instrumentos de pesquisa do arquivo que o trabalho arquivístico deixa manifestar-se na sua qualidade e, nesse sentido, a literatura aponta para as questões subjacentes à atividade de elaboração desses instrumentos. Uma delas diz respeito à questão terminológica e à tipologia dos instrumentos, a outra refere-se à forma como esses instrumentos promovem a recuperação da informação.

¹⁷ Qualquer elemento que possa tornar-se a chave para o acesso à informação e ao documento.

Cada instrumento de pesquisa corresponde a um nível de descrição específico; a exceção são os índices indicados no quadro abaixo:

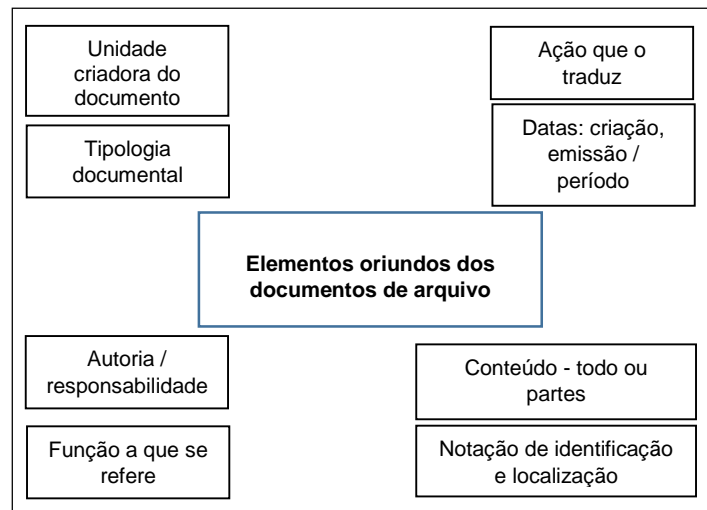
QUADRO 11 – Conjuntos documentais x Instrumentos de pesquisa.

Nível:	Agrupamentos documentais:	Instrumentos de pesquisa:
I	Arquivo/fundo/seção de fundo/seção de arquivo;	Guia
II	Séries documentais;	Inventário
III	Peças singulares/unidades arquivísticas;	Catálogo
IV	--- x ---	Índice

Fonte: Heredia Herrera, (1993).

Se os instrumentos de acesso à informação constituem um meio de representação de uma realidade arquivística, eles devem refletir em seus resultados princípios básicos da fundamentação teórica e metodologia utilizadas, seja qual for o seu objeto de análise.

FIGURA 07 – Elementos oriundos dos documentos de arquivo.



Fonte: Bellotto, (2006).

A seguir, apresentam-se diferentes tipos de instrumentos, dos mais abrangentes aos mais específicos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 12 – Tipos e descrições de instrumentos de pesquisa.

Tipos de Instrumentos de pesquisa:	Descrições:
Catálogo	Instrumento de pesquisa que representa unidades documentais descritas, respeitando ou não a ordem de classificação.
Guia	Instrumento de pesquisa abrangente que possibilita uma visão geral do acervo.
Índices	Instrumento de pesquisa que decompõe os documentos em descritores com a finalidade de permitir a localização de cada documento.
Inventário	Instrumento de pesquisa que abrange uma descrição precisa dos fundos ou de suas partes refletindo seu arranjo.
Repertório ou catálogo seletivo	Instrumento de pesquisa cujos documentos pertencem a um ou mais fundos, onde as unidades documentais também são descritas individualmente.
Tabela de Equivalência ou Concordância	Instrumento de pesquisa que auxilia no processo de recuperação da informação, delineando a equivalência de notações terminológicas dos arquivos.

Fonte: Lopez (2002); Bellotto, (2006).

Portanto, é por meio dos instrumentos de pesquisa, que a descrição arquivística permite a identificação e a utilização da informação a partir de elementos categóricos de conteúdo dos fundos e são definidos como o termo mais amplo que abrange qualquer descrição ou meio de referência elaborado ou recebido por um serviço de arquivo, com vistas ao controle administrativo ou intelectual do acervo arquivístico. Assim, cada instrumento de pesquisa tem uma finalidade específica, de acordo com a abrangência e o nível de descrição.

4 ANÁLISE DA DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS CARTOGRÁFICOS

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos nesta pesquisa configuraram-se através de diagnóstico das funções orgânicas e de tarefas dos produtores de documentos cartográficos, com análise documental do organograma de cada instituição (APÊNDICES A, B e C), incluindo também os regimentos internos, normativas e decretos, entre outros documentos pesquisados.

Assim, para realização das análises de descrição dos documentos arquivísticos, delimitou-se como campo empírico instituições arquivísticas públicas, que têm sob sua custódia acervos cartográficos e que mantêm o serviço de pesquisa arquivística *online* para estes acervos documentais. Dentro deste universo, esta pesquisa apropriou-se, no campo empírico, de 3 instituições arquivísticas públicas de referência nacional, representando as esferas de governo federal, estadual e municipal, através de seus *sites* eletrônicos, onde foram selecionados: o Arquivo Nacional (AN), o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), conforme demonstrado no quadro 14.

QUADRO 13 - Instituições arquivísticas públicas pesquisadas.

Instituições arquivísticas públicas pesquisadas:	Área da Instituição que contém acervo cartográfico:	Sistema de base de dados para pesquisa arquivística:
Arquivo Nacional – AN	Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos – CODAC.	Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.
Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP	Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico / Núcleo de Acervo Cartográfico.	Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações – SPdoc.
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ	Subgerência de Documentação Especial.	Sistema: Arquivo Virtual Módulo Web.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir destas identificações, realizou-se primeiramente uma análise dos dispositivos legais e normativos que proporcionassem um entendimento da estrutura interna de cada instituição, identificando sua missão, competências e atribuições.

Para fundamentar de forma mais contundente esta pesquisa, também foi utilizado um outro procedimento metodológico que consistiu na análise dos instrumentos de pesquisa diretamente nos *sites* das instituições arquivísticas públicas, com levantamento dos dados referentes aos serviços arquivísticos dos acervos cartográficos disponíveis em formato *online*.

O acervo cartográfico foi contextualizado através da análise dos campos de descrição, dos elementos das normas de descrição, das espécies documentais e da forma com que cada instituição trabalha, visando no final uma comparação dos instrumentos de pesquisa dos sites institucionais. Assim, depois de coletados os dados, foram feitos os registros e a compilação das informações, levando em consideração, principalmente, a qualidade e a eficiência dos instrumentos de pesquisa disponibilizados aos usuários.

Para complementar as análises, foi realizado um método de investigação com aplicação de questionário - APÊNDICE D, aos responsáveis pelos setores de cartografia destas instituições, revelando quais foram as estratégias empregadas durante o processo de descrição dos documentos arquivísticos, visando a caracterização do processamento técnico dos instrumentos de pesquisa. Nessa perspectiva, o uso do questionário teve por objetivo principal proporcionar a coleta de dados relativos aos procedimentos desenvolvidos na descrição dos documentos cartográficos, com o intuito de servir de alicerce para a preparação de um diagnóstico da realidade de descrição técnica dos acervos cartográficos.

Sob o mesmo ponto de vista, a elaboração do questionário foi baseada em obras de referência que tratam de metodologia para diagnósticos, procedendo-se no final uma organização e tabulação dos dados recebidos. Segundo Marconi e Lakatos (1999, p.100), questionário é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”. Esta ferramenta possui diversas vantagens, como economia de tempo e de deslocamento, além de atingir um maior número de pessoas simultaneamente em uma área geográfica mais ampla. Outros benefícios considerados estão relacionados também à liberdade de respostas (anonimato, quando necessário) e mais tempo para responder em horários favoráveis.

Além disso, para complementar as informações referentes ao campo empírico, visando proporcionar um maior embasamento na análise dos instrumentos de pesquisa *online*, o questionário sugerido foi dividido em 5 temas: a) identificação; b)

recursos humanos; c) organização e acondicionamento; d) normalização; e) acesso. Procurou-se também utilizar questões abertas¹⁸ e fechadas¹⁹, para que a combinação de respostas tabuladas pudessem trazer uma maior quantidade de informações. Do mesmo modo, por meio das respostas ao questionário, foi possível verificar semelhanças e diferenças entre as informações alcançadas e, as atribuições dos setores e as práticas arquivísticas.

Verificou-se, assim, que a aplicação destes procedimentos metodológicos consistiram em traduzir os objetivos desta pesquisa, pois os mesmos visaram identificar as características dos instrumentos de pesquisa a partir da descrição de documentos cartográficos. Calderon (2004, p. 102) enfatiza a importância de se utilizar metodologias e instrumentos adequados, de modo a coletar dados precisos em cada etapa do processo de realização do diagnóstico, para que seja possível subsidiar a proposição de ações de intervenção.

E, para fechamento desta etapa, realizou-se uma análise comparativa entre os instrumentos de pesquisa das 3 instituições citadas, extraindo informações com a finalidade de obter dados e elementos sobre as técnicas de descrição aplicadas. Franco (2000, p. 223) afirma que o “método comparativo tem a história como base e preserva a especificidade local e temporal dos mesmos fenômenos e visualiza-os nas relações que estabelecem com outros fenômenos”.

4.1 ARQUIVO NACIONAL – CRIAÇÃO E FINALIDADE

O Arquivo Nacional é o órgão da administração pública federal integrante da estrutura do Ministério da Justiça, que tem por finalidade assegurar o acesso à informação, o apoio às decisões governamentais de caráter político-administrativo e o auxílio aos cidadãos, em relação aos seus direitos sociais, além do incentivo à produção de conhecimento científico e cultural. Suas competências estão estabelecidas através do Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016, Anexo I, que são:

¹⁸ Questões abertas: são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões.

¹⁹ Questões fechadas: são aquelas em que o informante escolhe sua resposta entre duas ou mais opções.

“I - Orientar os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal na implantação de programas de gestão de documentos, em qualquer suporte; II - Fiscalizar a aplicação dos procedimentos e operações técnicas referentes à produção, ao registro, à classificação, ao controle da tramitação, ao uso e à avaliação de documentos, com vistas à modernização dos serviços arquivísticos governamentais; III - Promover o recolhimento dos documentos de guarda permanente para tratamento técnico, preservação e divulgação, garantindo pleno acesso à informação em apoio às decisões governamentais de caráter político-administrativo e ao cidadão na defesa de seus direitos, com vistas a incentivar a produção de conhecimento científico e cultural; IV - acompanhar e implementar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ”.

Entre os principais órgãos vinculados ao Arquivo Nacional está o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, criado pelo art. 26 da Lei nº 8.159/91 e regulamentado pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo. O funcionamento do CONARQ é regulamentado pelo seu regimento interno, aprovado pela Portaria nº 2.588, de 24 de novembro de 2011, e tem como principais competências:

“Estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos; promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas; propor ao Ministro de Estado da Justiça normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados; zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o funcionamento e o acesso aos arquivos públicos; estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, produzidos ou recebidos em decorrência das funções executiva, legislativa e judiciária; subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da política nacional de arquivos públicos e privados; estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e nos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios; estimular a integração e modernização dos arquivos públicos e privados; identificar os arquivos privados de interesse público e social, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.159, de 1991; propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministro de Estado da Justiça, a declaração de interesse público e social de arquivos privados; estimular a capacitação técnica dos recursos humanos que desenvolvam atividades de arquivo nas instituições integrantes do SINAR; recomendar providências para a apuração e a reparação de atos lesivos à política nacional de arquivos públicos e privados; promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos; manter intercâmbio com outros conselhos e instituições, cujas finalidades sejam relacionadas ou complementares às suas, para prover e receber elementos de informação e juízo, conjugar esforços e encadear ações; articular-se com outros órgãos do Poder Público formuladores de

políticas nacionais nas áreas de educação, cultura, ciência, tecnologia, informação e informática”.

Criado também pelo art. 26 da Lei nº 8.159/91, o SINAR – Sistema Nacional de Arquivos, instituído anteriormente sem sucesso, através do Decreto 82.308/78, é um sistema que tem como órgão central o CONARQ e abrange, além do Arquivo Nacional, os Arquivos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, em todas as esferas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A organização, funcionamento e as competências do SINAR estão regulamentados pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

Outro Sistema que confere ao Arquivo Nacional, como órgão central, um papel estratégico junto aos órgãos e entidades dessa esfera de governo é o SIGA - Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - criado através do Decreto nº 4.915, em 12 de dezembro de 2003, com a finalidade de,

Garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos de arquivo e às informações neles contidas, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições administrativas ou legais; Integrar e coordenar as atividades de gestão de documentos de arquivo desenvolvidas pelos órgãos setoriais e seccionais que o integram; Disseminar normas relativas à gestão de documentos de arquivo; Racionalizar a produção da documentação arquivística pública; Racionalizar e reduzir os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística pública; Preservar o patrimônio documental arquivístico da administração pública federal; e articular-se com os demais sistemas que atuam direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.

A história do Arquivo Nacional está ligada à época do Império no Brasil, sendo prevista a sua criação ainda na primeira metade do século XIX, através da Constituição de 1824. Denominado primeiramente como Arquivo Público do Império, tinha como finalidade principal guardar documentos públicos, vindo a se chamar Arquivo Nacional somente no início do século XX.

Localizado atualmente em um dos mais belos prédios construídos no século XIX, onde funcionou a Casa da Moeda (1868-1983), situado na Praça da República n.º 173, o Arquivo Nacional tem como missão “garantir, à sociedade e ao Estado, o acesso à documentação arquivística pública”, e sua visão institucional é “ser reconhecido como polo de difusão de informações arquivísticas e como protagonista em gestão de documentos por sua atuação estratégica junto aos órgãos e entidades

da Administração Pública.” O quadro a seguir demonstra uma cronologia histórica do Arquivo Nacional.

QUADRO 14 - Cronologia da história do Arquivo Nacional.

Ano:	Histórico do Arquivo Nacional
1838	Criação do Arquivo Público do Império, através do regulamento nº 2, previsto na Constituição Brasileira de 1824. Estava organizado em três seções: Administrativa, responsável pelos documentos dos poderes Executivo e Moderador; Legislativa, incumbida da guarda dos documentos produzidos pelo Poder Legislativo e Histórica.
1876	O Arquivo Público do Império é reorganizado, contando com as seguintes seções: Legislativa, Administrativa, Judiciária e Histórica.
1877	Em um relatório do diretor Joaquim Pires Machado Portela declara que o Arquivo Público tem, sob sua guarda, um total de 420 caixas de documentos, distribuídas pelos períodos denominados Brasil-Colônia, Brasil-Reino Unido e Brasil-Império.
1886	É lançada a primeira publicação do Arquivo Público, intitulada Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias, de 1662 a 1821.
1893	O Arquivo Público do Império passa a denominar-se Arquivo Público Nacional, e é reorganizado em duas seções gerais: Legislativa e Administrativa e Judiciária e Histórica.
1911	O Arquivo Público Nacional muda a denominação para Arquivo Nacional e o novo regulamento interno estabelece três seções: Administrativa, Histórica e Legislativa e Judiciária.
1932	O Arquivo Nacional é reorganizado, com as seguintes seções: Administrativa, Histórica, Legislativa e Judiciária; Biblioteca e Mapoteca, além de uma Secretaria.
1958	É aprovado o novo regimento do Arquivo Nacional. São criados o Conselho de Administração de Arquivos; o Serviço de Documentação Escrita; o Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica; o Serviço de Pesquisa Histórica; o Serviço de Registro e Assistência; a Seção de Consultas; a Seção de Restauração e a Seção de Administração.
1975	Novo regimento estabelece a seguinte estrutura para a instituição: Divisão de Pré-Arquivo, Divisão de Documentação Escrita, Divisão de Documentação Audiovisual, Divisão de Pesquisas e Atividades Técnicas, Divisão de Publicações, Divisão de Administração e Coordenadoria de Cursos de Arquivologia.
1978	Decreto nº 82.308 de 25 de setembro, institui o Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, com a finalidade de assegurar a preservação de documentos do Poder Público, tendo como órgão central o Arquivo Nacional. Fica também instituída, junto ao Arquivo Nacional, a Comissão Nacional de Arquivos - CONAR.
1983	O Arquivo Nacional é transformado em órgão autônomo da administração direta do Ministério da Justiça.
1985	A Instituição transfere-se, em 3 de janeiro, para a sua atual sede, ocupando um dos edifícios da antiga Casa da Moeda, na Praça da República.
1987	É fundada a Associação Cultural do Arquivo Nacional - ACAN, entidade civil que apoia o Arquivo Nacional, através da captação de recursos, no desenvolvimento de projetos culturais e de atividades técnicas.
1991	É promulgada, em 8 de janeiro, a Lei nº 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
1994	É criado o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional que tem como uma de suas competências definir normas gerais e estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.
2000	O Arquivo Nacional passa a ficar subordinado à Casa Civil da Presidência da República.
2003	Criação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal, aliada à Lei de Arquivos.

2004	Após um processo de restauração, o Arquivo Nacional transfere-se para um dos mais belos prédios construídos no século XIX, onde funcionou a Casa da Moeda (1868-1983), situado na Praça da República nº 173.
2011	Por força do decreto nº 7.430, o Arquivo Nacional volta a integrar a estrutura básica do Ministério da Justiça.

Fonte: Arquivo Nacional (2016) – elaborado pelo autor.

O Arquivo Nacional conserva, na sede, no Rio de Janeiro e em sua Coordenação Regional no Distrito Federal, documentos textuais, fotografias e negativos, álbuns fotográficos, diapositivos, caricaturas e charges, cartazes, cartões postais, desenhos, gravuras, ilustrações, mapas, filmes e registros sonoros, entre outros documentos, além de uma vasta coleção de livros raros. A documentação textual é originária dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo federais, incluindo também diversas coleções privadas.

Em seu acervo existem inúmeros conjuntos documentais produzidos na época da República, entre eles destacam-se patentes de inventos, documentação de imigrantes, livros de registro civil, processos de pretorias cíveis e criminais, projetos de urbanização, etc. Também existem relatórios dos órgãos de censura, documentos de entidades que compunham o aparato de repressão às lutas políticas, documentos do regime militar, além de documentação de acervos pessoais entre eles de Floriano Peixoto, Afonso Pena e João Goulart.

Segundo dados recolhidos nos *sites* da Sede e da Coordenação Regional, atualmente o acervo do Arquivo Nacional tem mais de 55 quilômetros de documentos textuais, cerca de 1,74 milhão de fotografias e negativos, 200 álbuns fotográficos, 15 mil diapositivos, 4 mil caricaturas e charges, 3 mil cartazes, 1 mil cartões postais, 300 desenhos, 300 gravuras e 20 mil ilustrações, além de mapas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros raros que supera 8 mil títulos.

4.1.1 Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)

O Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN é o principal meio de acesso *online* às informações relacionadas ao acervo custodiado pelo Arquivo Nacional. O sistema é uma base de dados principal²⁰, que encontra-se dividida em dois módulos com naturezas distintas: Módulo de Descrição Multinível e Módulo de

²⁰ Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta>> Acesso em: 09 novembro 2016.

Memória da Administração Pública – MAPA. Ao acessar o Sistema, observa-se que a nomenclatura de sua interface é de fácil linguagem para o usuário e é favorável à terminologia arquivística.

No módulo multinível, de interesse desta pesquisa, o consultor pode ter um cenário de todo o acervo guardado pela instituição, além de se informar sobre bases de dados exclusivas e outros instrumentos de pesquisa fora do sistema que podem ajudá-lo em sua busca. A pesquisa realizada consente ao usuário buscar o conteúdo por título ou código de referência. Neste módulo é possível ainda observar desde a lista de instituições e pessoas cujos acervos estão no Arquivo Nacional, passando pela organização da documentação, até o documento pelo qual se tem interesse.

Ainda no módulo multinível é admissível localizar documentos por meio da “pesquisa livre”, que permite a busca de uma palavra em todos os campos de descrição, oferecendo itens de pesquisa como o nível de descrição, a presença ou não de arquivo digital, termos e o período pesquisado.

Na “pesquisa avançada”, o usuário pode abreviar a sua busca por assunto, datas, local de produção, entre outros, oferecendo múltiplos campos para atender a demandas mais específicas, condicionando seu resultado ao máximo de 4 itens de pesquisa, embora exiba mais de 15 campos para o usuário elaborar a sua busca.

Já o módulo de “Memória da Administração Pública Brasileira” – MAPA, apenas para contextualização, foi desenvolvido para atender às necessidades das áreas técnicas do Arquivo Nacional no processo de identificação e organização dos conjuntos documentais sob a guarda institucional, constituindo-se numa base de dados que reúne informações sobre a estrutura administrativa colonial, imperial e republicana. Essa pesquisa também pode ser efetivada de modo simples ou avançado e, da mesma forma como a pesquisa multinível, proporciona maior flexibilidade e eficácia de uso.

Compete lembrar que os dois módulos estão em constante alimentação e revisão e as descrições aqui pesquisadas serão especificadamente para documentos cartográficos, que estão sob a guarda da Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos – CODAC, do Arquivo Nacional.

Como resultados, o sistema gera dados relacionados com a quantidade de acessos realizados na página do instrumento de pesquisa *online* que, em forma de indicadores, é uma excelente opção para acompanhamento da evolução quantitativa

das informações disponibilizadas e atualizadas no sistema, servindo de referências para futuras pesquisas.

Existe também uma opção de “estatística”, indicando o total de códigos de referências habilitados e publicados atualmente e em relação aos níveis de fundos, dossiês, e itens, originando gráficos que podem ser apresentados em forma de barra, pizza ou linha, conforme figura a seguir.

FIGURA 08 - Dados estatísticos de códigos de referência habilitados.



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

4.1.2 Análise dos dispositivos normativos referentes ao acervo cartográfico - AN

Percebe-se, no quadro histórico do Arquivo Nacional, uma evolução da estrutura das seções que custodiam o acervo cartográfico da instituição, pois, diante das diversas reorganizações dessas seções ao longo de sua existência, verificou-se que, em 1932, aparece, pela primeira vez, uma denominação voltada para os documentos cartográficos, designada “Seção de Mapoteca” e em 1958, através da aprovação de um novo regimento do Arquivo Nacional, é criado o “Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica²¹”.

²¹ Arte ou processo de fotografar ondas sonoras ou as vibrações de um instrumento, causadas por ondas sonoras que incidem nele.

Porém, somente em 08 de novembro de 2002, através da portaria n.º 42 da Presidência da República, Casa Civil, que instituiu o regimento interno do Arquivo Nacional, em seu Capítulo I, artigo 2.º, item 2, verifica-se a criação da “Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos – CODAC”. O artigo 13 desta mesma Portaria remete às competências determinadas para esta Coordenação, que são:

I - assistir ao Coordenador-Geral de Processamento e Preservação do Acervo, no âmbito de sua atuação; II - arranjar e descrever os documentos cartográficos, iconográficos, sonoros e de imagens em movimento, sob sua guarda; III - elaborar instrumentos de pesquisas a serem utilizados pela Coordenação de Atendimento a Usuários; IV - apoiar as atividades de consulta e de divulgação, viabilizando o acesso aos documentos sob sua guarda; V - apoiar as atividades de avaliação de documentos; VI - gerenciar os depósitos de documentos e promover a preservação do acervo sob sua guarda; VII - executar atividades relativas à emissão de certidões de documentos sob sua guarda; VIII - executar a reprodução de documentos sonoros e de imagens em movimento, para atendimento a usuários; e IX - subsidiar a Coordenação de Gestão de Documentos com informações quanto ao desmembramento de fundos arquivísticos e transferência interna de acervo.

No entanto, em 24 de outubro de 2011, ocorre uma atualização das atribuições do Órgão, através da Portaria 2.433, que revoga a Portaria n.º 42, de 8 de novembro de 2002, e aprova novo regimento interno do Arquivo Nacional. Entre a permanência de algumas competências e as novas competências designadas para a Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, verifica-se a inclusão das seguintes atividades:

- Planejamento, coordenação e execução das atividades relacionadas a esta documentação, com promoção da alimentação da base de dados de descrição multinível do Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN;
- Elaboração de instrumentos de pesquisa de atendimento a distância;
- Realização de avaliação e seleção de documentos, com proposta de eliminação daqueles destituídos de valor para guarda permanente;
- Realização de programas em vídeo e áudio que retratem as atividades desenvolvidas pelo Arquivo Nacional e para fins de divulgação do acervo;
- Desenvolvimento de estudos em preservação digital, em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Documentos, a Coordenação de Tecnologia da Informação, e a Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal.

Atualmente, na estrutura organizacional do Arquivo Nacional, (APÊNDICE A), consta a Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos – CODAC, subordinada à Coordenação Geral de Processamento e Preservação de Acervo – COPRA, e esta por sua vez, subordinada à Direção Geral.

Se, por um lado, o regimento interno do Arquivo Nacional preconiza que a CODAC tenha uma gestão compartilhada entre a documentação cartográfica, audiovisual, iconográfica e sonora, por outro lado, verifica-se que na prática isso não aconteceu, pois em 27 de maio de 2010, através da Portaria n.º 90, foi criada a CTDAIS, Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais, deixando de fora desta inclusão, os documentos cartográficos.

De tal modo, a CTDAIS tem como objetivo realizar estudos, propor normas e procedimentos, no que se refere à terminologia, à organização, ao tratamento técnico, à guarda, à preservação, ao acesso e ao uso desta documentação, assim como orientar as instituições na elaboração de projetos que possam resultar em financiamentos para a organização, preservação e acesso de seus acervos, e para a constituição e/ou modernização de instituições voltadas para esse fim.

Contudo, apesar da documentação cartográfica constar nas competências do Artigo 9.º do regimento interno atual do Arquivo Nacional, verifica-se que este gênero documental deveria também fazer parte das responsabilidades da CTDAIS, juntamente com os demais gêneros documentais ali recomendados, pois, se o objetivo da criação desta Câmara foi de suprir uma carência de terminologia arquivística própria e normalizada para documentações diferentes de documentos textuais, isto é, daqueles que demandam um tratamento técnico de metodologia mais específica, é no mínimo incoerente que o acervo cartográfico tenha sido colocado em segundo plano no momento de sua criação.

Legitimando ainda mais a criação da CTDAIS, o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ instituiu em 9 de dezembro de 2014 a Resolução nº 41, que recomenda a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso, porém deixando de fora mais uma vez o gênero de documentos cartográficos.

Portanto, devido às características arquivísticas diferenciadas da documentação cartográfica, verifica-se que sua inclusão nesta Câmara Técnica, ou em uma Câmara Técnica específica, é importante para abrir novas discussões para seu desenvolvimento técnico e normativo, visto que as instituições arquivísticas e não arquivísticas ainda não possuem critérios definidos e padronizados de gestão e

descrição arquivística, referentes a este gênero documental que, como dito, possui especificidades e procedimentos peculiares para sua guarda, acesso e preservação.

4.1.3 Análise dos dados coletados em instrumento de pesquisa *online* - AN

É notório que instituições arquivísticas públicas têm sob seu encargo a necessidade de garantir a todo cidadão o acesso às informações de seus acervos. Assim, os instrumentos de pesquisa são desenvolvidos para garantir a plena transferência dessas informações, levando-se em consideração que estes mecanismos são os principais mediadores entre o usuário e a informação.

Segundo o Arquivo Nacional (2005, p.102), instrumento de pesquisa é um “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas”. Como exemplos, podemos citar: catálogo, guia, índice, inventário, listagem descritiva do acervo, repertório e tabela de equivalência, entre outros. Migueis acrescenta que:

O trabalho de um arquivo só se completa com a elaboração de instrumentos de pesquisa, que consistem na descrição e localização dos documentos no acervo, e se destinam a orientar os usuários nas diversas modalidades de abordagem a um acervo documental. (MIGUEIS, 1976 apud PAES, 2006, p. 122).

Assim, o Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, se apresenta como o principal meio de acesso às informações digitais, relacionado ao acervo custodiado pela instituição. Ao consultar a documentação cartográfica disponível *online*, verifica-se que os principais instrumentos de pesquisa utilizados são o inventário e o catálogo, que seguem as especificações da NOBRADE para serem produzidos. Notou-se também a existência de algumas bases de dados, que possibilitam ao usuário o acesso ao documento digital.

Do mesmo modo, durante a consulta da documentação cartográfica existente, constatou-se que o Arquivo Nacional reúne mais de 44 mil títulos sobre as características geográficas de diversas regiões do mundo e do território brasileiro, do século XVIII ao XX, sendo composta basicamente por mapas, plantas e cartas náuticas. Referentes ao Brasil, observou-se um maior destaque para os projetos de urbanismo e infraestrutura, como ferrovias, linhas telegráficas, portos, açudes, canalização de rios e sistemas de abastecimento de água.

Desta maneira, com o Arquivo Nacional trabalhando com um sistema de descrição multinível²², dentro das especificações técnicas da NOBRADE, foi possível observar os níveis de descrição se apresentando do geral para o específico, isto é, seguindo a teoria arquivística conforme o princípio da proveniência, onde a unidade de descrição mais abrangente é o fundo e cujas partes constituem níveis subsequentes, deixando clara a posição hierárquica da unidade de descrição.

Dentro dessa conjuntura, tem-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística, com a seguinte estrutura: 28 elementos de descrição, distribuídos em 8 áreas, sendo 7 elementos de uso obrigatório. O quadro a seguir contextualiza a distribuição das áreas e elementos de descrição com maior clareza:

QUADRO 15 - Elementos de Descrição da NOBRADE.
(* elementos obrigatórios).

Áreas da Norma:		Elementos de Descrição:				
1	IDENTIFICAÇÃO	*Código de Referência	*Título	*Data (s)	*Nível de Descrição	*Dimensão e Suporte
2	CONTEXTUALIZAÇÃO	* Nome (s) do (s) Produtor (es)	História Administrativa	História Arquivística	Procedência	-
3	CONTEÚDO E ESTRUTURA	Âmbito e Conteúdo	Avaliação, eliminação e temporalidade	Incorporações	Sistema de Arranjo	-
4	CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	*Condições de Acesso	Condições de reprodução	Idioma	Características físicas	Instrumentos de pesquisa
5	FONTES RELACIONADAS	Existência e localização dos originais	Existência e localização de cópias	Unidades de descrição relacionadas	Nota sobre publicação	-
6	NOTAS	Notas sobre conservação	Notas gerais	-	-	-
7	CONTROLE DA DESCRIÇÃO	Nota do arquivista	Regras ou convenções	Data (s) da (s) descrição (ões)	-	-
8	PONTOS DE ACESSO	Pontos de acesso e indexação de assuntos	-	-	-	-

Fonte: Norma Brasileira de Descrição Arquivística – elaborado pelo autor.

²² A descrição multinível é a descrição dos grupos documentais (fundo, seção, série...) como um conjunto que proporciona, por um lado, informação geral (macro-descrição), e por outro, sobre os componentes dos grupos (caixas, dossiês, livros, processos administrativos, documentos), um após o outro (micro-descrição).

Com a análise desse perfil, ressalta-se que a primeira característica notada nos campos para busca *online* do Instrumento de Pesquisa do Arquivo Nacional refere-se à presença de pelo menos 3 elementos obrigatórios de descrição, todos pertencentes à área 1, designada “área de identificação”. São eles, **a)** nível de descrição; **b)** título e **c)** data, conforme imagens a seguir, retiradas do sistema:

FIGURA 09 - Campos do nível de descrição.

Nível

- nd 1 - Fundo/Coleção
- nd 1 - Fundo/Coleção
- nd 2, 2.5 - Seção e Subseção
- nd 3, 3.5 - Série e Subsérie
- nd 4 - Dossiê
- nd 5 - Item
- nd 1 a 3.5 - Fundo a Subsérie
- nd 4 e 5 - Dossiê e Item

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

FIGURA 10 - Campo do título.

Título

contém

igual

início

contém

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

FIGURA 11 - Campos das datas.

Data Produção Data Assunto Data Entrada

De (aaaa) Para (aaaa) ?

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

Percebe-se assim, principalmente na figura 08, que os níveis de descrição exibidos neste campo (de 1 a 5) estão sendo utilizados de forma adequada, acrescentados pelas informações de busca de fundo a subsérie (1 a 3,5) e de busca de dossiê e item (4 e 5), visto que o nível 5, item documental, deve ser entendido como um nível e não como um documento, e tem como requisito o nível 4, dossiê, que pode ser um único documento, fugindo ao próprio conceito de dossiê.

Portanto, compondo os elementos da norma de descrição brasileira na base de dados do Arquivo Nacional conforme figura a seguir, verifica-se na área 1, de “identificação”, a presença de 5 elementos obrigatórios que são:

1. **Nível de descrição:** Fundo;
2. **Título:** Afonso Pena;
3. **Data de produção:** 1826 – 1909;
4. **Código de referência**²³: BR RJANRIO²⁴;
5. **Dimensão e suporte:** sem especificação; textual; iconográfico; cartográfico.

FIGURA 12 - Descrição dos campos da área 1 – Identificação.

1 - ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO - BR RJANRIO ON - Fundo

1.1 - Código de Referência: BR RJANRIO ON

1.2 - Título

1.2.1 Indicação do título
Afonso Pena

1.2.2 - Indicação de Responsabilidade

1.2.3 - Edição
Revisada: Não
Aumentada: Não

1.2.4 - Local de Produção
Localidade: Cidade/Município Unidade política-administrativa País

1.2.5 - Editora:

1.3 - Datas
1.3.1 - Data de Produção
Inicial : 1826 Final : 1909

1.5 - Dimensão e suporte

Gênero:	Sem especificação	Espécie:		Quantif./Mens.:1
Unidade:	un.	Forma Apresentação:		
Gênero:	Textual(is)	Espécie:sem especificação		Quantif./Mens.:3,92
Unidade:	m	Forma Apresentação:		
Gênero:	Iconográfico(s)	Espécie:ilustração(ões)		Quantif./Mens.:1
Unidade:	item(ns)	Forma Apresentação:		
Gênero:	Cartográfico(s)	Espécie:mapa(s)		Quantif./Mens.:1
Unidade:	item(ns)	Forma Apresentação:		

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

Na área 2, designada como “área de contextualização”, também tem-se a presença de um elemento obrigatório (Nome do Produtor: Pena, Afonso Augusto Moreira), acompanhado por diversos elementos não obrigatórios, conforme segue:

²³ Para que o Código de Referência tenha validade, a Instituição Arquivística que realiza a descrição de seus documentos pela NOBRADE deve encontrar-se devidamente cadastrada no CODEARQ - Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos - Resolução nº 28 de 17/02/2009 - CONARQ.

²⁴ BR RJANRIO é o Código de Referência do Arquivo Nacional, cadastrado na própria Instituição através do CODEARQ - Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos.

FIGURA 13 - Descrição dos campos da área 2 – Contextualização.

2 - ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 - Nome(s) do(s) Produtor(es)
 Nome: Pena, Afonso Augusto Moreira Data de Nascimento / Criação: 1847
 Tipo: Pessoa Data de Morte / Extinção: 1909

2.2 - História administrativa / biografia
 Afonso Augusto Moreira Pena nasceu em Minas Gerais, em 1847 e faleceu no Palácio do Catete, em 1909. Bacharel em Direito (1870), foi deputado provincial (1874-1878) e geral (1878-1889), ministro da Guerra (1882), Agricultura (1883) e Justiça (1885), tomou parte da Assembléia Constituinte Mineira (1890-1891), foi presidente de Minas Gerais (1892-1894) e fundou Belo Horizonte e a Faculdade de Direito de Minas Gerais. Foi presidente do Banco do Brasil (1895-1898), senador estadual (1899), presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (1900), vice-presidente (1902-1906) e presidente da República (1906-1909).

2.3 - História arquivística (história da acumulação)
 A documentação foi doada pela família em 1970. Este fundo recebeu anteriormente o código AP 14.

2.4 - Procedência

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

E na área 4, designada como “área de condições de acesso e uso”, também tem-se a presença de um elemento obrigatório (Condições de acesso: campo não preenchido), acompanhado por diversos elementos não obrigatórios, conforme segue:

FIGURA 14 - Descrição dos campos da área 4 - Condições de Acesso e Uso.

4 - ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

4.1 - Condições de Acesso

Condição	Tipo de Restrição
4.1.1 - Observações	
4.1.2 - Normas legais e administrativas	Normas legais e administrativas

4.2 - Condições de reprodução

Condições	Nome	Localidade
4.2.1 - Outras condições		

4.3 - Idioma/ Escrita

Idioma/Escrita
Francês
Português

4.4 - Características físicas e requisitos técnicos

4.5 - Instrumentos de Pesquisa

Referência Bibliográfica	Tipo Item Referência
ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Afonso Pena: inventário analítico. Rio de Janeiro, 1994. (Instrumento informatizado)	Não impressos

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

Apesar de cumprir as etapas de obrigatoriedade dos elementos de descrição da NOBRADE, inserindo também diversos outros campos que remetem além dos 28

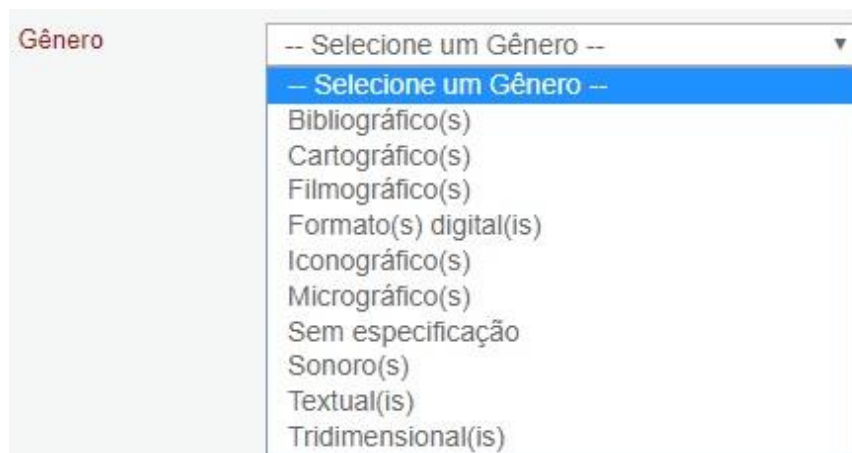
elementos que a norma conceitua, percebe-se que há uma grande quantidade de campos não preenchidos, dentro do Instrumento de Pesquisa do SIAN, refletindo na falta de algumas informações relevantes sobre determinado documento. Também é importante frisar que cabe a cada entidade custodiadora e organizadora de seus acervos os acréscimos e a forma de apresentação dos dados de descrição, conforme a necessidade da pesquisa pelo usuário e as peculiaridades de cada acervo.

Em relação à descrição dos documentos cartográficos pelo Instrumento de Pesquisa do Arquivo Nacional, é importante salientar que o sistema permite a busca por gênero documental, que a própria NOBRADE (2006, p. 15) conceitua como:

Reunião de espécies documentais que se assemelham por suas características essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documento audiovisual, documento bibliográfico, documento cartográfico, documento cinematográfico, documento iconográfico, documento eletrônico, documento micrográfico, documento textual.

Portanto, além de trabalhar com níveis de descrição, onde o fundo é a parte mais abrangente da hierarquia, o Instrumento de Pesquisa da instituição também seleciona o gênero documental conforme a necessidade do pesquisador. A figura a seguir demonstra 9 campos de gêneros documentais, que podem ser acessados no sistema, incluindo o gênero cartográfico, além de uma opção por gênero “sem especificação”.

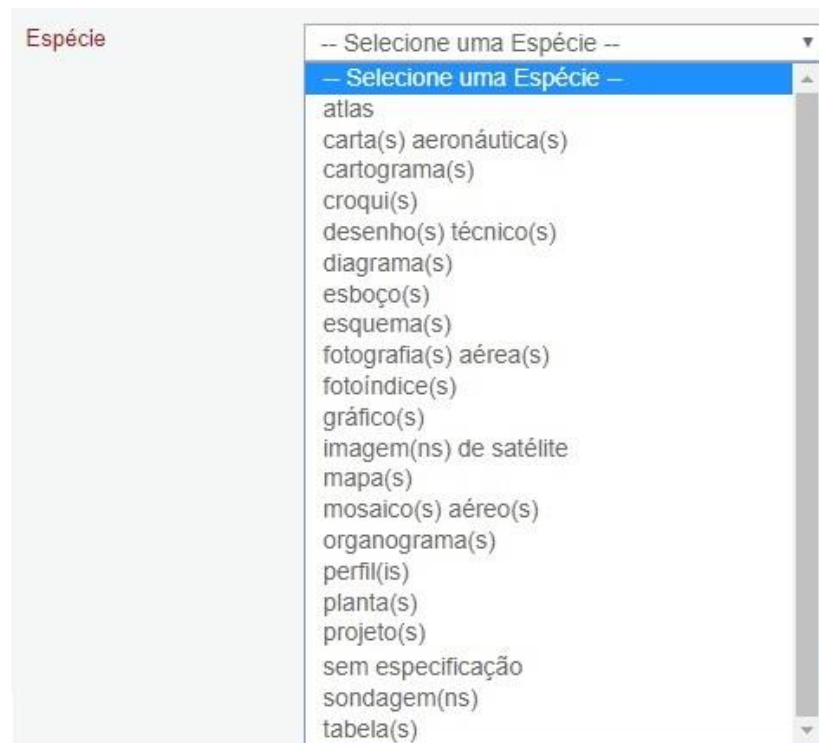
FIGURA 15 - Escolha do campo do Gênero Documental.



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

E, dentro do gênero cartográfico, o Instrumento de Pesquisa do Arquivo Nacional também fornece opção de escolha no campo de descrição para uma quantidade de 20 espécies documentais, além de um campo de opção para espécie “sem especificação”, conforme figura abaixo:

FIGURA 16: Campo da espécie documental.



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

Como dito anteriormente, as espécies documentais do gênero cartográfico aqui designadas pela Coordenação de Cartografia do Arquivo Nacional não seguem um padrão de identificação nas instituições arquivísticas públicas pesquisadas, podendo ser incluídas em outro gênero, conforme entendimento de cada instituição. E, ao acessar cada espécie documental no sistema, o instrumento de pesquisa remete para uma outra página digital, que indica uma determinada quantidade de registros dos fundos para aquela espécie, onde o elemento de descrição “dimensão e suporte” vai indicar a quantidade de itens documentais para cada registro, ou seja, em uma espécie documental podemos ter vários registros de um fundo documental, e cada fundo pode variar a sua quantidade de itens documentais.

Observa-se também que, das 20 espécies documentais designadas no campo do gênero cartográfico do Arquivo Nacional, 3 delas, a “fotografia aérea”, a “foto índice” e a “imagem de satélite” não possuem resultados para registro de fundos, quando efetuada a pesquisa no sistema *online*. Por outro lado, os “mapas” e as “plantas” são as espécies documentais com maior número de registros de fundos, o primeiro com 44 registros e o segundo com 39 registros.

No caso do campo de pesquisa designado como “sem especificação”, existem 6 registros de fundos, compondo uma documentação diversa formada por mapas, plantas e fotografias aéreas, rascunhos de plantas de terrenos, plantas com traçado para esgoto e de prédios construídos, cartazes do sesquicentenário, plantas e esquemas de linhas telegráficas, documentos cartográficos referentes a vagões de trens, entre outros.

4.1.4 Análise dos dados coletados em questionário - AN

O questionário aplicado para realização de diagnóstico da descrição arquivística de documentos cartográficos no Arquivo Nacional constatou diversas informações relevantes. Primeiramente, que a instituição, além de possuir uma coordenação própria para o tratamento dos documentos cartográficos (Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos – CODAC), também possui uma equipe própria para desempenho das atividades.

De forma positiva, a existência de um setor específico para os documentos cartográficos dentro da estrutura de uma Instituição Pública Arquivística contribui para o desenvolvimento das atividades de preservação e acesso a este gênero documental, porém existem outras questões que devem ser levadas em conta, tais como a organicidade documental em relação a outros gêneros documentais, além de investimentos em equipamentos e recursos humanos dentro do setor.

Segundo consta, a equipe do CODAC é formada por um total de 4 servidores, sendo 3 de nível superior e 1 de nível técnico, onde 2 deles possuem mais de 18 anos de trabalho no setor, e os outros 2, menos de 2 anos no setor. Apesar do índice relevante em relação à formação técnica e superior, verificou-se que estas formações não são totalmente enquadradas com as funções ou cargos exercidos na instituição.

Se, por um lado, existem servidores formados nas áreas de geografia, história e biblioteconomia que, de certa forma, podem contribuir para o desenvolvimento de um trabalho multidisciplinar (não especializado) nos acervos arquivísticos, por outro lado, existem servidores formados nas áreas de fonoaudiologia e radiologia, especializações médicas que a princípio são bastante divergentes do trabalho de descrição arquivística.

Em relação à organização dos documentos cartográficos, observa-se que o acervo é de grande proporção, em relação à mão de obra disponível, além de possuir uma variedade considerável de espécies documentais, tais como mapas, plantas, croquis, gráficos, fotografias e perfis. Segundo o supervisor de equipe de trabalho, Sr. José Luiz, estima-se um total de 10.000 títulos no acervo, (com fundos em tratamento) que ultrapassam 50.000 folhas.

Sobre o espaço físico do CODAC, é próprio e foi avaliado pela equipe como adequado para o trabalho. Além disso, as questões relacionadas ao acondicionamento e mobiliário parecem bastante razoáveis, visto que utiliza-se material adequado para o seu acondicionamento, como papel poliéster ou papel alcalino e para sua guarda em estantes e mapotecas.

Em relação às digitalizações, estas são realizadas no próprio órgão, o que acarreta, de certa forma, uma economia de custos, e tem como finalidade a preservação dos originais. Normalmente é um procedimento considerado de alto custo, se relacionado a uma grande massa documental acumulada, porém é bastante útil para documentação permanente, evitando o manuseio e facilitando as consultas.

Sobre as normas de descrição para os documentos cartográficos, foi informado que a instituição não possui setor responsável para essa normalização exclusiva, nem tampouco existem normas de descrição internas específicas para documentos cartográficos. Porém, a equipe utiliza-se de uma referência normativa externa, totalmente baseada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Informou-se ainda que, antes da NOBRADE, as primeiras organizações realizadas no acervo cartográfico foram submetidas à norma AACR2, que caracteriza os arranjos no formato de coletâneas, muito característico da biblioteconomia. Mesmo assim, a equipe acredita que as normas arquivísticas existentes são eficazes para descrever os documentos cartográficos.

Quando perguntado à equipe sobre a criação de Instrumentos de Pesquisa de descrição arquivística, foi informado de sua existência através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), porém não souberam designar o (s) nome (s) do (s) instrumento (s). O entendimento que se tem é que o usuário tem acesso ao acervo sempre pelo SIAN, não ficando claro como é realizado.

Outra questão importante refere-se ao acesso no sistema ao documento físico disponibilizado via *online*, através de processo de digitalização, pois, apesar de alguns fundos do SIAN poderem utilizar-se dessa ferramenta, a documentação cartográfica ainda não passou por este processo.

E entre as competências do setor de documentos cartográficos, foram apontados: o desenvolvimento de atividades de descrição arquivística para documentos oriundos do poder executivo, legislativo e de entidades privadas; a criação de instrumentos de pesquisa e alimentação da base de dados SIAN; a guarda em mobiliário adequado às características da documentação cartográfica; a avaliação da importância de documentos cartográficos e de arquitetura em situações de transferência ou doação ao Arquivo Nacional; o atendimento ao consulente interessado em documentos cartográficos e de arquitetura, que estejam depositados no setor de documentos cartográficos.

Por fim, constatou-se que o setor cartográfico permite pleno acesso à sua documentação, pois possui local dotado de sistema informatizado para o atendimento de público externo, como pesquisadores/usuários.

4.2 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CRIAÇÃO E FINALIDADE

O Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP tem como missão institucional a formulação de políticas públicas de gestão documental do Governo Estadual, propondo normas, regulamentos e instruções normativas necessárias à implementação da política estadual de arquivos, visando a gestão, o recolhimento, a preservação e a difusão do patrimônio documental do estado. Desta forma, é responsabilidade do APESP atuar junto aos demais órgãos da administração estadual, no desenvolvimento de instrumentos de gestão documental e instrumentos de pesquisa descritiva.

Na condição de órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, o Arquivo Público Paulista tem como competências, formular e implementar a política estadual de arquivos, além de exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo, independente da forma ou do suporte em que a informação está registrada.

O SAESP, por sua vez, representa o conjunto de arquivos e protocolos dos órgãos e entidades da Administração Estadual, funcionando de forma integrada, de acordo com normas e procedimentos técnicos comuns. Entre os seus objetivos principais estão:

- I - assegurar a proteção e apresentação dos documentos do Poder Público Estadual, tendo em vista o seu valor administrativo e histórico e os interesses da comunidade;
- II - harmonizar as diversas fases da administração dos documentos arquivísticos, atendendo às peculiaridades dos órgãos geradores da documentação;
- III - facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico público de acordo com as necessidades da comunidade.

Também é possível averiguar, através do Art. 6º do Decreto n.º 22.789/84, que instituiu o SAESP, as competências e atribuições da Divisão de Arquivos e do Departamento de Arquivos do Estado de São Paulo, que são:

- I - estabelecer a articulação com os órgãos integrantes do SAESP e com unidades afins; II - elaborar princípios, diretrizes, normas e métodos sobre organização e funcionamento das atividades de arquivo; III - prestar orientação técnica aos órgãos integrantes do Sistema e as unidades responsáveis pela guarda de documentos arquivísticos; IV - orientar e controlar a elaboração dos planos de destinação de documentos; V - controlar o encaminhamento obrigatório aos arquivos competentes dos documentos acumulados nas unidades responsáveis pela guarda dos arquivos intermediários e correntes; VI - providenciar a celebração de convênios entre o Governo do Estado, por sua Secretaria da Cultura, e entidades, públicas e privadas, municipais, estaduais, nacionais ou internacionais, visando atingir os objetivos do Sistema; VII - administrar os convênios de que trata o inciso anterior e fiscalizar as correspondentes prestações de contas; VIII - manter cadastro geral atualizado das unidades responsáveis pela guarda de documentos arquivísticos; IX - produzir textos de interesse para o SAESP; X - elaborar programas de divulgação do Sistema e dos acervos à disposição do público; XI - desenvolver estudos visando à instalação de arquivos intermediários ou permanentes; XII - propor a política de acesso aos documentos públicos; XIII - promover a organização de eventos culturais relacionados ao Sistema; XIV - promover a realização de cursos para o desenvolvimento dos recursos humanos do Sistema.

Vinculado administrativamente à Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, o APESP tem seu acervo caracterizado por documentação pública, do Poder Judiciário e cartorial, das prefeituras, além de acervos privados de interesse público. Basicamente, o acervo é formado por documentos textuais, fotografias, mapas, ilustrações, jornais, revistas, livros, manuscritos do Brasil Colônia, importantes registros pertencentes ao extinto Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, além de acervos particulares de ex-governadores e ex-presidentes, como Júlio Prestes, Washington Luis e Adhemar de Barros, fornecendo assim informações valiosas sobre a história da cidade. Embora o Arquivo Público Estadual esteja sempre buscando condições de uso do acervo, existem restrições de acesso aos documentos em precário estado de conservação.

Apesar de sua criação em 1891, as origens do Arquivo Público do Estado de São Paulo estão ligadas ao início do século XVIII, onde o capitão-mor Dom Rodrigues César de Meneses, então Governador da Capitania de São Paulo, determinou a seu secretário de governo, Gervásio Leite Rabelo, que desse início ao “Inventário dos Documentos da Governança”, portanto, sendo considerada uma das repartições mais antigas do estado de São Paulo.

Em 1892, o Arquivo teve sua primeira sede no Palácio do Governo e passou a denominar-se “Repartição de Estatística e do Archivo do Estado” com o objetivo da “guarda, coordenação e classificação de todos os papéis, documentos e livros atinentes ao Direito Constitucional, à História Política e Administrativa, à Legislação e à Geografia de São Paulo, e de todos os demais que as autoridades competentes determinarem que ali se depositem”.

Em 22 de abril de 1997, mais de 100 anos após a sua criação, o Arquivo Público finalmente consegue sua sede própria, localizada no bairro de Santana, zona norte da capital paulista. No ano de 2012, um novo prédio para a instituição foi inaugurado, considerado como o primeiro prédio para suporte de grandes arquivos do Brasil.

Com um total de 23 mil metros quadrados de área construída, o prédio possui 10 andares, sendo 5 com pé-direito duplo. O novo edifício foi projetado para contar com estrutura extremamente reforçada para suportar o peso de um acervo estimado em 70 Km de documentação e uma carga de 2.600 kg/m², bem acima de qualquer edifício residencial e comercial de área semelhante.

O edifício é recoberto por placas térmicas na parte externa, que previnem o aquecimento e economizam gastos com climatização. Conta ainda com sistema automatizado de *sprinklers*²⁵ secos à base de água para combate a incêndios. E, dentro da modernidade proposta, as instalações do Arquivo Público paulista possuem sistema de vigilância e controle de acesso, rampas, elevadores e amplos corredores para pessoas com deficiência. O quadro a seguir demonstra a cronologia histórica do APESP.

QUADRO 16 - Cronologia da história do Arquivo do Estado de São Paulo.

Ano:	Histórico do Arquivo do Estado de São Paulo - APESP
1892	Criada, na Secretaria do Interior, com apenas sete funcionários, a Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado pelo Decreto nº 30, de 10 de março de 1892.
1894	É lançado o primeiro exemplar da coleção "Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo".
1899	O então presidente do Estado de São Paulo, coronel Fernando Prestes de Albuquerque "manda remover para o arquivo público do Estado todos os papéis, autos e livros existentes no cartórios dos escrivães do judicial, officiaes de registros e tabelliães de notas, anteriores ao século XIX" (Lei nº 666, de 6 de setembro). Com isso, é acrescido ao acervo da instituição um considerável volume de documentação do período colonial e imperial.
1906	A Repartição de Estatística e Arquivo do Estado é transferida do Palácio do Governo para o andar térreo dos fundos da Igreja dos Remédios (Rua Onze de Agosto, 80), no bairro da Sé, na capital paulista. O edifício foi demolido em 1940 para reurbanização da praça João Mendes.
1912	O Arquivo Público é novamente transferido, agora para a Rua Visconde do Rio Branco, na esquina com a Rua Timbiras, onde permaneceu até 1949. O edifício já foi demolido. Nesse mesmo ano, encerram-se os trabalhos da comissão nomeada pelo Presidente Tibiriçá para catalogar o acervo. Nos seis anos de trabalho, a comissão teria mandado incinerar grandes quantidades de documentos, considerados sem valor histórico".
1920	Publicação do primeiro volume da série Inventários e Testamentos, num total de 42 volumes. No ano seguinte, é inaugurada a série "Sesmarias", concessões de terras do Rei feitas pelos capitães-generais e governadores das antigas capitanias. Em 1923, tem início a série "Documentos Avulsos de Interesse para a História e Costumes de São Paulo".
1931	A Repartição de Estatística do Arquivo do Estado é transferida da Secretaria do Interior para a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. Nesse mesmo ano também é criado o cargo de restaurador no Arquivo Público. Ao longo dos anos, a área de restauração de papéis passou por muitas mudanças: práticas como a plastificação e o uso de pesticidas para preservação e conservação de documentos, comuns no passado, hoje foram abolidas pelos restauradores. Técnicos do Arquivo Público fazem avaliação de documentos.
1938	Durante o Governo Adhemar de Barros, a Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado é desmembrada, com a criação do Departamento Central de Estatística (futuro Fundação SEADE) e do Departamento do Arquivo do Estado.
1949	"A 26 de novembro de 1949 sofre o Arquivo tremendo golpe: é obrigado a mudar-se repentinamente do prédio que até então vinha ocupando e que fôra desapropriado. Isto ocasionou a desorganização completa de seu acervo, provocando acerbas críticas dos

²⁵ *Splinker* é um componente do sistema de combate a incêndio que descarrega água quando for detectado um incêndio, por exemplo, quando uma temperatura predeterminada foi excedida.

	jornais ao Governo de então". O acervo é separado e guardado em três locais diferentes, reduzindo o Arquivo Público à atividades administrativas. ^o
1951	O Arquivo Público foi instalado no antigo prédio da Estrada de Ferro Sorocabana. São reorganizadas a Seção Histórica e o Serviço de Restauração.
1952	Ubirajara Dolácio Mendes, então diretor do Arquivo Público, organiza o I Curso Livre de Paleografia. Ele foi um dos pioneiros no uso da Paleografia para a leitura de documentos antigos. Hoje, o Arquivo Público possui paleógrafos que atendem diariamente a pedidos de transcrição de documentos antigos. Também oferece oficinas para quem quiser se arriscar na "arte de decifrar".
1953	Arquivo Público instala-se na Rua Dona Antônia de Queiroz, nº 183, no bairro da Consolação. Com suas 165 janelas, o edifício da R. Dona Antônia de Queiroz contava com uma boa iluminação natural, "provocando muito menos cansaço visual dos leitores de documentação antiga".
1967	Transferência para a Secretaria da Cultura - decreto nº 49.165.
1976	Arquivo Público recebe parte do acervo pessoal do ex-governador de São Paulo Altino Arantes. Nos anos seguintes, a instituição também receberia os acervos dos ex-governantes paulistas Armando Salles de Oliveira (1978), José Carlos de Macedo Soares (1984), Júlio Prestes (1981 e 1990), Washington Luís (1991) e Adhemar de Barros (2001). Washington Luís deixou expresso em testamento a determinação de que seus documentos pessoais ficassem sob a guarda do Arquivo Público.
1984	Decreto nº 22.789 institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), com o Arquivo Público como órgão central.
1989	Decreto nº 29.838 cria as Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivos (CADA), responsável pela gestão de arquivos no âmbito dos órgãos da Administração Pública. O Arquivo Público recebe o acervo do jornal carioca Última Hora, comprado de Pinky Wainer, filha de Samuel Wainer, fundador do periódico.
1994	Acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), recolhido ao Arquivo Público em 1991, é aberto à consulta pública. O Estado de São Paulo foi o primeiro Estado da Federação a conceder acesso integral a documentos da ditadura militar mediante a assinatura de um termo de responsabilidade.
1997	O Arquivo Público muda-se para sede própria, localizada no bairro de Santana, zona norte da capital paulista. Em parceria com a Associação dos Arquivistas de São Paulo, o Arquivo Público realiza o projeto "Como Fazer", que promoveu oficinas técnicas sobre Arquivologia. Para cada oficina foi elaborado um manual, que foi posteriormente publicado, totalizando 10 volumes. A parceria durou até o ano de 2006.
1999	Arquivo Público recebe, sob forma de doação, o acervo iconográfico dos jornais Diário da Noite e Diário de São Paulo, ambos do grupo Diários Associados, fundado pelo jornalista Assis Chateaubriand.
2000	O Arquivo Público do Estado de São Paulo lança a 1ª edição da Revista Histórica. Até 2005, a revista é impressa. Hoje, a Histórica é eletrônica, com periodicidade bimestral: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br . Nesse mesmo ano, é assinado o termo de cooperação técnica que formaliza a parceria entre o Arquivo Público e o Ministério Público estadual, sendo renovado e ampliado em 2009.
2003	O Arquivo Público organiza em São Paulo o 1º Encontro Paulista sobre Gestão Documental Pública, realizado sempre em uma cidade diferente, sendo realizado mais de 10 edições.
2004	Elaborados pelo Arquivo Público do Estado, são publicados: o Decreto nº 48.897/2004 que definiu critérios para a gestão documental; e o Decreto nº 48.898/2004 que aprovou o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade dos Documentos das Atividades-Meio para a Administração Estadual.
2006	Arquivo Público torna-se uma Unidade, formada por dois departamentos: o Departamento Técnico de Gestão do Sistema de Arquivos e o Departamento de Preservação e Difusão da Memória.
2007	O Arquivo Público é transferido da Secretaria da Cultura para a Casa Civil. No mesmo ano, a instituição passa por uma grande reorganização de sua estrutura, com a criação de novos Centros e Núcleos.
2008	Arquivo Público torna-se responsável pela guarda do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

2009	Arquivo Público realiza o primeiro concurso público de sua história para a contratação de 60 funcionários.
2010	Sob a coordenação do Arquivo Público, é criado o Comitê Gestor SPdoc. Parceria entre o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Arquivo Público permite o recolhimento de cerca de 7 mil processos judiciais dos séculos XVIII e XIX.
2012	É inaugurado um novo edifício do Arquivo Público. Trata-se do 1º edifício projetado para arquivos de grande porte no Brasil. Nesse mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 58.052/2012, que regula o acesso a informações no Estado de São Paulo, atribuindo ao Arquivo Público a competência de coordenar a integração sistêmica dos Serviços de Informação ao Cidadão-SIC.
2013	É inaugurada no saguão do Arquivo Público a Central de Atendimento ao Cidadão – CAC.

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo – APESP – elaborado pelo autor.

Segundo dados atuais do Arquivo Público do Estado de São Paulo, sua sede mantém um acervo documental de grandes proporções, que implica em atividades variadas, como pode ser observado no quadro 18, em números aproximados:

QUADRO 17 - Acervo documental no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Quantidade:	Unidade:	Tipo documental:
25 milhões	Unidades	Documentos Textuais;
12.723	Metros lineares	Documentos no arquivo administrativo;
15.837	Metros lineares	Documentação histórica;
1 milhão	Unidades	Documentos e imagens históricas digitalizadas;
2,7 milhões	Unidades	Documentos cartográficos e iconográficos;
45.000	Volumes	Livros;
6.000	Títulos	Jornais;
2.300	Títulos	Revistas;

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo – APESP – elaborado pelo autor.

4.2.1 Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações – SPdoc - APESP

Por meio da resolução do Secretário-Chefe da Casa Civil n.º 19, de 14 de maio de 2008, aprovada conforme despacho constante no Processo CC 19.501/2009, foi instituído na Unidade do APESP, através da Casa Civil, Grupo de Trabalho com o objetivo de promover estudos a fim de propor as diretrizes e os procedimentos necessários à integração dos documentos arquivísticos digitais na política estadual de gestão de documentos. Este trabalho deu origem à Instrução Normativa APE/SAESP-1, de 10 de março de 2009, que estabelece diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

Assim, foi concebido o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações – SPdoc. Primeiramente a partir de regras e requisitos arquivísticos definidos pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, utilizando-se do seu Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo-SAESP e através de desenvolvimento de sistema informatizado pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo-PRODESP, com adoção de requisitos obrigatórios e seus respectivos metadados, de acordo com a Resolução nº 25, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), de 27 de abril de 2007.

Este sistema, em conformidade com a política estadual de arquivos, permite acompanhar o documento ao longo do seu ciclo de vida, desde a sua produção (na mesa do gestor), sua tramitação, arquivamento, até o seu destino final, que pode ser o recolhimento à instituição arquivística ou sua eliminação. Possibilita, ainda, a utilização de serviços via internet, bem como o controle dos atos de governo e a transparência administrativa. Dentre as principais características do SPdoc, destaca-se o controle de todos os documentos (processos, expedientes e avulsos, como relatórios, atas, ofícios, planilhas e outros) do Governo Paulista, desde a produção até a destinação final (eliminação ou guarda permanente).

Em sua primeira fase, o SPdoc foi implementado nas secretarias de Gestão Pública, Casa Civil, Comunicação, Cultura, Direitos da Pessoa com Deficiência e Relações Institucionais, possibilitando a análise de seu desempenho e ações de aprimoramento técnico. Já a implementação progressiva do sistema em todos os órgãos da administração pública paulista será planejada pelo Comitê Gestor do SPdoc, sob a coordenação do Arquivo Público do Estado. As principais vantagens do SPdoc são:

- 1) Promover a integração das informações de governo, auxiliando no processo de planejamento estratégico e implementação de políticas públicas;
- 2) Possibilitar ao cidadão o acesso à tramitação dos processos de seu interesse via Internet;
- 3) Garantir aos gestores a rastreabilidade e a localização imediata de documentos em fase corrente, intermediária ou permanente;
- 4) Assegurar a efetiva aplicação dos Planos de Classificação e das Tabelas de Temporalidade;
- 5) Implementar rotinas padronizadas e o uso de vocabulário controlado, otimizando o desempenho dos sistemas informatizados;
- 6) Permitir a visualização dos dados identificadores dos documentos e o controle da tramitação, desde a produção até a destinação final (eliminação ou guarda permanente);
- 7) Agilizar a tramitação controlada de documentos entre os órgãos;
- 8) Automatizar os procedimentos de recolhimento e eliminação de documentos;
- 9) Articular em uma ampla rede de informações todos os protocolos e arquivos dos órgãos e entidades do Governo Estadual. (Sistema informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações – SPdoc. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/spdoc/vantagens.php>>. Acesso em 15 ago. 2017).

O Comitê Gestor do SPdoc é o órgão colegiado, instituído junto à Casa Civil, responsável por planejar a implementação progressiva e o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações. Ele é presidido pelo Coordenador do Arquivo Público do Estado, e é composto por representantes dos seguintes órgãos: Secretaria da Gestão Pública; Secretaria da Fazenda; Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional; Procuradoria Geral do Estado; Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP.

Para assessorá-lo no desempenho de suas atividades, bem como desenvolver atividades características de apoio técnico e administrativo, o Comitê Gestor conta com um núcleo de apoio, sob a responsabilidade do Centro de Coordenação dos Protocolos Estaduais, do Departamento de Gestão do SAESP, e com Comissões Técnicas para realizar estudos e pesquisas sobre temas específicos fundamentais ao constante aprimoramento do SPdoc.

4.2.2 Análise dos dispositivos normativos referentes ao acervo cartográfico – APESP

Segundo consta, os documentos cartográficos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) estão alocados no Núcleo de Acervo Cartográfico da instituição e tem suas diretrizes gerenciadas pelo Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico - CAIC, este por sua vez subordinado ao Departamento de Preservação e Difusão do Acervo – DPDA. Essa estrutura organizacional (APÊNDICE B) está fundamentada pelo Art. 19 do decreto 54.276, de 27 de abril de 2009, que preconiza as seguintes atribuições ao CAIC:

I - assegurar a preservação e o acesso aos documentos iconográficos, cartográficos e audiovisuais de guarda permanente; II - gerir: a) os documentos iconográficos, cartográficos e audiovisuais de guarda permanente; b) a movimentação dos documentos sob sua guarda; c) em ambiente específico, o atendimento ao público.

E as seguintes atribuições ao Núcleo de Acervo Cartográfico:

a) identificar, organizar, classificar, catalogar e descrever mapas e plantas; b) gerenciar programa de conversão digital do acervo cartográfico. Parágrafo único: Os Núcleos do Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico têm, ainda, em suas respectivas áreas de atuação, a atribuição de gerenciar os depósitos de documentos.

Outras competências observadas neste mesmo decreto e que dizem respeito aos documentos cartográficos, se manifestam no Art. 21, que informa que o Centro de Preservação, também subordinado ao DPDA, tem que desenvolver atividades sistemáticas de conservação preventiva, higienização e recuperação de documentos textuais e cartográficos, por meio do Núcleo de Preservação. Esta importante normativa resguarda os documentos cartográficos dos possíveis processos de deterioração que os documentos estão sujeitos, ao passar dos anos.

Por outro lado, apesar das competências atribuídas ao Núcleo de Acervo Cartográfico e ao Departamento de Preservação do APESP, através do decreto 54.276, publicado em 2009, para documentação cartográfica da instituição, verifica-se que na reorganização anterior da estrutura do APESP, ocorrida através do decreto 52.026/2007, os documentos cartográficos não eram reconhecidos para fins de organização e normalização, pois sequer foram citados no decreto.

Nessa estrutura organizacional de 2007, havia apenas o Núcleo de Acervos Iconográficos, subordinado ao Centro de Arquivo Permanente e este ao Departamento de Preservação e Difusão da Memória do Estado. Os documentos cartográficos permaneciam nesse núcleo sem desenvolvimento de técnicas ou normas para sua organização.

Compreende-se assim que a gestão técnica e sistêmica da documentação cartográfica do Governo do Estado de São Paulo é condição indispensável para sua organização e pleno acesso às informações ali contidas. Por esse motivo, a reorganização estrutural do APESP, criando o Núcleo de Acervos Cartográficos, constituiu-se em serviço essencial para o reconhecimento de suas especificidades e valor informacional como documento arquivístico.

4.2.3 Análise dos dados coletados em instrumento de pesquisa *online* – APESP

O Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações – SPdoc integra princípios e técnicas da gestão documental às

tecnologias da informação e processa eletronicamente procedimentos e operações técnicas da gestão arquivística de documentos. Como dito anteriormente, foi concebido a partir de regras e requisitos arquivísticos definidos pelo Arquivo Público do Estado e desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo-PRODESP.

A documentação cartográfica disponível *online*, encontra-se em repositórios digitais, no *site* do APESP, e foram produzidos e acumulados, segundo dados da instituição, pelo Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC), no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e o início da segunda metade do século XX. É um material de grande importância, tanto jurídica quanto histórica, pois se refere especialmente a questões territoriais, podendo contribuir com registros cartográficos para o resgate da memória de diversas regiões do Estado de São Paulo, constituindo-se numa importante fonte de pesquisa.

Apesar desta pesquisa estar direcionada para a análise apenas da documentação cartográfica *online* do APESP, é preciso ressaltar que a instituição possui, desde o ano de 2010, um “Guia do Acervo”, que fornece informações básicas sobre os arquivos da instituição e seus fundos. Visando adequá-lo às normas internacionais de descrição arquivística, principalmente a ISAD (G), no final de 2014, equipes técnicas do APESP iniciaram uma revisão do Guia, com disponibilização em plataforma ICA-AtoM²⁶ para pesquisas em fundos e coleções revisados.

Desta forma, embora conste no *site* que periodicamente novos conjuntos documentais são inseridos e divulgados em sua plataforma como documentação tratada nos preceitos da norma, as análises dos elementos de descrição realizadas neste capítulo, foram feitas especificamente de acordo com o instrumento de pesquisa *online* para documentos cartográficos²⁷, visto que, no Guia do Acervo citado, nota-se uma evolução da aplicação das normas, considerando-se as áreas e elementos descritivos, porém sem atingir ainda a descrição arquivística para os documentos cartográficos da instituição.

²⁶ O ICA-AtoM é um software livre, do Conselho Internacional de Arquivos, adotado por instituições do mundo inteiro, que permite o cruzamento e a consulta de todos os documentos disponíveis na sua base, refinando os instrumentos de busca e agilizando a pesquisa. Seu nome foi alterado para AtoM (Acesso à Memória) após o lançamento de sua versão 2.0 em outubro de 2013.

²⁷ Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/documento_cartografico>. Acesso em: 02 setembro 2017.

Portanto, dentro das especificações técnicas da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, é possível verificar, no instrumento de pesquisa *online* do APESP, a utilização de alguns elementos de descrição obrigatórios, porém, percebe-se também a falta de outros elementos importantes.

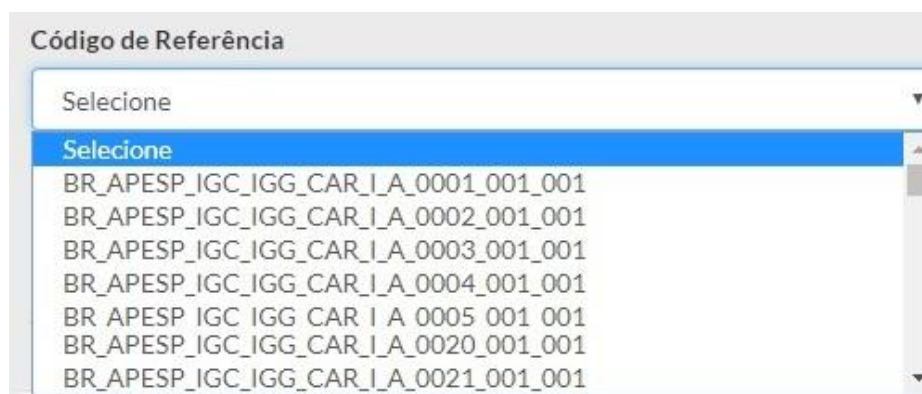
Assim, observou-se nos campos para busca *online* a presença de 4 elementos obrigatórios de descrição, pertencentes à área 1 “identificação”, que são: título, código de referência e ano e à área 2 “contextualização”: autor, conforme imagens a seguir:

FIGURA 17 - Campo do título.



Fonte: Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações SPdoc Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

FIGURA 18 – Campo do código de referência²⁸.



Fonte: Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações SPdoc – APESP.

²⁸ O Código de Referência do Arquivo Público do Estado de São Paulo, cadastrado no Arquivo Nacional pelo CODEARQ - Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos é: BR SPAPESP.

FIGURA 19 - Campo do ano.

Fonte: Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações SPdoc – Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

FIGURA 20 - Campo do autor.

Fonte: Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações SPdoc – APESP.

Observa-se, na figura a seguir, o resultado de uma pesquisa de documentação cartográfica no repositório digital do APESP, onde aparecem, além dos elementos de descrição citados anteriormente, a presença do elemento de descrição obrigatório “dimensão e suporte”, pertencente também à área 1 (identificação).

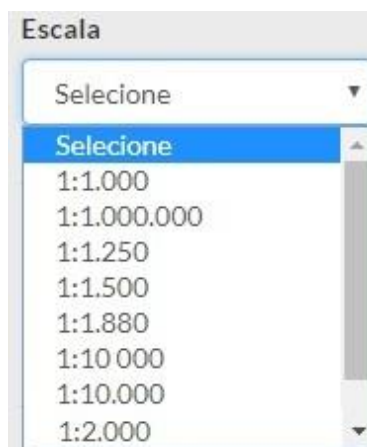
FIGURA 21 - Campos diversos para resultado da pesquisa.

Resultado da Pesquisa			
Total de 1 registro(s) encontrado(s)			
Título	Lagoinha		
Nome do Autor	Eng. Civil Alberto Andrade Galvão		
Código de Referência	BR_APEsp_IGC_IGG_CAR_I_C_0072_001_001		
Localidade	Lagoinha	Ano	1640
Escala	1:2.000	Dimensão	47x67
Cromia	Preto e Branco	Suporte	Offset
<input type="button" value="Visualizar"/>			

Fonte: Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações SPdoc - Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

Como elemento não obrigatório e também não pertencente aos 28 elementos de descrição que a norma cita, destaca-se um campo chamado “escala”, (Figura 21), visto que a sua inclusão neste gênero documental é primordial devido à peculiaridade da informação referente entre a relação da dimensão do objeto e o desenho. Isso demonstra como o trabalho de descrição arquivística deve ser bem analisado, para atingir os objetivos da pesquisa e principalmente de pesquisa do usuário.

FIGURA 22 - Campo da escala.



Fonte: SPdoc – Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

De outra forma, notou-se a ausência de dois elementos obrigatórios no sistema *online* do APESP: “nível de descrição”, pertencente à área de “identificação”, e o elemento “condições de acesso”, pertencente à área de “condições de acesso e uso”.

A importância de identificar o “nível de descrição” de um determinado acervo é primordial na hierarquização e metodologia da organização dos documentos, assim como as “condições de acesso” à unidade de descrição devem ser explicitadas, visto que, caso existam restrições, é preciso indicar o tipo de exceção, a norma legal ou administrativa em que se baseia e em que estatuto ou outros regulamentos se fundamentam.

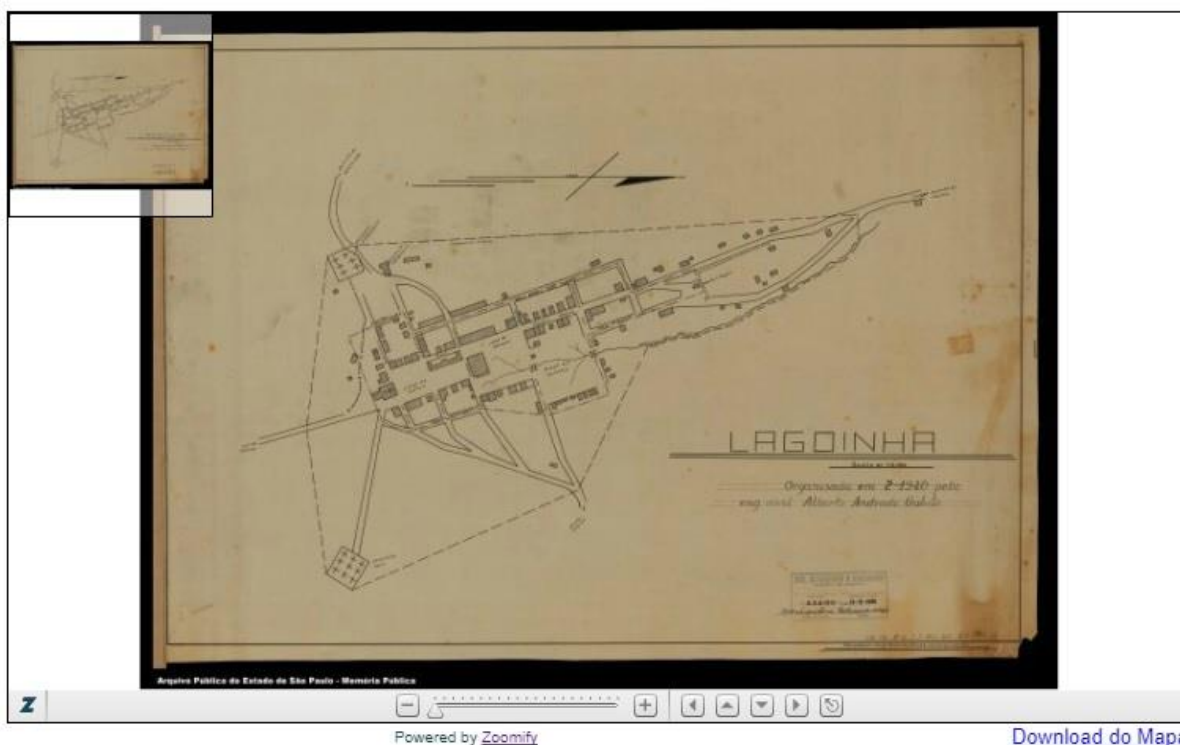
Outra questão levantada, indica que o instrumento de pesquisa para acervos cartográficos do APESP não remete para pesquisas por gênero documental, pois já existe uma página específica para a pesquisa do gênero cartográfico. Consequentemente, não existe a opção de escolha de campo para espécies documentais deste gênero, o que de certa forma prejudica a pesquisa, pois exclui

informações de suma importância para o usuário, que muitas vezes realiza sua busca através das espécies de alguns documentos cartográficos bastante conhecidos, como mapas e plantas.

Ainda em relação ao instrumento de pesquisa do APESP, observa-se também a falta de alguns elementos de descrição arquivística indicados pela NOBRADE, tais como história administrativa e arquivística, âmbito e conteúdo, avaliação, sistema de arranjo, notas, pontos de acesso e indexação de assuntos, entre outros, demonstrando que ainda é necessário um planejamento técnico para implantação de uma descrição mais efetiva na instituição.

Como ponto positivo do Instrumento de Pesquisa, o APESP disponibiliza diretamente no *link* do resultado da pesquisa um botão chamado “visualizar”, que remete diretamente para a imagem digitalizada do assunto pesquisado, como pode ser visto na figura a seguir:

FIGURA 23 - Visualização do mapa da pesquisa.



Fonte: Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações SPdoc – Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

4.2.4 Análise dos dados coletados em questionário – APESP

O questionário aplicado para realização de diagnóstico da descrição arquivística de documentos cartográficos no Arquivo Público do Estado de São Paulo demonstrou que a instituição possui setor exclusivo para a organização de documentos cartográficos, denominado Núcleo de Acervo Cartográfico, subordinado ao Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico – CAIC, ambos pertencentes ao Departamento de Preservação e Difusão do Acervo – DPDA.

Conforme consta na pesquisa, a equipe que trabalha no Núcleo de Acervo Cartográfico é formada por um total de 8 servidores, sendo 7 com nível superior completo e um servidor com nível superior em andamento. 3 servidores possuem de 7 a 8 anos de trabalho no setor, 2 servidores de 3 a 4 anos e outros 3 servidores têm menos de 2 anos.

Pode-se considerar, dessa forma, que já existe um período de gestão administrativa razoável, em termos de planejamento e implantação de métodos de trabalho, trazendo ainda o benefício de continuidade para projetos já implementados, além da vantagem de intercalar servidores mais antigos com os mais novos, que sempre propiciam um fôlego à equipe e uma nova visão de trabalho para a instituição.

Apesar de quase 100% dos servidores do setor de documentos cartográficos terem formação superior acadêmica, constata-se que, de forma geral, essas formações não são voltadas para as funções mais especializadas do setor, visto que 3 servidores são geógrafos formados e um está em formação; 2 servidores são da área de direito, sendo que 1 deles também é biólogo e o outro é formado na área de Publicidade e Propaganda. Existe ainda 1 servidor que é jornalista e outro que é formado na área de Artes Visuais. Conforme consta, apenas o servidor formado em jornalismo possui uma especialização em Gestão de Documentos de Arquivo.

Diante deste panorama, é importante salientar que a Arquivologia, assim como qualquer outra profissão, tem suas técnicas baseadas em estudos específicos e que determinam não somente a organização de documentos, mas toda uma gestão de políticas públicas arquivísticas voltadas para a implantação de sistemas de arquivos dotados de instrumentos arquivísticos, que possam trazer modernidade ao acesso e preservação dos documentos institucionais.

Também é relevante dizer que a multidisciplinariedade de outras profissões será sempre bem-vinda ao trabalho arquivístico, porém não o substitui. Outra questão que pode ser considerada mais sensível é o trabalho com documentos não textuais, como é o caso da documentação cartográfica, pois ainda se percebem muitas dificuldades nestes acervos, como falta de padronização, normalização e, principalmente, organização, através de técnicas de descrição com uso de instrumentos de pesquisa.

Sobre a organização dos documentos cartográficos do Núcleo de Acervo Cartográfico do APESP, apesar de a equipe responder que existe uma mensuração aproximada do acervo em itens documentais, não foi informada qual a quantidade que a instituição possui.

Porém, informou-se que o local para realização das atividades de organização é adequado e possui espaço físico próprio, com a documentação organizada parcialmente. Basicamente, o acervo é formado pelas espécies documentais mais comuns, mapas e plantas, além de cartas, croquis, gráficos, perfis, cadernetas de campo, atlas e álbuns. Infelizmente, como constatado anteriormente, o instrumento de pesquisa *online* não informa quais as espécies documentais do acervo cartográfico.

Também foi possível analisar, a partir desta e de outras informações, o modo como a instituição está estruturada. A princípio, a composição é adequada ao trabalho arquivístico, visto que existe um espaço físico próprio, com responsabilidade de núcleo, e dotado de recursos humanos para realização das descrições.

Porém, o instrumento de pesquisa *online* para documentação cartográfica não remete informações para outros documentos, não deixando claro se existe uma relação de organicidade entre os documentos cartográficos ali identificados e os documentos de outros gêneros em outros setores da instituição.

Em relação ao acondicionamento, foi informado que existem documentos sem acondicionamento primário, guardados diretamente em mapotecas horizontais e/ou enrolados em caixas específicas. De acordo com informações da equipe, esses documentos estão passando por uma etapa de higienização e acondicionamento, que consiste em: documentos cuja dimensões não ultrapassem 120 x 90 cm são selados individualmente com poliéster de 75 micras.

Os documentos que ultrapassam essas dimensões são guardados em caixas seguindo padrões arquivísticos. Já em termos de armazenagem, além das mapotecas citadas anteriormente, foi mencionada na pesquisa a existência de caixas e estantes.

Atualmente, sabe-se que o acondicionamento de documentos cartográficos, enrolados em tubos ou caixas, não é mais indicado, devido ao esforço de dobra que as fibras do papel são submetidas por um longo período de tempo, porém a dificuldade de guarda de documentos de grandes dimensões ainda é um desafio para os profissionais desta área.

No Arquivo Nacional, por exemplo, foi adotado um sistema de dobra dentro da própria gaveta da mapoteca horizontal, onde uma peça abaulada adaptada ao gaveteiro, permite um ângulo maior de inclinação dos documentos de grandes dimensões, diminuindo o esforço do papel, mas não solucionando o problema por completo.

A respeito de procedimentos de digitalização de documentos cartográficos, foi confirmado pela equipe, que são realizados em setor específico do APESP e têm por finalidade a preservação dos originais e a difusão da informação, possibilitando um melhor acesso à documentação cartográfica, visando aprimorar o atendimento ao público.

Este procedimento pode ser claramente visto no acesso ao repositório digital do acervo cartográfico da instituição, visto que, dentro do instrumento de descrição, aparece um *link* em forma de botão “visualizar”, o qual remete para a imagem digitalizada do documento pesquisado.

A propósito das normas de descrição para os documentos cartográficos, a pesquisa confirmou que o Centro de Acervo Permanente é o setor responsável por essa normalização, que é baseada na norma internacional ISAD (G). Apesar da existência de um setor específico para essa atribuição, a equipe informa que ainda permanece uma maior dificuldade em descrever as questões técnicas específicas dos documentos cartográficos.

Assim, apesar de constar no *site* e de a equipe confirmar que os documentos da instituição estão adequados às normas de descrição internacional, acredita-se que a normalização deva ser orientada pela NOBRADE e não pela ISAD (G), visto que a norma brasileira atende aos padrões internacionais.

Outro assunto colocado em dúvida, refere-se a quais normas internas o Centro de Acervo Permanente aplica ao acervo cartográfico da instituição, pois, como visto, muitos elementos de descrição obrigatórios da norma não são aplicados no instrumento de pesquisa *online*, conforme análise feita no capítulo anterior.

Essa questão fundamenta-se de forma incisiva quando perguntado à equipe quais Instrumentos de Pesquisa foram criados para utilização no acervo cartográfico. Como resposta, foi informada apenas da existência de tabelas do excel e de um Sistema de Gerenciamento do Acervo, que se encontra em elaboração.

Sobre as competências do setor de documentos cartográficos, foi citado como responsabilidade, identificar, organizar, classificar, catalogar e descrever mapas e plantas e gerenciar programa de conversão digital do acervo cartográfico, assegurando a preservação e o acesso aos documentos, tendo ainda como atribuição gerenciar os depósitos de documentos.

Por fim, em relação ao acesso à documentação do setor cartográfico, afirmou-se que existe local próprio destinado ao atendimento dos pesquisadores/usuários, porém com acesso apenas a planilhas do excel. Não houve informação se esse acesso é permitido ao público externo.

4.3 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – CRIAÇÃO E FINALIDADE

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ tem como competências a gestão e a preservação da documentação de valor permanente produzida na esfera do Poder Executivo Municipal, tendo como principais objetivos organizar, gerir, preservar e democratizar o acesso público aos acervos documentais de valor probatório e histórico, reconhecidos e produzidos no âmbito da Prefeitura da Cidade.

O AGCRJ também registra, de diversas formas, as manifestações culturais, políticas e sociais, oficiais e não-oficiais, realizadas na cidade, de reconhecida relevância para a sua memória e para a sua história, contribuindo para divulgá-las e preservá-las, dentro de uma política municipal de arquivos.

Essa política pode ser entendida como o conjunto de objetivos, princípios, diretrizes e programas elaborados e executados pelo Poder Executivo municipal, como forma de garantir a gestão, a preservação, o acesso aos documentos públicos

municipais e a proteção especial a arquivos privados de interesse público para a cidade.

A partir de 2003, com a publicação do decreto n.º 22.615, que regulamentou a Lei n.º 3.404, o AGCRJ teve ratificadas as suas competências de elaborar, implantar e acompanhar a execução da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, no âmbito do Poder Executivo do município e de fazer a gestão documental dos órgãos e entidades da administração pública municipal.

De acordo com o histórico da instituição, o órgão tem sua origem à época da refundação da cidade, por Mem de Sá, no morro do Castelo, em 1567, quando foi instituído o Arquivo da Câmara Municipal. Esse Arquivo tinha como finalidade guardar a documentação gerada e acumulada pela Câmara, que, obedecendo à legislação portuguesa, cumpria tanto funções legislativas quanto executivas na administração da cidade do Rio de Janeiro.

A partir do Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893, sua denominação foi alterada para Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal²⁹, assumindo a competência de gerir e preservar a documentação produzida e acumulada pelos diversos órgãos e repartições do Executivo municipal.

Mas, logo a seguir, o Arquivo foi rebaixado na escala administrativa, permanecendo em situação de subordinação, fato que o impediu de cumprir eficazmente suas atribuições. Daí em diante, passou por sucessivas mudanças de denominação, de dependência e de localização, funcionando, muitas vezes precariamente, em instalações inadequadas.

A partir de 1960, com as transformações político-administrativas ocorridas no Rio de Janeiro, principalmente a transferência da capital federal para Brasília e a criação do estado da Guanabara, o Arquivo do Distrito Federal passou a ser denominado Serviço de Arquivo Histórico e, a partir de 1975, com a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, sua denominação foi mudada para Arquivo Municipal.

Somente em 1979, através do decreto nº 2.053, o Arquivo Municipal restabeleceu a denominação de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde, nesse mesmo ano, foram realizadas as obras para a construção do seu prédio-sede.

²⁹ O Distrito Federal foi criado pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil em 1891, no território correspondente à atual localização do município do Rio de Janeiro, com jurisdição até 1960, onde foi transferido para o Planalto Central do Brasil, depois da inauguração da nova capital do país, Brasília.

Assim, através da Lei nº 3.404, de 5 de junho de 2002, o órgão se tornou o gestor da Política de Arquivos e do Sistema de Memória da Cidade.

Localizado atualmente na Cidade Nova - Rio de Janeiro, o AGCRJ é um órgão da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Rio. Com a promulgação da Lei n.º 3.404/02, que trata da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados na Cidade do Rio de Janeiro, foi atribuído ao Arquivo da Cidade novas funções que lhe permitem desenvolver uma gestão voltada para a preservação do patrimônio documental, da informação e do conhecimento. Assim, o AGCRJ tem como atribuições:

- a) ser o gestor da documentação produzida pelo poder público no decorrer do exercício de suas funções administrativas;
- b) deter informações indispensáveis para o cidadão e para o pesquisador respectivamente na busca de comprovação de direitos e na reconstrução do passado;
- c) estar mais próximo do universo afetivo da comunidade a que pertence, já que mantém os registros do cotidiano da cidade e de sua população.

Compete, deste modo, ao AGCRJ influir no aprimoramento de políticas públicas, garantindo o acesso à informação como direito democrático, cooperando para o exercício pleno da cidadania e para a transparência dos atos da administração pública. O quadro a seguir demonstra a cronologia histórica do órgão:

QUADRO 18 - Cronologia da história do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Ano:	Histórico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ
1565	Criação do Arquivo em 1º de março de 1565 pelo Capitão-Mor Estácio de Sá;
1567	Constituído o Arquivo da Câmara Municipal;
1790	Um incêndio considerado criminoso no Arquivo da Câmara destruiu grande parte do acervo arquivístico. Entretanto, os vereadores determinaram que fossem feitas cópias dos documentos relativos à municipalidade, existentes em outros órgãos administrativos, conseguindo reconstituir uma parte da documentação perdida, especialmente os registros de terras, que foram o alvo principal do incêndio, já que continham informações sobre a propriedade de terrenos e de imóveis, em várias regiões da cidade;
1825	Inaugurado o primeiro Paço Municipal para sediar a Câmara Municipal, onde passou a funcionar, também, o seu Arquivo;
1856	Demolição do prédio do Paço Municipal onde se localizava o Arquivo da Câmara;
1882	Inaugurado o segundo Paço Municipal, pelo imperador D. Pedro II e por outras autoridades, com grande solenidade. Nele voltaram a se instalar os vereadores e o arquivo da municipalidade;
1892	O Arquivo da Câmara é transferido para o âmbito do Poder Executivo municipal, continuando a funcionar nas dependências do Paço, integrando uma das suas Diretorias. Nesse ano, início de período republicano, após a promulgação da nova Lei Orgânica Municipal que alterou a organização político-administrativa da cidade, foram separados os poderes Executivo e Legislativo e o Paço Municipal passou a sediar o

	Conselho de Intendentes (Poder Legislativo) e a Prefeitura da Cidade (Poder Executivo), até 1897, quando o Conselho de Intendentes foi transferido para o prédio da antiga Escola São José, no largo da Mãe do Bispo, atual praça Floriano;
1893	O Arquivo da Câmara tem sua denominação alterada para “Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal”, a partir do Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893, assumindo a competência de gerir e preservar a documentação produzida e acumulada pelos diversos órgãos e repartições do Executivo municipal;
1894 -1897	Nesse período, o Arquivo do Distrito Federal, antecessor do Arquivo da Cidade, publicou uma revista, com o nome de Revista do Archivo do Distrito Federal, periódico que divulgava transcrições de documentos e artigos sobre o acervo do Arquivo. Retomada em 1950, a revista deu continuidade ao projeto anterior. Foram cinco volumes, até 1954, que contavam também com colaborações esporádicas sobre temas selecionados da história carioca;
1938	O Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal tornou-se, através da publicação do Decreto nº 836, um Serviço da Diretoria de Interior da Prefeitura do Distrito Federal;
1940	O Arquivo, até então denominado “Serviço da Diretoria de Interior da Prefeitura do Distrito Federal” foi transferido para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ficando subordinado ao Departamento de História e Documentação, com a designação de Serviço de Arquivo Geral. Essa situação constituiu-se, mais uma vez, em um obstáculo para que o órgão pudesse cumprir a sua função de gerir e preservar a documentação permanente produzida pelo Poder Executivo municipal, pois perdeu poder na escala hierárquica da administração. Uma das consequências dessa subordinação administrativa foi o extravio de muitos conjuntos documentais importantes, produzidos, nesse período, pelos diferentes órgãos e repartições da Prefeitura da cidade;
1960 -1975	Todas as transformações político-administrativas ocorridas no Rio de Janeiro nesse período, como a transferência da capital federal para Brasília e a criação do estado da Guanabara, também contribuíram para dispersar e extraviar os documentos oficiais produzidos nessa época;
1963	Passou a ser denominado Serviço de Arquivo Histórico;
1975	Passou a ser denominado Arquivo Municipal, mas permaneceu subordinado ao Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
1979	Em março de 1979, através do decreto nº 2.053, de 06 de março de 1979, como mais uma medida para revitalizar a Cidade Nova, o Arquivo enfim ganhou seu edifício sede, erguido ao lado do Prédio dos Correios, de frente para a Avenida Presidente Vargas e cujo Projeto ficou a cargo dos consagrados arquitetos Edison e Edmundo Musa. Passou a denominar-se Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, porém foi mantido subordinado ao Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação;
2002	A lei nº 3.404, de 5 de junho de 2002, determinou que o órgão se tornasse o gestor da Política de Arquivos e do Sistema de Memória da Cidade;
2003	Através do decreto 22.614, de 30 de janeiro de 2003, foi transferido do Departamento de Documentação e Informação Cultural, para o Gabinete da Secretaria Municipal de Cultura.

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – elaborado pelo autor.

Desta forma, no âmbito de uma Instituição Pública Arquivística que cumpre com os preceitos de preservação e acesso pleno à documentação pelos usuários, o AGCRJ mantém sob sua custódia coleções de documentos particulares de prefeitos, administradores, professores, engenheiros e personalidades da vida carioca.

Observa-se que seu acervo tem diversos gêneros documentais com uma vasta tipologia documental disponível para consulta, entre eles manuscritos e impressos, fotografias e negativos, gravuras, álbuns fotográficos, diapositivos, caricaturas e

charges, cartazes, cartões postais, desenhos, fitas, vídeos, livros e periódicos, podendo ser consultados por qualquer usuário.

Portanto, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro tem legitimamente uma dupla missão: empreender, no Governo, programas de gestão de documentos e possibilitar o controle sobre a massa documental produzida, autorizando os descartes legalmente permitidos e fomentando a transferência da parcela de caráter permanente aos seus depósitos, como órgão central.

4.3.1 Sistema de Informações do Arquivo Virtual Módulo WEB - AGCRJ

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ – possui um sistema de informações denominado Arquivo Virtual Módulo Web³⁰, que se propõe a oferecer aos usuários o pleno acesso às informações arquivísticas produzidas pela Prefeitura da Cidade. Numa primeira impressão, percebe-se que a interface do sistema é apropriada ao usuário, permitindo sua fácil compreensão, porém o *design* inicial apresenta fontes de tamanho pequeno, dificultando a visualização.

Nesta ferramenta, encontram-se informações referentes a “Fundos e Coleções”, que são custodiados pela instituição, e sua construção foi fundamentada de acordo com os conceitos de organização da teoria arquivística, respeitando-se a ordenação em sistema de arranjo, disponibilizando assim a documentação descrita e digitalizada ao usuário. A estrutura do Módulo WEB é baseada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, cuja interface do instrumento de referência reflete a utilização do software livre AtoM (Acesso à Memória).

Em relação às descrições de documentos cartográficos realizadas nos instrumentos de pesquisa, as espécies documentais verificadas no sistema variam entre mapas e plantas, além de atlas, cartogramas, fotografias aéreas, mosaicos aéreos e perfis.

Para realização de consultas por meio da opção “Fundos e Coleções”, o sistema proporciona um total de 94 registros. Também é possível realizar buscas mais abertas, através da opção “livre”, ao optar por um ou mais termos para a consulta e através da opção “avançada”, com 8 campos para a busca.

³⁰ Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web>>. Acesso em: 22 novembro 2016.

O sistema também possui uma opção de consulta pública digital em formato de estatísticas, que oferece dados sobre os fundos e/ou coleções digitalizados nos bancos de dados do AGCRJ. Segundo consta, atualmente são 94 fundos, 137 seções, 15 subseções, 1.210 séries, 1.554 subséries, 17.065 dossiês e 17.320 itens documentais.

4.3.2 Análise dos dispositivos normativos referentes ao acervo cartográfico – AGCRJ

Em 1979 foi instituído o regimento interno do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro que, de acordo com o *site* da instituição, está passando por reformulação. O Art. 4.º deste regimento informa sobre a necessidade de implantação de um Sistema Municipal de Documentação, que posteriormente foi criado, através do decreto n.º 7.434, em 29 de fevereiro de 1988, porém revogado, através do decreto n.º 24.009 de 05 março de 2004.

Em relação à documentação cartográfica, no capítulo I, Art. 9º, item III, do referido regimento interno, que versa sobre a estrutura organizacional do AGCRJ, é citada a existência da Seção de Documentação Cartográfica, Iconográfica e Audiovisual - SEAVI, subordinada ao Serviço de Documentação Permanente e Intermediária da instituição. Já o Art. 16, item III, versa sobre a necessidade de elaboração de Guias dos Fundos e Coleções para o acervo.

A respeito das competências, o Art. 25, item II, informa que a Seção de Documentação Cartográfica, Iconográfica e Audiovisual deve custodiar, inventariar, conservar e eventualmente propor a aquisição de registros cartográficos, iconográficos, fonográficos e cinematográficos, referentes ao espaço socialmente organizado do município do Rio de Janeiro.

Portanto, percebe-se que, já a partir do final da década de 1970, em um período em que os estudos arquivísticos no Brasil estavam apenas começando, os gestores do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro se preocupavam com questões importantes na gestão e na metodologia de pesquisa de seus acervos arquivísticos, tais como a criação de um Sistema de Arquivos e a necessidade de elaboração de instrumentos de pesquisa, mesmo na época sem contar com referências normativas de descrição arquivística.

Outra questão importante, citada no Art. 4.º do regimento interno do AGCRJ, fala sobre a necessidade de formulação e implantação de uma Política Municipal de Arquivos que foi criada posteriormente, através da lei 3.404, de 05 de junho de 2002, e regulamentada através do decreto 22.615, de 30 de janeiro de 2003. O Art. 5.º da referida lei conceitua esta Política Municipal de Arquivos como:

“Considera-se política municipal de arquivos o conjunto de objetivos, princípios, diretrizes e programas elaborados e executados pelo Poder Executivo Municipal de forma a garantir a gestão, preservação e acesso aos documentos dos arquivos públicos municipais, bem como a proteção especial a arquivos privados, considerados de interesse público e social para a Cidade do Rio de Janeiro”.

E o Art. 1º, do decreto 22.615/2003 considera:

“O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro como órgão responsável pela:
I - elaboração, implantação e acompanhamento da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados no âmbito do Poder Executivo Municipal. II - pela gestão de documentos dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal”.

Outras duas questões que devem ser consideradas, referem-se à lei de Política Municipal de Arquivos, citada no Art. 20, que cria o Conselho Municipal de Arquivos-COMARQ, posteriormente regulamentado pelo decreto 29.996, de 08 de outubro de 2008.

De acordo com a legislação, o COMARQ será composto por representantes de órgãos da Administração Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional, instituições arquivísticas e acadêmicas, públicas e privadas, e presidido pelo Diretor do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Terá como finalidades favorecer a formulação e a implementação da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, bem como exercer funções consultivas e de assessoramento.

Uma segunda questão importante citada nesta legislação diz respeito ao Art. 22, que cria a Rede Municipal de Arquivos ARQ-RIO, vinculada ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de implementar a Política Municipal de Arquivos no âmbito do Poder Executivo Municipal, com competências de supervisão e orientação técnica às unidades de protocolo e arquivos correntes dos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

Segundo o organograma do AGCRJ (APÊNDICE C), a instituição tem suas atividades constituídas em 3 unidades orgânicas: a Gerência de Documentação Escrita e Especial, a Gerência de Apoio Técnico e a Gerência de Pesquisa.

A primeira gerência citada, de Documentação Escrita e Especial, se subdivide em duas Subgerências: a de “Documentação Escrita” e a de “Documentação Especial”, sendo esta última o foco desta pesquisa, por ser responsável pela guarda e preservação dos documentos cartográficos, assim como dos documentos iconográficos e audiovisuais do acervo institucional.

As funções da Gerência de Documentação Escrita e Especial são de gerir, preservar e democratizar o acesso público à documentação sob sua guarda, além de elaborar instruções, normas, tabelas de temporalidade e instrumentos de pesquisa, para identificar, arranjar, descrever e preservar os acervos documentais custodiados pelo órgão.

Além destas finalidades, cabe também a esta Gerência providenciar o recolhimento, ao Arquivo da Cidade, dos documentos de caráter permanente produzidos pelos órgãos da Prefeitura e coordenar os trâmites necessários à doação de acervos.

Os documentos da Subgerência de Documentação Especial são constituídos pelos seguintes gêneros documentais: iconográfico, cartográfico, filmográfico, micrográfico e sonoro. Esses documentos são provenientes dos órgãos da administração pública e das coleções particulares.

O acervo da Subgerência de Documentação Especial registra, de forma significativa, as transformações urbanas, os costumes, as festas populares, os eventos oficiais, as obras e os serviços públicos.

Em relação ao acervo cartográfico do AGCRJ, a pesquisa demonstrou que atualmente o mesmo é formado por mais de 3.600 itens documentais, compostos fundamentalmente por plantas, mapas e cartas da cidade. Sua data limite é 1790-1977.

Este acervo aborda, entre seus vários documentos, informações sobre a abertura e as alterações de logradouros públicos e de obras e reformas civis realizadas na cidade do Rio de Janeiro. Recentemente, o AGCRJ recebeu um

significativo contingente de plantas originárias do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP)³¹.

No ano de 2016, através de um processo de recuperação da história da cartografia, foram restaurados 70 mapas, utilizando-se da mão de obra de 4 (quatro) estagiários capacitados para o restauro, com auxílio da Gerência de Apoio Técnico.

O conjunto restaurado possui temática sortida e abrange documentação da cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos séculos XIX e XX. Entre eles, estão importantes documentos, como a planta do Paço Municipal de 1903 e a planta da fachada lateral da Companhia Nacional de Navegação Costeira, de 1917. Este acervo encontra-se atualmente nas etapas de digitalização, tratamento arquivístico e inserção no Arquivo Virtual.

4.3.3 Análise dos dados coletados em instrumento de pesquisa *online* - AGCRJ

O Sistema de Informações do Arquivo Virtual Módulo WEB – AGCRJ, como citado anteriormente, possui estrutura do Módulo WEB baseada na NOBRADE, e interface do instrumento de referência com utilização do software livre AtoM. Esta ferramenta permite o acesso a Fundos e Coleções salvaguardados pela Instituição Arquivística e sua criação foi baseada de acordo com as normas de descrição arquivística, respeitando a hierarquia dos fundos.

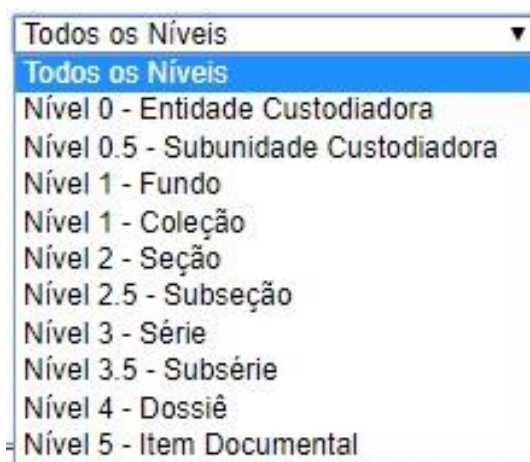
É importante ressaltar que o AGCRJ também possui um “Guia de Fundos”, em desenvolvimento desde 2006. Este instrumento permite o mapeamento da documentação, em todos os suportes, organizando-a de acordo com sua origem, pública e/ou privada. Ele proporciona um controle sistemático do acervo com uma rápida recuperação das informações, facilitando a consulta ao usuário, além de permitir a construção de uma política institucional de arranjo e descrição.

Segundo o *site* da instituição, a produção do “Guia de Fundos” *online*, nessa primeira fase, disponibilizará apenas informações sobre seus acervos e coleções particulares, permitindo um cenário dos conjuntos documentais produzidos e/ou acumulados por personalidades políticas, acadêmicas ou artísticas.

³¹ Órgão pertencente à Secretaria Municipal de Urbanismo, o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) realiza atividades de planejamento urbano, produção cartográfica e de estatísticas na cidade do Rio de Janeiro.

Visando a análise do instrumento de pesquisa *online* do AGCRJ e dentro das especificações técnicas da NOBRADE, foi possível verificar primeiramente, nos campos de busca, a utilização de todos os níveis de descrição documental da norma, conforme segue na figura abaixo:

FIGURA 24 – Campos dos níveis de descrição.



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Virtual Módulo WEB – AGCRJ.

Da mesma forma, observou-se que a instituição se preocupou em implantar um instrumento de pesquisa *online* baseado nas 8 áreas recomendadas pela NOBRADE, conforme a figura a seguir:

FIGURA 25 - Áreas da norma de descrição no Sistema do AGCRJ.



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Virtual Módulo WEB – AGCRJ.

E, ao adentrar em cada área identificada, as respectivas telas digitais remetem para os elementos de descrição obrigatórios e não obrigatórios da NOBRADE. Neste caso, foram inseridas apenas as telas referentes às áreas 1, 2 e 4, que possuem os elementos obrigatórios da norma, observados nas figuras a seguir:

FIGURA 26 - Campos da área de identificação³².

ÁREA 1 - IDENTIFICAÇÃO	
1.1 - Código de Referência	<input type="text" value="BR RJ AGCRJ.FD.MP.01.01"/>
1.2 - Título	<input type="text" value="PARTE CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO"/>
1.3 - Datas	
1.3.X - Pesquisa	<input type="text"/> (Exclusivo preenchimento em 4 dígitos)
1.3.1 - Inicial	<input type="text" value="1850"/>
1.3.2 - Final	<input type="text" value="1850"/>
1.3.3 - Modalidade	<input type="text" value="PRODUÇÃO"/>
1.4 - Nível de Descrição	<input type="text" value="ITEM DOCUMENTAL"/>
1.5 - Dimensão e Suporte	
2 - CARTOGRÁFICO	
Espécie:	CARTOGRÁFICO - Mapa (s) Quantidade/Mensuração: 0,00 FOLHA(S)
Escala:	aaafg
Obs.:	21,5 x 33 cm Cromia: P/B

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Virtual Módulo WEB – AGCRJ.

FIGURA 27 - Campos da área de contextualização.

ÁREA 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO	
2.1 - Produtores	<input type="text"/>
2.2 - História Administrativa/Biografia	<input type="text"/>
2.3 - História/Arquivística	<input type="text"/>
2.4 - Natureza Jurídica	<input type="text" value="MISTO"/>
2.5 - Procedência	<input type="text"/>
<input type="button" value="Voltar"/>	

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Virtual Módulo WEB – AGCRJ.

³² O Código de Referência do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, cadastrado no Arquivo Nacional pelo CODEARQ - Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos é: BR RJAGCRJ.

FIGURA 28 – Campos da área de acesso.

ÁREA 4 - CONDIÇÕES DE ACESSO

4.1 - Condições de Acesso

4.1.1 - Condição SEM RESTRIÇÃO ▾

4.1.2 - Tipo de Restrição ▾

4.1.3 - Observações

4.2 - Condições de Reprodução

4.3 - Incorporações

4.3.1 - Idioma

4.4 - Instrumento de Pesquisa

4.4.1-Modalidade de Instrumentos de Pesquisa

Voltar

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Virtual Módulo WEB – AGCRJ.

Em relação à descrição dos documentos cartográficos pelo Instrumento de Pesquisa, é importante constatar que o sistema *online* do AGCRJ permite a busca por gênero documental. A figura 29 mostra 10 campos de busca para gêneros arquivísticos, que podem ser acessados no sistema, conforme consta a seguir. Porém, é importante salientar, que existe um campo denominado “Formato Digital” que deixa dúvidas se neste gênero também poderão ser inseridos documentos cartográficos.

FIGURA 29 - Campos de gêneros documentais.

6-Busca por Gênero documental

----- Escolha o Gênero ----- ▾

Escolha o Gênero

AUDIOVISUAL

BIBLIOGRÁFICO

CARTOGRÁFICO

FORMATO DIGITAL

HEMEROGRÁFICO

ICONOGRÁFICO

MICROGRÁFICO

SONORO

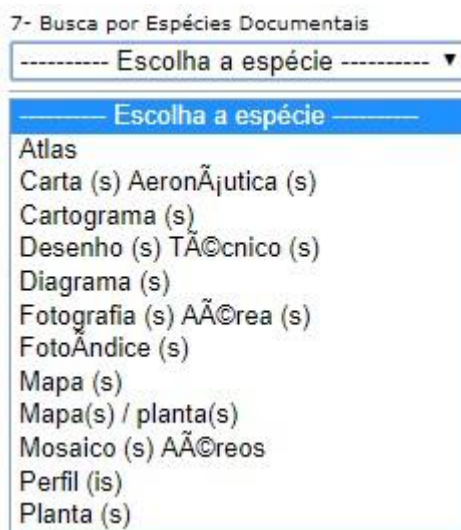
TEXTUAL

TRIDIMENSIONAL

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Virtual Módulo WEB – AGCRJ.

E em referência às espécies documentais do gênero cartográfico, o Instrumento de Pesquisa *online* fornece opção de escolha no campo de descrição, para uma quantidade de 12 espécies documentais, conforme figura a seguir:

Figura 30 – Campos de espécies documentais.



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Virtual Módulo WEB – AGCRJ.

Ao acessar cada espécie documental no sistema *online*, o instrumento de pesquisa nos remete para outra (s) página (s) digital (is) em formato de lista, indicando uma determinada quantidade de registros dispostos em todos os níveis que a NOBRADE permite, desde fundos até itens documentais.

Assim, cada registro acessado pelo “relatório de abas” nos remete para uma página final, preenchida com as 8 áreas da norma e todos os elementos obrigatórios e não obrigatórios. O acesso também pode ser pelo elemento título, onde é possível verificar os dados das áreas individualmente.

Observa-se também que, das 12 espécies documentais designadas no campo do gênero cartográfico, 4 delas não tiveram retorno no campo de busca, não possuindo nenhum registro de fundos para pesquisa no sistema. São elas, “carta aeronáutica”, “desenho técnico”, “diagrama” e “foto índice”. Por outro lado, as “fotografias aéreas” e “mosaicos aéreos” são as espécies documentais com maior número de registros de fundos, respectivamente 393 e 178 registros.

e graduanda em Arquivologia, porém tem apenas 4 meses no setor. 2 funcionários são terceirizados, sendo 1 Assistente Administrativo e 1 formado em Museologia. Também trabalham no setor 4 estagiários, graduandos nas áreas de Arquivologia, Cinema e dois deles na área de História.

Analisando essa estrutura de recursos humanos, é possível observar as dificuldades que o setor deve enfrentar, visto que, além de possuir atualmente uma chefia com pouco tempo de experiência na função, os funcionários terceirizados não se enquadram na função técnica específica para o trabalho arquivístico e, entre os 4 estagiários, somente um deles tem uma característica mais técnica, voltada para os arquivos.

Sobre a organização dos documentos cartográficos, apesar de informado pela equipe que existe uma mensuração aproximada do acervo, não foi relatado no questionário qual a quantidade e a unidade existente.

O local de realização das atividades de organização da documentação é próprio, sendo considerado adequado pela equipe e atualmente a documentação do acervo foi classificada como organizada parcialmente.

As espécies documentais citadas no âmbito do gênero cartográfico foram as cartas, croquis, fotografias, imagens, mapas e plantas, com informação de que existem documentos com necessidade de intervenção de restauração. Em relação ao acondicionamento, foi informado que algumas plantas são embaladas em jaquetas e o mobiliário utilizado para guarda do acervo são as mapotecas.

Sobre os trabalhos de digitalização, a instituição realiza no próprio local, o que é uma vantagem, em termos de economia de custos e otimização do acesso ao acervo. Segundo a equipe, este procedimento visa principalmente a preservação dos originais e a disseminação rápida para o acesso à informação.

A respeito das normas de descrição para os documentos cartográficos, a informação é de que a instituição possui um setor responsável para essa normalização, através da Gerência de Documentação Escrita e Especial, que realiza a disseminação de normas de descrição internas específicas para documentos cartográficos, baseadas na NOBRADE.

Foi informado também que a instituição utiliza-se de normativas da Câmara Técnica de Preservação de Documentos, além das resoluções do CONARQ, acreditando-se que estas são eficientes para descrever documentos cartográficos.

A propósito da criação de Instrumentos de Pesquisa de descrição arquivística, foi informado de sua existência, através da guia de fundos e do Arquivo Virtual, base de dados *online* do AGCRJ. No caso de conjuntos documentais que ainda não sofreram nenhum processo de intervenção tecnológica, ainda são utilizadas as fichas de papel. É importante salientar que, na base de dados *online*, alguns documentos cartográficos digitalizados podem ser acessados pelo usuário.

Assim, entre as competências apontadas pela equipe para o setor de documentos cartográficos, estão a gestão dos documentos salvaguardados, visando sua integridade e respeitando a organicidade dos fundos, bem como o acesso ao usuário do arquivo, possibilitando as pesquisas e o direito ao acesso à informação.

4.4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS

Os sistemas de bases de dados informatizados das instituições arquivísticas públicas delimitados nesta pesquisa primeiramente demonstram a capacidade técnica que cada instituição tem empreendido, no sentido de se manterem atualizadas com as novas demandas tecnológicas e informacionais.

Foi-se o tempo em que a mecanização para organização dos documentos arquivísticos era vista como processo solucionador da gestão de grandes massas documentais. Atualmente, ao se pensar em organizar arquivos, o profissional arquivista deve procurar realizar um trabalho multidisciplinar e ter, como um de seus grandes aliados, o profissional de Tecnologia da Informação, para que juntos possam analisar a estrutura do sistema de informações que irá receber os dados do acervo físico, e transformá-la em interfaces amigáveis nos programas dos computadores.

Assim se refletem alguns objetivos dessa pesquisa: a análise de instrumentos de pesquisa *online* e a avaliação de processos de descrição arquivística para documentos cartográficos.

A despeito do caráter de investigação preliminar, os resultados da análise dos dados coletados serviram para o diagnóstico e a utilização de método comparativo, pois indicam que há diferenças qualitativas, quanto ao uso de instrumentos de pesquisa nas instituições arquivísticas públicas aqui registradas.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 107), o método comparativo “realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências”,

e se propõe a elucidar um determinado fenômeno por meio da análise dos seus elementos.

Igualmente, o método comparativo aqui utilizado serviu para identificar e avaliar as similaridades e as diferenças existentes entre os procedimentos de descrição arquivística empregados no contexto dos documentos cartográficos, pois auxiliou na descrição, avaliação e contextualização dos dados levantados.

No aspecto de diagnóstico dos instrumentos de pesquisa, as análises realizadas envolveram os níveis de descrição utilizados, as áreas e os elementos de descrição obrigatórios e não obrigatórios da NOBRADE, assim como as espécies documentais do gênero cartográfico.

Em relação à perspectiva do questionário, foram feitas avaliações no contexto das informações fornecidas por servidores que trabalham em setores que possuem documentação cartográfica e que, entre suas funções diárias, são responsáveis por atividades de descrição arquivística e de elaboração de instrumentos de pesquisa.

Dentro dos aspectos aqui elucidados, os sistemas de bases de dados avaliados nas instituições arquivísticas públicas demonstraram, de forma geral, uma interface digital com nomenclatura de linguagem acessível. Essa simplicidade no acesso aos sistemas é resultado de uma normalização arquivística bem aplicada aos mesmos, uma vez que a descrição do geral para o particular, conhecida como multinível, permite que o usuário possa percorrer toda a estrutura do fundo, no momento de sua consulta.

Visando apresentar resultados o mais próximos da realidade, nas comparações de dados dos sistemas *online* das instituições aqui delimitadas, consideraram-se, nesta pesquisa, somente os acervos com documentação cartográfica, visto que o desenvolvimento e a alimentação dos sistemas que atualizam as Guias dos Acervos do *sites* Institucionais aqui descritos acontecem de forma gradativa e por tipo de acervo, por isso alguns acervos cartográficos via *online* ainda não receberam esse tratamento.

Assim, no quesito comunicação visual da página inicial, com exceção do Sistema Virtual do AGCRJ, que apresenta fontes de tamanho pequeno, dificultando uma visualização mais nítida do Instrumento de Pesquisa pelo usuário, as outras instituições investigadas possuem uma página inicial com uma boa acessibilidade às informações.

Em relação às formas de acesso, os sistemas de informação *online* do AN e do AGCRJ permitem uma busca de maior qualidade para os documentos, através da “pesquisa livre”, que oferece essa busca por inserção de palavras nos campos de descrição e de “pesquisa avançada”, que disponibiliza diversos campos para atender a demandas mais específicas.

Estas duas instituições também geram, em seus sistemas de informação digital, dados relacionados com a quantidade de acessos realizados na página do instrumento de pesquisa *online*, o que revela a possibilidade de criação de indicadores para prováveis mudanças futuras, visando o aperfeiçoamento do sistema.

O APESP, por sua vez, não apresentou a opção de busca livre ou avançada em sua página de pesquisa, oferecendo apenas a opção através da escolha de um ou mais filtros. A instituição também não possui, em seu sistema, um controle de dados relacionados aos acessos à sua página digital, limitando assim uma análise de estrutura do sistema para possíveis mudanças.

Nota-se porém que apesar de o APESP ainda não ter estruturado suas descrições para acervos cartográficos em sua base de dados *online* de forma mais completa, é notório que a instituição vem empreendendo esforços significativos para integração dos documentos arquivísticos digitais em sua política estadual de gestão de documentos, visto que foram criadas diversas normativas e grupos de trabalho, para avançar rumo às tecnologias que auxiliam na produção, organização e acesso aos documentos arquivísticos.

A respeito dos setores cartográficos das instituições aqui citadas e seus respectivos instrumentos normativos, como já falado, o AN previu, em seu regimento interno, em 2002, a criação da Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Observa-se que a criação deste setor foi considerada um avanço, visto que certificou a descrição técnica dos documentos deste gênero, assim como a elaboração de instrumentos de pesquisa físicos e *online*.

No caso do APESP, a criação do Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico, previsto pelo decreto 54.276/2009, cujas normas internas asseguram a preservação do acervo, observou-se que houve a preocupação de criar uma subdivisão mais específica, chamada Núcleo de Acervo Cartográfico, com atividades de descrição de mapas e plantas, entre outras. Este setor exclusivo para gerir a documentação

cartográfica pode ser visto como sendo de caráter prático, no sentido de oferecer estudos e aprimoramento de técnicas de descrição arquivística.

Já o AGCRJ, através de seu regimento interno de 1979, previu a criação da Seção de Documentação Cartográfica, com necessidade de elaboração de Guias dos Fundos, assim como de inventariar registros cartográficos, iconográficos, fonográficos e cinematográficos. Apesar de manter juntos diversos gêneros documentais no momento de sua criação, percebe-se atualmente um progresso no incremento de ações para acervos cartográficos, como setores independentes.

Em termos de estrutura organizacional, verifica-se que tanto o AN quanto o APESP tem seus setores de documentação cartográfica subordinados a divisões de preservação de acervos, o que pode ser uma vantagem, se levarmos em conta que os processos de restauração de documentos são normalmente onerosos e esse trabalho pode ser realizado internamente.

Já o AGCRJ tem uma distinção em relação à subordinação de seu acervo cartográfico, pois encontra-se condicionado a uma Subgerência de Documentação Especial. Segundo consta no Dicionário de Terminologia Arquivística, (2005, p.75), documento especial é aquele, no caso de suporte em papel, que tem formato e dimensões excepcionais e que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação.

Apesar desse conceito se encaixar perfeitamente na designação de documentos cartográficos e o AGCRJ caracterizar sua seção de arquivos com a nomenclatura “especial”, essa discussão não se aprofundará nesta pesquisa, visto que nem todos os autores da área arquivística consideram essa conceituação.

Ainda em referência ao organograma destas instituições, é preciso destacar que, se por um lado a criação de setores específicos para os documentos cartográficos proporciona uma análise mais minuciosa das descrições realizadas, por outro lado é necessário que se tenha um certo cuidado com a fragmentação dos fundos documentais pertencentes a gêneros diferentes, isto é, sempre pensando na necessidade de manter o vínculo da organicidade.

Da mesma forma, durante o acesso às bases de dados *online*, percebe-se que tanto o AN quanto o AGCRJ montaram seus instrumentos de pesquisa digitais com a preocupação de vínculo orgânico dos gêneros documentais na mesma interface da página pesquisada.

Essa questão pode ser melhor percebida na figura a seguir, na qual, mesmo sendo realizada somente uma pesquisa para um determinado documento cartográfico, o Instrumento de Pesquisa do Arquivo Nacional apresentou, na área 1 (identificação), elemento de descrição (dimensão e suporte), uma relação entre documentos do gênero textual, iconográfico e cartográfico.

FIGURA 32 - Área 1 identificação.
Elemento de descrição: dimensão e suporte.

1.5 - Dimensão e suporte			
Gênero:	Textual(is)	Espécie:sem especificação	Quantif./ Mens.:5,27
Unidade:	m	Forma Apresentação:	
Som:		Apresentação Gráfica:	
Formato:		Constituição do Material:	
Padrão Cor:		Velocidade:	
Tipo Escala:		Escala:	
Lado:		Pista:	
Contador inicial:		Contador Final:	
Duração:			
Gênero:	Iconográfico(s)	Espécie:fotografia(s)	Quantif./ Mens.:31
Unidade:	item(ns)	Forma Apresentação:	
Som:		Apresentação Gráfica:	
Formato:		Constituição do Material:	
Padrão Cor:		Velocidade:	
Tipo Escala:		Escala:	
Lado:		Pista:	
Contador inicial:		Contador Final:	
Duração:			
Gênero:	Cartográfico(s)	Espécie:mapa(s)	Quantif./ Mens.:6
Unidade:	item(ns)	Forma Apresentação:	
Som:		Apresentação Gráfica:	
Formato:		Constituição do Material:	
Padrão Cor:		Velocidade:	
Tipo Escala:		Escala:	
Lado:		Pista:	
Contador		Contador Final:	

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN.

Um outro ponto importante a ser destacado sobre as questões normativas retorna as reflexões realizadas nesta pesquisa sobre a Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais – CTDAIS, do Arquivo Nacional.

Criada pela Portaria n.º 90, de 2010, já fora aventado que esta Câmara deveria também incorporar os documentos cartográficos, devido às competências determinadas na própria legislação e às características diferenciadas destes documentos. Portanto, um avanço nas discussões sobre este gênero seria de suma importância para os arquivistas e outros profissionais que trabalham nestes setores, principalmente no tocante à padronização de espécies documentais, normalização de processos de descrição e guarda desta documentação de especificações peculiares.

Em relação aos instrumentos de pesquisa *online* das instituições arquivísticas públicas apontadas, nota-se que ainda existe uma falta de entendimento do que realmente seriam esses instrumentos digitais, visto que a própria evolução contínua e rápida da informática acaba “atropelando” os conceitos e nomenclaturas específicas desta área.

Fisicamente, sabe-se que os instrumentos de pesquisa que realizam descrições arquivísticas vão desde as guias até os inventários, podendo ser em forma de catálogos e índices, entre outros. Porém, em formato digital, percebe-se que os instrumentos de pesquisa arquivísticos muitas vezes estão inseridos dentro de *sites* eletrônicos e sistemas informatizados, compondo bases de dados, plataformas de softwares livres e até repositórios digitais.

Portanto, ainda que haja expressões semelhantes no meio tecnológico, embora exista sempre a possibilidade de aparecerem novos softwares, o mais importante a saber é que essa disponibilização dos dados para o acesso via *online* precisa ser organizada e baseada nas normas de descrição arquivística, com fácil identificação, localização e consulta, para que se caracterize um instrumento de pesquisa arquivístico *online*.

Assim, é possível inferir dos resultados obtidos nesta análise que, em relação ao AN, nota-se os instrumentos de pesquisa *online* em uma base de dados com características de inventário e catálogo e que também a instituição respeitou as normas de descrição, quando implantou o sistema multinível, para que atingisse todas as áreas e elementos obrigatórios para as consultas.

No caso do APESP, os instrumentos de pesquisa *online* estão inseridos em uma plataforma AtoM, que permite pesquisas em fundos e coleções ou em repositórios digitais para consulta da documentação cartográfica. Neste último, verifica-se que a descrição arquivística deve ser melhor analisada, no sentido de atingir, no mínimo, todas as áreas e elementos obrigatórios da norma.

Assim como no APESP, observou-se que o AGCRJ também possui um guia de fundos com interface de utilização do software livre AtoM. Além disso, a instituição respeita consideravelmente as normas de descrição aplicadas aos instrumentos de pesquisa, visto que em sua interface foram inseridas todas as áreas e elementos descritivos obrigatórios da NOBRADE.

Porém, diante da falta de elementos obrigatórios nas descrições do Instrumento de Pesquisa no setor cartográfico realizadas pelo APESP, pode-se afirmar que a norma arquivística ainda não dá conta de descrever, de forma mínima, os documentos cartográficos.

Mesmo assim, é possível notar que, dentro das ações de desenvolvimento tecnológico que o APESP tem direcionado nos últimos anos em seu acervo arquivístico, essas medidas de modernização deverão, em pouco tempo, atingir a documentação cartográfica, que será beneficiada por estudos mais profundos da norma.

Após essas informações, é possível perceber que, apesar de o AN e o AGCRJ manterem, em suas bases de dados *online*, um formato que apresenta todas as áreas de descrição e seus respectivos elementos obrigatórios, verifica-se que nem todos os campos de descrição são preenchidos pelo profissional, talvez pela dificuldade que o documento cartográfico apresenta no momento de sua análise, o que pode ser considerado um componente desafiador ainda a ser superado.

Através da análise de gênero realizada no presente estudo, verifica-se inicialmente que a interface digital do Instrumento de Pesquisa do APESP não seleciona as espécies documentais da cartografia, conseqüentemente não indicando, no Instrumento *online*, quais as espécies existentes, o que também se caracteriza como um elemento que deverá ser melhor avaliado.

De outra forma, observa-se que o AN e o AGCRJ permitem a opção da busca por espécie documental da cartografia. Apesar de o AN apresentar 20 espécies documentais do gênero e o AGCRJ, 12 espécies, é notório que ainda não existe um padrão comum para identificação destas nomenclaturas nas instituições arquivísticas públicas pesquisadas, podendo haver outras espécies ainda não listadas.

Dependendo também da Instituição Arquivística, verifica-se que determinadas espécies que são intituladas documentos cartográficos numa instituição, em outras, não pertencem a este gênero, sendo entendidas como documentos de um outro gênero arquivístico.

Outra ferramenta importante disponibilizada nestes Instrumentos de Pesquisa, refere-se ao acesso à imagens dos documentos que passaram pelo processo de descrição arquivística.

Esse acesso ao documento ocorre no formato digitalizado, o que traz a vantagem de aproximar ainda mais o usuário da instituição, pois o instrumento de pesquisa terá um grau maior de qualidade da pesquisa no acesso. Infelizmente, o AN ainda não tem esse serviço disponível no acervo cartográfico, porém o APESP e o AGCRJ informam a existência desta ferramenta, para algumas descrições realizadas.

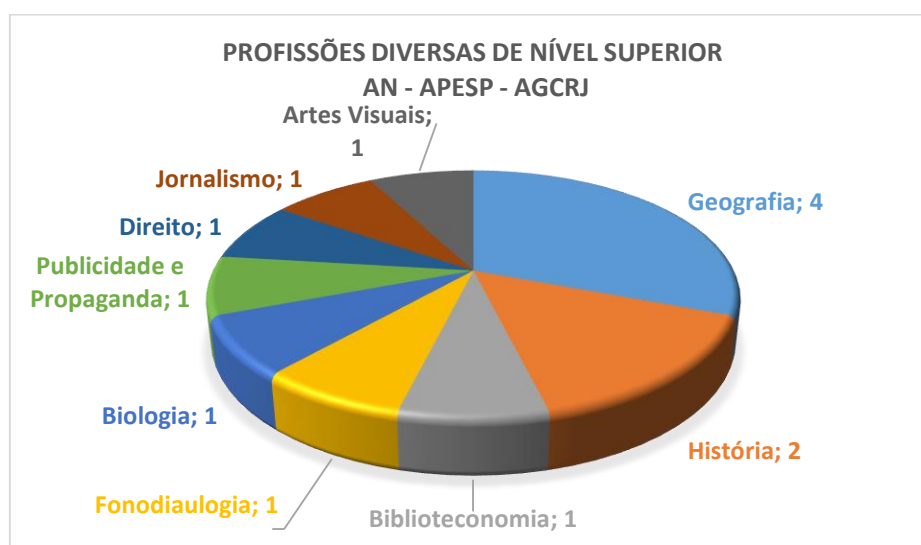
Analisando os questionários aplicados às instituições arquivísticas públicas desta pesquisa, podem-se levantar algumas questões importantes sobre vários itens. Primeiramente, em relação à equipe que trabalha no setor cartográfico, tecnicamente, poucos são os profissionais especializados em arquivos e/ou documentos.

O AN e o APESP possuem uma equipe com a maioria dos profissionais de nível superior, porém as formações têm estreita relação com as funções exercidas.

Já o AGCRJ tem, em sua maioria, funcionários terceirizados e estagiários, porém, apesar de a instituição não possuir uma equipe técnica maior e mais completa para o desenvolvimento das atividades de descrição arquivísticas no acervo cartográfico, a princípio, a instituição se encontra muito bem estruturada em relação a seus Instrumentos de Pesquisa e descrição de normas.

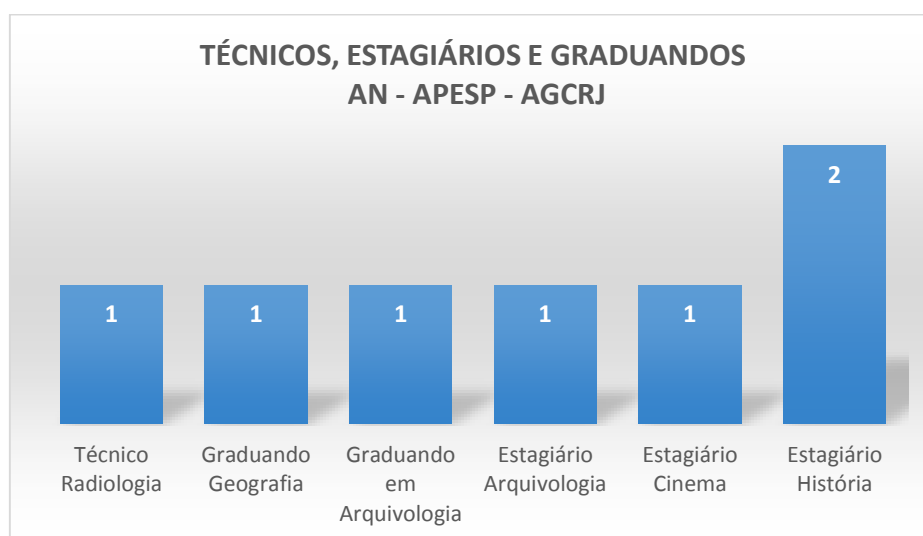
A análise das equipes dos acervos cartográficos, pode ser melhor observada nos gráficos a seguir:

GRÁFICO 01 - Quantitativo de profissionais das instituições *com* nível superior.



Fonte: Elaborado pelo autor.

GRÁFICO 02 - Quantitativo de profissionais das instituições *sem* nível superior.



Fonte: Elaborado pelo autor³³.

Outro dado relevante é em relação às espécies documentais existentes nos acervos cartográficos, apontadas pelos servidores como pertencentes a este gênero. Verifica-se uma grande variedade dessas espécies, porém, como falado outras vezes, não existe consenso sobre sua padronização e terminologia. Também foram consideradas as espécies apontadas nos *sites* das instituições.

Como o APESP não possui campo de identificação de suas espécies no Instrumento de Pesquisa *online*, foram estimadas no quadro abaixo, as espécies informadas no questionário:

QUADRO 19 - Espécies documentais do gênero cartográfico.

Quantidade:	Espécies Documentais:	AN	APESP	AGCRJ
1	Álbuns		X	
2	Atlas		X	X
3	Cadernetas de Campo		X	
4	Carta Aeronáutica	X		X
5	Cartas		X	X
6	Cartogramas	X		X

³³ Considera-se neste gráfico, “Graduando em Arquivologia” servidor da instituição arquivística pública e “Estagiário em Arquivologia” não servidor da instituição arquivística pública.

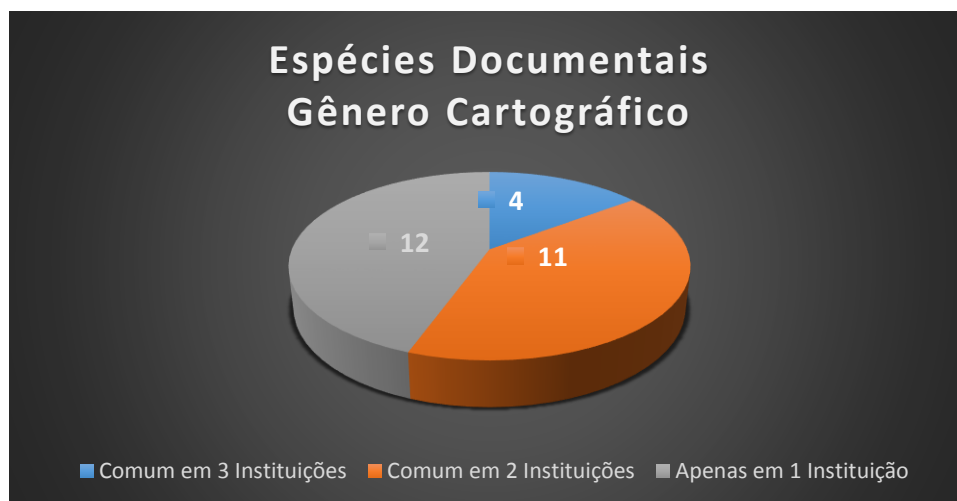
7	Croquis	X	X	X
8	Desenho Técnico	X		X
9	Diagramas	X		X
10	Esboços	X		
11	Esquemas	X		
12	Fotografias	X		X
13	Fotografias Aéreas	X		X
14	Foto índices	X		X
15	Gráficos	X	X	
16	Imagens			X
17	Imagens de Satélite	X		
18	Mapa / Planta			X
19	Mapas	X	X	X
20	Mosaicos Aéreos	X		X
21	Organograma	X		
22	Perfis	X	X	X
23	Plantas	X	X	X
24	Projetos	X		
25	Sem Especificação	X		
26	Sondagem	X		
27	Tabela	X		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando o quadro acima, verifica-se primeiramente uma variedade de espécies documentais pertencentes às três instituições arquivísticas públicas, muitas delas pouco conhecidas no próprio meio arquivístico.

Em um universo de 27 documentos, apenas 15% das espécies documentais são comuns às três instituições arquivísticas públicas, ou seja, 4 documentos. São eles, “croquis”, “mapas”, “perfis” e “plantas”. Documentos em comum a duas instituições, perfazem um total de 11 itens e documentos que constam apenas em uma das instituições, são 12. Essas informações podem ser melhor observadas na imagem do gráfico a seguir:

GRÁFICO 03 - Espécies documentais do gênero cartográfico.
Distribuição por instituições.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre o espaço físico e o mobiliário dos setores cartográficos das três instituições, a avaliação das equipes foi positiva, pois a própria característica física da documentação cartográfica exige um espaço adequado para manuseio e guarda. Em relação ao acondicionamento dos documentos, verifica-se que os constantes recebimentos de novos documentos têm trazido demandas maiores e, conseqüentemente, um acúmulo para a organização dessa documentação.

Quanto às normas de descrição, observou-se, de forma geral, que as instituições seguem o padrão da NOBRADE, porém, mesmo havendo setores responsáveis por sua difusão, nota-se a necessidade de uma capacitação mais adequada entre os servidores. Assim, essa formação especializada deverá trazer, para a equipe, um maior entendimento dos termos técnicos utilizados e, principalmente, das análises, em relação à interpretação dos documentos cartográficos, visando o preenchimento correto dos campos descritivos, pois, como visto anteriormente, alguns servidores informaram da dificuldade de empreender determinadas técnicas específicas da norma.

Finalmente, em relação aos Instrumentos de Pesquisa *online* das instituições investigadas, nota-se, principalmente, que os servidores alocados no setor de cartografia necessitam desenvolver um trabalho de maior qualidade, referente às descrições arquivísticas.

O entendimento das normas de descrição é um ponto primordial para a criação dos instrumentos de pesquisa nas instituições e, por isso, como citado, uma capacitação contínua de aprimoramento das normas trará, como benefício, a criação e utilização de instrumentos de pesquisa de melhor usabilidade.

Outra importante ação a ser empreendida deve partir dos próprios profissionais que trabalham com arquivos, pois os mesmos devem sempre estar antenados com as novas demandas tecnológicas, visto que a informática é muito dinâmica e surgem inovações técnicas a todo momento.

Assim sendo, o aprimoramento dos instrumentos de pesquisa *online* deve ser feito sempre em harmonia com o profissional de tecnologia da informação da instituição, analisando, junto com ele, quais técnicas arquivísticas deverão ser implantadas na construção dos instrumentos de pesquisa, em concomitância com o acesso informatizado mais rápido, simples e preciso.

Também é preciso levar em consideração que uma organização realizada fora das normas de descrição arquivísticas torna um acervo mais difícil de reorganizar, em relação a uma massa documental acumulada, pois existe o risco iminente de quebrar os vínculos de organicidade dos documentos e perder-se totalmente as referências da organização e do arranjo do acervo.

Por fim, mesmo apoiando as equipes multidisciplinares nos acervos cartográficos, é importante acrescentar que a presença de pelo menos um profissional arquivista no setor é essencial, visto que existe uma série de técnicas e procedimentos que devem ser desenvolvidos ao longo dos anos, pois, muitas vezes, a organização a ser implantada em um arquivo é um serviço de médio a longo prazo e, por isso, não deveria ser iniciado de forma errada e sem um bom planejamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir essa pesquisa, parece oportuno voltar às indagações iniciais sobre o cumprimento dos objetivos aqui investigados. Entende-se, a princípio, que é um assunto fértil e que merece um maior aprofundamento, porém, até o momento, já foi possível levantar diversas reflexões sobre o campo estudado. A realização de novas pesquisas devem ser levadas em conta, para que olhares diferentes possam estender as análises aqui realizadas.

Como primeiro objetivo, essa pesquisa visou averiguar se, nos instrumentos de pesquisa constantes dos *sites* das instituições citadas, existe a utilização de normas de descrição arquivística, ou o uso de outras metodologias. Nota-se, primeiramente, que o cenário dos instrumentos de pesquisa *online* nas instituições arquivísticas públicas ainda é um campo em construção e transformação, pois é inegável que a tecnologia da informação tem estado presente em todas as áreas do conhecimento, algumas com maior ênfase, outras apenas iniciando sua informatização.

Contudo, apesar de acompanharmos diariamente essas mudanças tecnológicas, percebemos que nem todas as coisas andam no mesmo ritmo. E assim também são as instituições Públicas, que dependem de diversos fatores, principalmente financeiros e humanos, para que possam alavancar seus projetos do papel para a realidade, na busca pelo mesmo objetivo: o atendimento ao usuário de forma rápida e eficaz.

Percebe-se assim que a construção dos instrumentos de pesquisa *online* foi e ainda é um grande desafio para os profissionais, servidores e usuários que dele farão uso, pois sua estrutura não deve ser apenas preenchida com dados para pesquisa e sim devem seguir uma série de regras e normas concatenadas à complexidade de informações que os acervos documentais fornecem, para que estes instrumentos possam se transformar em ferramentas com informações orgânicas.

Conforme vimos, as normas de descrição arquivísticas, principalmente a ISAD (G), que deu origem à NOBRADE, têm um histórico recente de referências, dentro das instituições aqui delimitadas. Via de regra, percebe-se que utilizar-se das áreas de informações e elementos de descrição obrigatórios da norma, por si só, não garante plenamente que a documentação sofrerá um tratamento arquivístico completo, ou seja, é preciso previamente realizar uma série de análises do acervo, em termos de

tipologias e espécies documentais, proveniência e formação de fundos de arquivos, padronização e normalização de gêneros, entre outros.

Em resposta inicial ao primeiro objetivo da pesquisa, concluiu-se que, pelo menos duas, das três instituições arquivísticas públicas, utilizam satisfatoriamente as normas de descrição, em seus Instrumentos de Pesquisa *online*, mesmo que timidamente, pois o que se percebe é que os documentos cartográficos necessitam de um maior aprofundamento em sua análise estrutural, o que demanda pesquisas sobre o acervo, para que possam extrair maiores informações.

Como apontado anteriormente, os instrumentos de pesquisa têm em sua estrutura uma grande quantidade de campos de pesquisa obrigatórios e não obrigatórios e a maioria deles não preenchidos, provavelmente devido à falta de informações contidas nos documentos primários.

Outra questão relevante é a necessidade de interpretar tanto o documento em si, como o gênero documental ao qual ele pertence, pois é notório que, devido à sua relevância informacional, vão existir situações em que um determinado campo deva ser criado, de forma exclusiva, para alguns documentos, como exemplo, o campo de “escala³⁴”, elemento peculiar de um documento cartográfico.

Por outro lado, uma das instituições analisadas deixa a desejar na utilização das normas de descrição, em seu Instrumento de Pesquisa, principalmente no uso dos elementos de descrição obrigatórios. Uma outra falha percebida vem de encontro à identificação das espécies documentais no sistema *online*, que, para documentos cartográficos, se faz necessário, devido à complexidade das nomenclaturas e terminologias utilizadas nas diversas instituições arquivísticas públicas.

Em relação aos setores internos de normalização das instituições, é preciso ressaltar que, em alguns casos, percebe-se um avanço nos estudos de descrição multinível, que proporciona uma análise da descrição dos grupos documentais partindo do fundo, percorrendo as seções, séries, até atingir o item documental. É, portanto, uma tarefa intelectual, que deve ser realizada com atenção, aprofundamento técnico e diversidade de conceitos e opiniões por parte de uma equipe multidisciplinar.

Porém, o que se percebe é que tais setores possuem grandes demandas de normalização dentro da Instituição Pública, devido à quantidade de locais a serem atendidos, realizando os serviços gradativamente, muitas vezes iniciando este tipo de

³⁴ Relação entre as dimensões de um desenho e o objeto por ele representado.

trabalho técnico pelos acervos textuais, que possuem massa documental acumulada de maiores proporções, deixando para depois os acervos mais complexos, ou seja, formado por documentos não textuais, no qual se inclui o acervo cartográfico.

E, com a necessidade de os acervos cartográficos avançarem em suas organizações descritivas e normalizadas, o que se percebe é que as próprias equipes dos setores cartográficos precisam interagir junto à comissão de normalização interna e auxiliar na análise e implantação das normas de descrição da instituição, a fim de avançarem na organização dos Instrumentos de Pesquisa.

Uma outra possibilidade que não deve ser descartada é analisar também a construção de Instrumentos de Pesquisa *online*, que possam proporcionar uma composição apenas dos campos de descrição que são imprescindíveis ao Instrumento, para tornar sua construção menos complexa, porém eficaz.

O segundo objetivo desta pesquisa foi buscar a identificação das áreas utilizadas nos campos de descrição dos documentos cartográficos dos instrumentos de pesquisa das instituições arquivísticas públicas. Como ponto de partida, entende-se que as descrições devem ser interpretativas e não “engessadas”. Delimitar elementos de descrição obrigatórios, dentro das áreas utilizadas em uma norma, apenas nos leva à possibilidade de não permitir que informações vitais deixem de ser registradas no Instrumento de Pesquisa *online*.

Sabe-se que a Norma Brasileira de Descrição Arquivística indica a utilização de 8 áreas de informação, com recomendação de uso de 28 elementos de descrição, sendo 7 elementos de uso obrigatório. O AN, por exemplo, utiliza em seu Instrumento de Pesquisa *online* 7 áreas de informação, não incluindo a área 8 da norma, denominada “pontos de acesso”. Porém, em sua área 7, “área de controle”, foi incluído um campo denominado “termos de indexação”, que assertivamente conclui-se que faz o mesmo papel dos “pontos de acesso” do documento descrito.

No caso do AGCRJ, o Instrumento de Pesquisa *online* obedece criteriosamente o cumprimento das 8 áreas de informação da NOBRADE, destacando-se, a princípio, como um estudo mais completo e mais próximo de atendimento dos pontos cruciais da norma de descrição brasileira.

Em relação ao APESP, apesar do avanço da construção do “Guia do Arquivo” na instituição, relacionando um estudo técnico mais completo com as normas de descrição arquivísticas e suas áreas de informação, percebe-se que, em relação ao

Instrumento de pesquisa *online* do acervo cartográfico, não houve ainda um aprofundamento de implantação da norma, sendo necessária uma readequação do Instrumento de Pesquisa da Instituição, para que, no mínimo, ofereça informações dos campos com elementos de descrição obrigatórios.

Como terceiro objetivo, esta pesquisa realizou análise comparativa de campos de identificação, para descrever os documentos cartográficos nos instrumentos de pesquisa dos *sites* eletrônicos das instituições arquivísticas públicas. Compreende-se que, no desenvolvimento desta pesquisa, procurou-se fazer uma análise construtiva, em torno das ferramentas de pesquisa *online* disponibilizadas por três instituições custodiadoras de acervos cartográficos de referência no Brasil, representando as esferas públicas nos diversos níveis do governo brasileiro.

Comparar Instrumentos de Pesquisa *online* não tem o intuito de demonstrar quem é melhor ou pior no seu campo de trabalho, e sim evidenciar e aprimorar as diversas técnicas utilizadas, visto que as práticas realizadas dependem de uma série de fatores, que vão desde a construção de políticas públicas arquivísticas, utilizando-se de normativas provindas de leis, que devem estabelecer normas e regras a serem seguidas e sobretudo as ações da própria gestão administrativa do Órgão Público, que necessitam estar afinadas com a organização, a transparência e o pleno acesso às informações e aos documentos da instituição.

Assim, apesar de saber que os instrumentos de pesquisa tradicionais ainda são bastante utilizados para pesquisas físicas, ou seja, diretamente ao acervo, nota-se que desenvolver ferramentas tecnológicas tornou-se um meio imprescindível de sobrevivência da instituição em relação ao acesso à informação. Não que já tenhamos uma previsão para o fim dos documentos físicos, porém, cada vez mais, os usuários se utilizam de ferramentas digitais e as instituições devem estar atentas a essas necessidades, para não correrem o risco de se tornarem arcaicas.

Dentro da dinâmica dos dados comparativos, verificou-se que, tanto o AGCRJ como o AN atendem de forma mais completa as normas de descrição arquivísticas solicitadas pela NOBRADE para construção de instrumentos de pesquisa. No quesito organização, ambos os *sites* também atendem às necessidades de consulta, uma vez que agrupam, em uma única parte do *site*, todas as áreas de informações e elementos de descrição. O instrumento de pesquisa *online* para documentos cartográficos do

APESP ainda necessita de mudanças mais significativas para uma descrição que possa atender as demandas dos usuários.

As instituições arquivísticas públicas aqui delimitadas trabalham basicamente com inventários, índices e catálogos físicos, que com o tempo deverão ser totalmente digitais. É uma tendência natural, de acordo com as necessidades do próprio usuário dos arquivos. Por isso, as instituições arquivísticas públicas Brasileiras devem estar atentas ao desenvolvimento de instrumentos de pesquisa *online*, como forma de permitir o acesso à informação e o reconhecimento do arquivo como uma instituição fundamental para a organização, difusão, guarda e acesso aos documentos.

Esta pesquisa ainda demonstrou que as instituições arquivísticas públicas caminham na direção certa, em conformidade com as necessidades dos usuários, pois a informação só será vista como um elemento em potencial a partir do momento em que a mesma apresentar fontes confiáveis, organização, através de normas, e difusão, através de Instrumentos de Pesquisa digitais disponíveis a todos, de fácil acesso e interpretação.

Particularmente, é interessante a tendência do uso dos Instrumentos de Pesquisa *online*, como referência para pesquisas, a partir de qualquer local, em qualquer país. Por isso, sua criação deve ser sempre em função do usuário, para que esteja em um nível de interpretação simples, porém eficaz, e que proporcionará o direito ao acesso à informação aos cidadãos, de acordo com os preceitos de nossa Constituição Federal.

Por fim, a identificação do cenário da descrição arquivística e dos instrumentos de pesquisa *online* pode servir de apoio para o aprimoramento dos processos realizados, baseados nas normas de descrição arquivísticas e, por conseguinte, das atividades de análise dos documentos cartográficos. As recomendações aqui colocadas configuram-se somente como ponto inicial de estudos dos documentos cartográficos, que necessitam de um olhar mais apurado e um cuidado na mesma proporção dos outros gêneros documentais, estimulando o surgimento de novos diagnósticos, visando contribuir para o papel nobre dos Arquivos Públicos: servir ao usuário.

6 REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. 2. ed. São Paulo: ProEditores, 2000. 670 p. il.
- ANDERSON, Paul S. **Princípios de Cartografia Básica**. Vol. 1. Brasília, 1981.
- ANDRADE, Ricardo Sobré; SILVA, Rubens R. G da. **Aspectos teóricos e históricos da de descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referências**. Ponto de Acesso. v.2, n.3, p.17, dez. 2008.
- ARCHELA, Rosely Sampaio. **Bibliografia Analítica das Pesquisas em Cartografia e a Cartografia Escolar no Brasil**. Londrina-PR, 2001.
- ARCHELA, Rosely Sampaio. **Cartografia contemporânea e novas tecnologias**. Londrina: Ed UEL, 2001.
- AROUCK, Osmar. **Normas brasileiras de documentação: uma introdução**. Belém: Ed. UFPA, 1995. 65 p.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 41).
- BAKKER, Múcio P.R. **Introdução ao Estudo de Cartografia**. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 205, p.92-105, jul/ago. 1968.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BLANCO, Manuel. **Los archivos de Arquitectura**. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. Comunicaciones y documentos... [S. l. : s.n.], 2003.
- BRASIL. **Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984. Parágrafos 1º e 5º. Estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jul. 1984.
- CALDERON, Wilmara Rodrigues. **Instrumentos de Pesquisa nos Arquivos Públicos Permanentes: um estudo sob a ótica da análise documentária**. São Paulo, 2003.
- CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. **O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário**. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a11v33n3.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2017.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Los nuevos documentos de archivo y la formación de archiveros**. **Anuário Interamericano de Archivos**: Centro Interamericano de desarrollo de archivos. Córdoba, Argentina, 1990.
- CARRASCAL SIMON, Andreu; GIL TORT, Rosa Maria. **Los documentos de arquitectura y cartografía: qué son y cómo se tratan**. Gijón: Ediciones Trea, 2008. 147 p.

CHING, F. D. K. **Arquitetura: Forma, Espaço e Ordem**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

COELHO, Arnaldo G. S. **Noções básicas sobre sensores remotos e suas aplicações no levantamento global dos recursos terrestres**. Caderno de Ciências da Terra, Geografia-USP. São Paulo, 1969.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2016

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 43 de 04 de setembro de 2015**. Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. (NR). Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/335-resolucao-n-43,-de-04-de-setembro-de-2015.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Archivística: gestión de documentos y administración de archivos**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **La descripción**. In: _____. Manual de archivística. 3 ed. Madrid: Fundação Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, 1994. p. 255-296.

DUARTE, Paulo Araújo. **Cartografia básica**. Florianópolis: UFSC, 2002.

DURANTI, Luciana. **Origin and development of the concept of archival description**. In: _____. Archivaria. 35. ed. 1993. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

FILLION, Chantale. **Os tipos e os suportes de arquivo**. In: ROSSEAU, Jean-Yves;

COUTURE, Carol; DUCHARME, J. et. al. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **A cartografia no ensino-aprendizagem da geografia**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/francischett-mafalda-representacoes-cartograficas.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

FRIIS, Herman. **Cartographic and Related Records: What Are They, How Have They Been Produced and What Are Problems of Their Administration?**. The American Archivist: April 1950, Vol. 13, No. 2.

GUTIÉRREZ, Ramón. **Os arquivos de arquitetura no contexto latino-americano**. Cedolat, jan. 2001.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística**. Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n.3, set. 1998.

HAWORTH, Kent M. **Archival description: content and context: in search of structure.** In: PITTI, David V.; Wendy M. (Org.). *Encoded Archival Description on the Internet.* New York: The Haworth Information Press, 2001.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **La descripción.** In: _____. *Archivística general: teoría y práctica.* Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.

IBGE. **Noções Básicas de Cartografia, Manuais Técnicos em Geociências.** Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoes/indice.htm>. Acesso em: 13 mai. 2017.

_____. **ISAD (G): norma geral internacional de descrição arquivística.** 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

KEPLEY, Brenda B. **Cartographic Archives, Archivaria.** Nº 13 (winter 1981-1982), 162 pp. *American Archivist/ Vol. 46, nº 2/ spring, 1983.*

LEÃO, Flávia C. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD (G).** São Paulo, 2006.

LOPES, Luís C. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

LOPEZ, A. P. A. **Alcance da descrição arquivística e o processo de automação.** Registro, Indaiatuba: Fundação Pró Memória, v.1, n. 2.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Coleção Como fazer, 6).

LYTLE, Richard H. **Intellectual access to archives: I. Provenance and content indexing methods of subject retrieval.** *The American Archivist*, Winter 1980.

MacNEIL, Heather. **Picking our text: archival description, authenticity, and the archivist as editor.** *The American Archivist*, v. 68, n. 2, 2005.

MDM (Convenciones). **Proyectos de Arquitectura, Obras Públicas y Restauración.** Junta de Castilla y León Consejería de Cultura y Turismo. España: 2011. 8 p.

MENNE-HARITZ, Angelika. **Access: the reformulation of an archival paradigm.** *Archival Science*, v. 1, n. 1, 2001.

MICELI, Paulo. **O Tesouro dos Mapas: A cartografia na formação do Brasil.** São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

MIGUEIS, Maria Amélia Porto. **Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia.** *Arquivo & Administração*, v. 5, n. 2, 7-20, ago. 1976.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec/ Abrasco - ed. 1992

MONTENEGRO, Gildo. **Desenho Arquitetônico**. 3. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997.

_____. **Noções Básicas de Cartografia**. Manual Técnico em Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. nº. 8

OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

OLIVEIRA, Lucia M. V. de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. USP: São Paulo. 2010.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 29 p.

PEARCE-MOSES, Richard. **A glossary of archival and records terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005.

QUANN, Kara A. **Remapping archives: cartographic archives in theory and practice at the provincial archives of Manitoba**. Canadá, august 2001.

RAISZ, Erwin Josephus. **Cartografia geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Científica, 1969.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. **Os instrumentos de acesso à informação**. In: _____. O acesso à informação nos arquivos. 1998. Tese (Doutorado em Arquivística). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1998.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 22.615, de janeiro de 2003**. Regulamenta a Lei n. 3.404, de 06 de junho de 2002, que dispõe sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 31 jan. 2003

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 3.404, de 05 de junho de 2002**. Dispõe sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, o acesso aos documentos Públicos Municipais e dá outras providências. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 06 jun. 2002.

ROUSSEAU, Jean-Yves. COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Portugal: Nova Enciclopédia, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**. Rio de Janeiro: FGV. 1974.

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SILVA, Paulo Afonso Lopes da. **Conceitos básicos de normalização**. In: ENCONTRO NACIONAL DE DOCENTES SOBRE NORMAS TÉCNICAS, 3, 1985, São Leopoldo. Trabalhos apresentados. São Leopoldo: Inmetro, 1985. p.18-29.

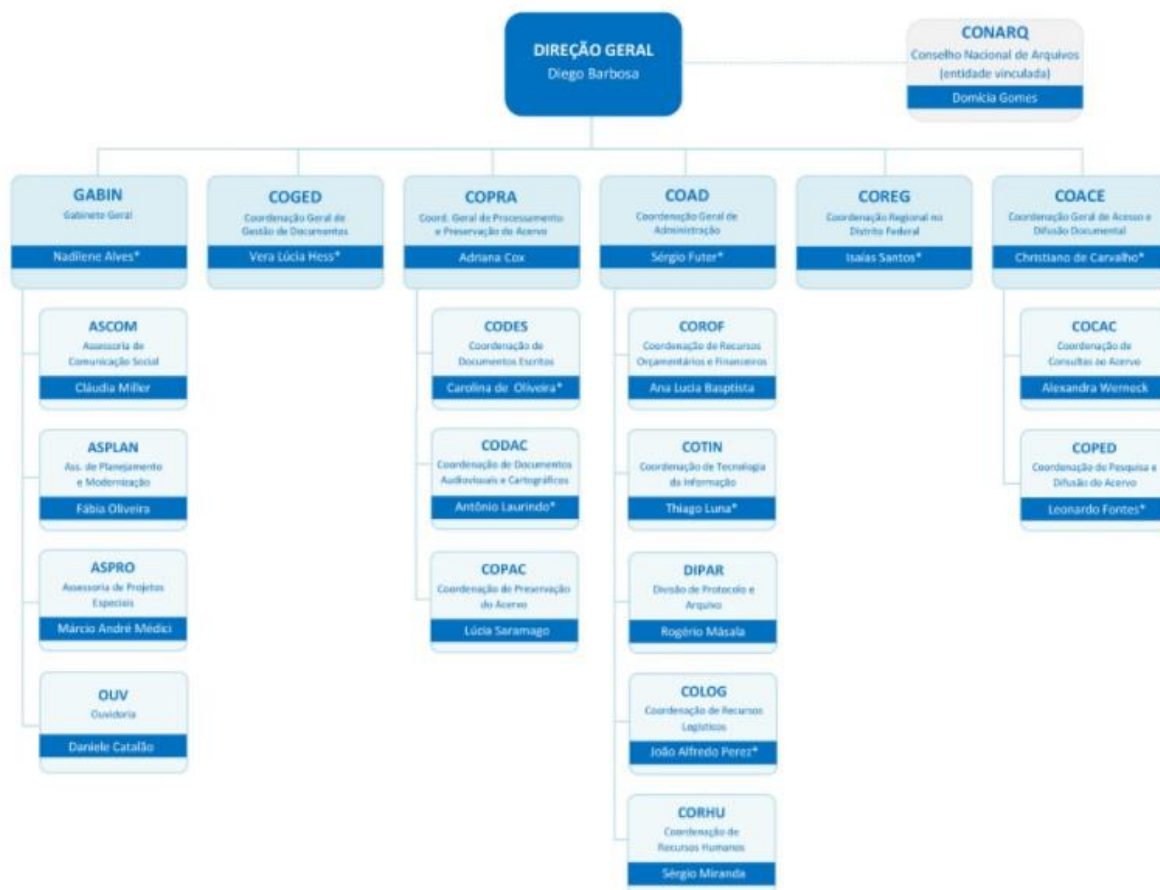
SOUSA, Ana Paula de Moura et al. **Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico**. Arquivística.net (www.arquivistica.net), Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 38-51, ago./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/include/getdoc.php?id=663&article=350&mo de=pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2005.

TOGNOLI, N.B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

VIANA, Claudio Muniz. **A organização da informação arquivística em arquivos de arquitetura do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.** Encontros Bibli, UFRJ, v. 16, p. 23-39, 2011.

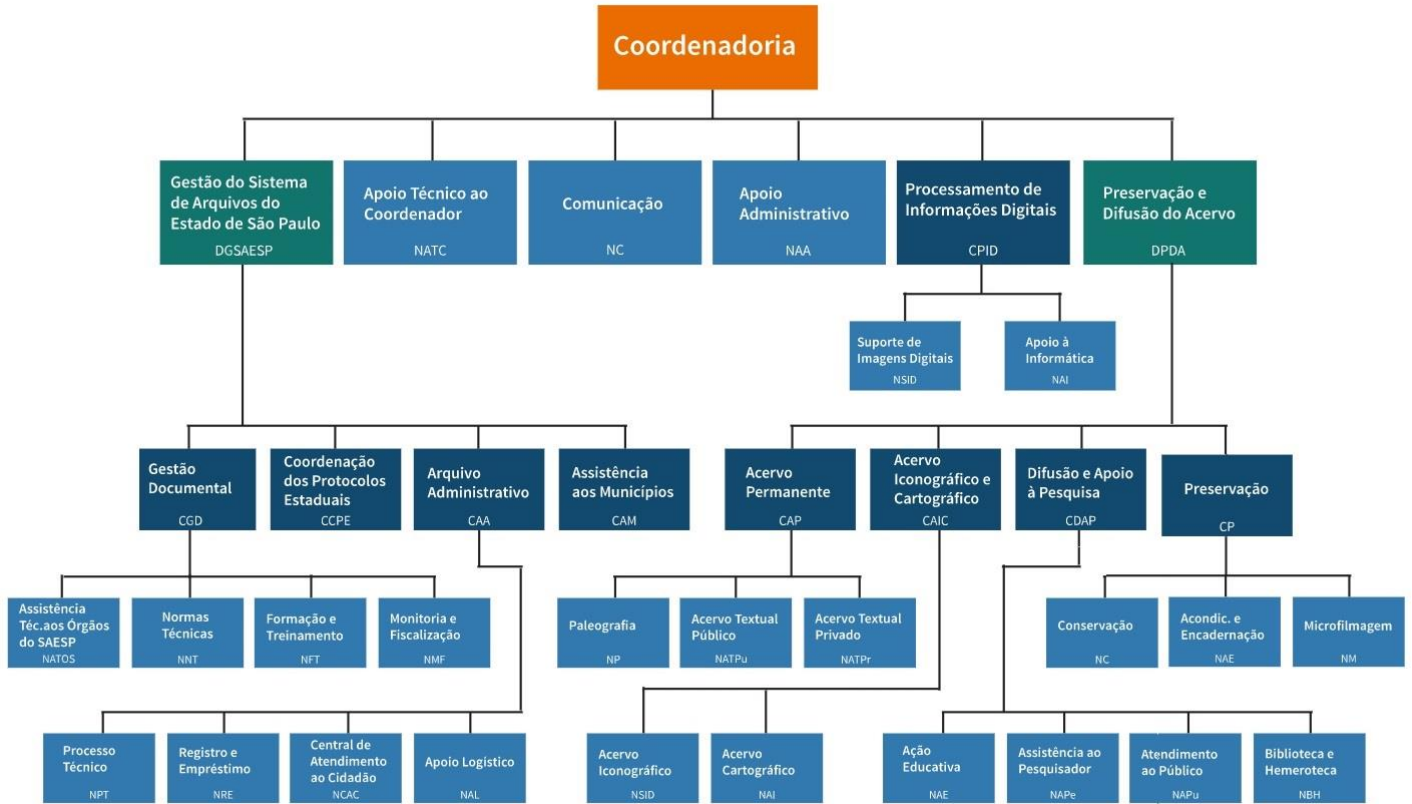
APÊNDICES

APÊNDICE A: Organograma do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

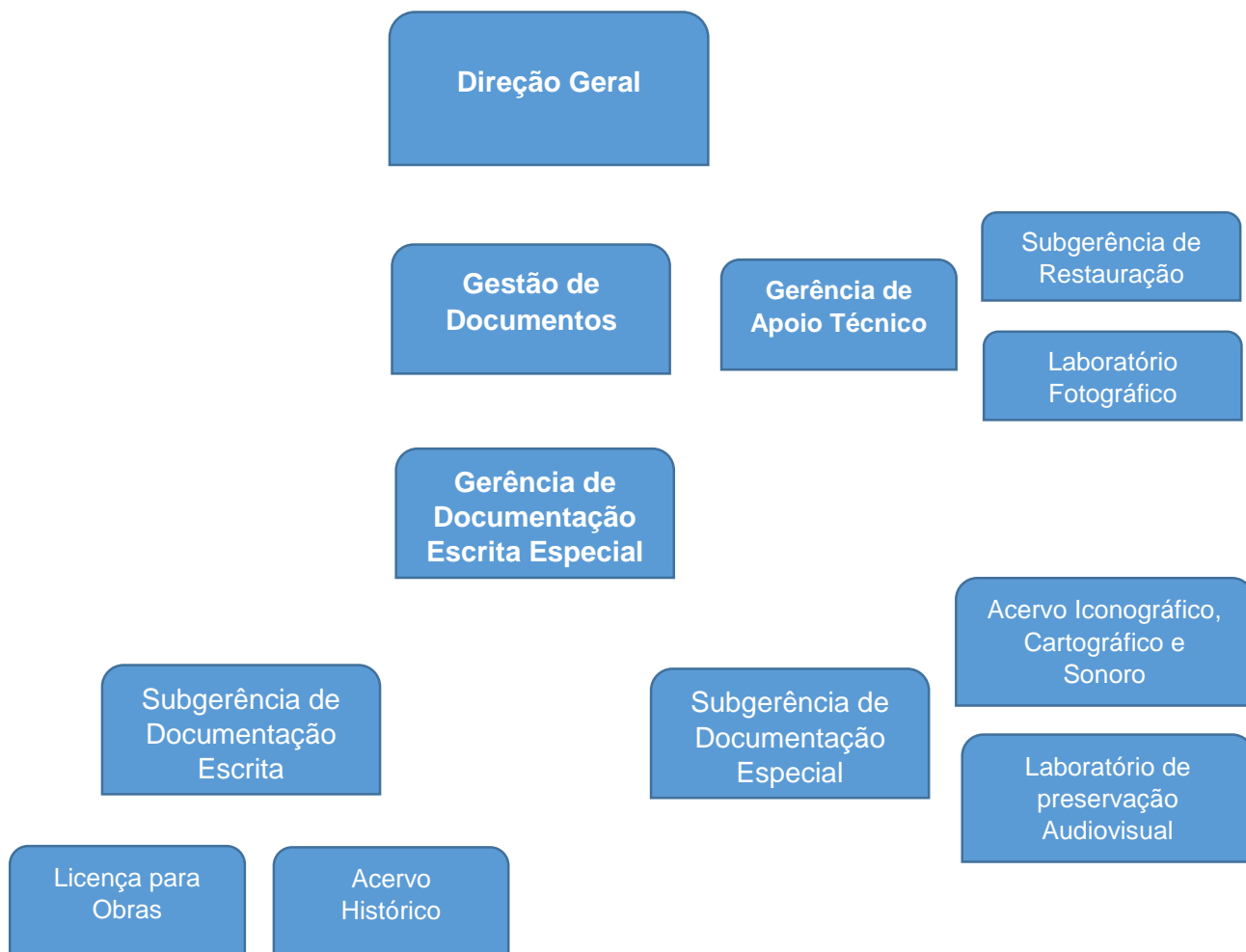


Fonte: Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/component/content/article.html?id=22:estrutura-organizacional>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

APÊNDICE B: Organograma do Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Fonte: Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/estrutura>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

APÊNDICE C: Organograma do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE D: Questionário para realização de diagnóstico da descrição arquivística em acervo cartográfico.

- Estudante/pesquisador/elaborador do questionário: Marcos Prado Rabelo
- Orientadora: Prof.^a. Dr^a Mariana Lousada
- Dissertação de Mestrado: “Análise comparativa de instrumentos de pesquisa de instituições arquivísticas públicas custodiadoras de acervos cartográficos”.
- Programa de Pós Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

1- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- 1.1) Nome da Instituição:
- 1.2) Nome da Secretaria/Departamento/Setor responsável pela documentação cartográfica:
- 1.3) Subordinação hierárquica na Instituição:
- 1.4) Dias de funcionamento:
- 1.5) Horário:
- 1.6) Endereço:
- 1.7) E-Mail:
- 1.8) Telefone:

2- RECURSOS HUMANOS

- 2.1) Qual função exerce o responsável no setor de documentos cartográficos?
- 2.2) Quanto tempo trabalha nesta função?
- 2.3) Tem formação superior?
 - () Sim. Qual área?
 - () Não
- 2.4) Existem outras pessoas que trabalham na Secretaria/Departamento/Setor?
 - () Sim
 - () Não

2.5) Em caso positivo: Quantas? Em quais cargo (s)? Qual nível de conhecimento/formação e tempo de trabalho de cada pessoa?

3- ORGANIZAÇÃO E ACONDICIONAMENTO DOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

3.1 Existe uma mensuração aproximada do acervo cartográfico?

() Sim. Qual e em que unidade:

() Não

3.2 O local para realização das atividades de organização da documentação cartográfica é adequado?

() Sim

() Não. Por quê?

3.3 Possui espaço físico próprio?

() Sim

() Não. Por quê?

3.4 O acervo de documentos cartográficos encontra-se em qual estágio de organização?

() Não organizado

() Organizado parcialmente

() Organizado totalmente. Especifique:

3.5 Cite as espécies documentais existentes no acervo cartográfico:

() Cartas

() Croquis

() Fotografias

() Globos

() Gráficos

() Imagens

() Mapas

() Maquetes

() Perfis

() Plantas

() Outros. Especifique:

3.6 Como estão acondicionados os documentos cartográficos no setor?

- Avulsos
- Amontoados
- Outros. Especifique:

3.7 Em qual tipo de mobiliário os documentos cartográficos estão armazenados:

- Estantes
- Deslizantes
- Armários
- Gaveteiros
- Mapotecas
- Outros. Especifique:

3.8 Existem documentos cartográficos com necessidade de procedimentos de restauração?

- Sim
- Não. Especifique:

3.9 Ocorrem procedimentos de digitalização nos documentos cartográficos?

- Sim. Especifique se ocorre no próprio órgão ou através de terceiros.
- Não

3.10 Se a resposta anterior for sim, qual a finalidade do processo de digitalização?

- Preservação dos originais
- Substituição dos originais
- Disseminação da informação. Especifique:

4- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM RELAÇÃO ÀS NORMAS DE DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS

4.1 Quais são as principais competências do setor de documentos cartográficos?

4.2 Existe na Instituição algum setor responsável pela normalização da descrição de documentos arquivísticos?

- Sim. Qual?
- Não

4.3 Existem normas internas de descrição que são utilizadas para os documentos cartográficos?

() Sim. Quais? Baseadas em qual legislação?

() Não

4.4 A organização dos documentos cartográficos segue alguma outra referência normativa externa?

() Sim. Quais? Baseadas em qual legislação?

() Não

4.5 As normas arquivísticas existentes são eficazes para descrever os documentos cartográficos?

() Sim

() Não. Especifique as principais dificuldades encontradas.

4.6 Foram criados instrumentos de pesquisa para utilização no acervo cartográfico?

() Sim. Quais?

() Não

4.7 O trabalho de descrição dos documentos cartográficos é apresentado de que forma ao usuário?

5- ACESSO

5.1 No setor cartográfico existe local destinado ao atendimento dos pesquisadores/usuários?

() Sim

() Não. Por quê?

5.2 A Instituição utiliza sistema informatizado para o acesso aos documentos cartográficos da Instituição?

() Sim

() Não

5.3 Se a resposta anterior for positiva, esse acesso também é permitido ao público externo?

() Sim

() Não. Por quê?